



ISCE - Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

Intervenção Social no fenómeno de delinquência juvenil:

O papel do educador social na Vila de Rabo de Peixe

Rodrigo Almeida Carvalho

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Educação Social:
Intervenção com crianças e jovens em risco**

Orientador(a):

Doutora Filipa Coelho, [Professora Coordenadora], ISCE - Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo

Coorientador(a):

Doutora Marta Reis [Professora Adjunta], ISCE - Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo



ISCE - Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

**Intervenção Social no fenómeno de delinquência juvenil:
O papel do educador social na Vila de Rabo de Peixe**

Rodrigo Almeida Carvalho

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Educação Social:
Intervenção com crianças e jovens em risco**

Orientador(a):

Doutora Filipa Coelho, [Professora Coordenadora], ISCE - Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo

Coorientador(a):

Doutora Marta Reis [Professora Adjunta], ISCE - Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo

Agradecimentos

O presente trabalho representa a conclusão de uma jornada longa e desafiante. Foi uma viagem que não teria sido possível sem o inestimável apoio de várias pessoas que tive a felicidade de encontrar ao longo da minha vida pessoal e académica. Portanto, é com grande apreço que lhes dedico estas linhas de agradecimento, embora as palavras pareçam insuficientes para expressar a minha gratidão.

Em primeiro lugar, agradeço às Orientadoras, Doutora Filipa Coelho e Doutora Marta Reis, por toda a orientação, disponibilidade e apoio demonstrado ao longo do presente trabalho e Mestrado.

Aos meus pais e irmã, gostaria de expressar a minha profunda gratidão, por todo o apoio e amor incondicional que me deram, desde sempre.

À minha querida esposa, Ana Paula Sousa, gostaria de expressar a mais profunda gratidão e amor. O teu apoio, força, compreensão e paciência foram fundamentais na realização desta dissertação. Obrigado por estares ao meu lado, pois sem ti, este sonho não teria sido possível.

Aos meus queridos avós, em especial ao meu avô José Dias de Almeida, espero que estejam orgulhosos, tal como eu sempre me orgulhei de vocês.

Aos dois grandes amigos que a cidade de Lisboa me presenteou, Gisela Coelho e Bruno Silva. Vocês foram mais do que amigos durante esta grande jornada pessoal e académica, foram verdadeiros pilares de apoio e alento e compartilharam a minha alegria como se fosse vossa. Esta tese também é um reflexo da amizade, do apoio e das inúmeras horas de conversas que tivemos. A vossa amizade é um dos tesouros que levarei para sempre comigo. Obrigado por tudo!

Por fim, um especial agradecimento, novamente à Professora Filipa Coelho e também à Professora Fernanda Carvalho, as quais tive o privilégio de ser aluno desde a Licenciatura. Docentes de enorme coração, disponibilidade e que me fazem acreditar na “Educação”, seja em que contexto for.

Resumo

Os fatores que incitam o jovem a envolver-se em práticas de delinquência juvenil são uma discussão muito presente no campo da adolescência. Esta é vista como um estágio de transição da fase de infância para a vida adulta, sendo considerada um momento crítico para o desenvolvimento do jovem no que concerne o seu campo cognitivo, social, de personalidade e de adaptação a novas circunstâncias e desafios da vida em sociedade, de modo a desenvolver-se saudavelmente e a não percorrer por caminhos delinquentes.

Deste modo, a presente investigação visou analisar e compreender o fenómeno de delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe, focando-se na perceção dos Profissionais e dos jovens de duas valências, denominada doravante de “Valência A” e “Valência B” da Instituição do estudo, sobre o papel do Técnico Superior de Educação Social. Envolveu entrevistas com 5 técnicos e questionários a 45 jovens, identificando fatores como baixa escolaridade, problemas familiares, influência de pares e consumo de substâncias como contribuintes para a delinquência. Observou-se que instituições locais, como a Instituição do estudo, desempenham um papel vital, mas existem lacunas nas respostas existentes. Reconhece-se a necessidade e a importância de uma abordagem proveniente de equipas interdisciplinares das quais façam parte o Técnico Superior de Educação Social, não só na vila como na Região Autónoma dos Açores, para enfrentar eficazmente esta problemática.

Palavras-chave: Delinquência juvenil; Equipas interdisciplinares; Substâncias lícitas e ilícitas.

Abstract

The factors that encourage young people to become involved in juvenile delinquency practices are a very present discussion in the field of adolescence. This is seen as a transition stage from childhood to adulthood, being considered a critical moment for the development of young people in terms of their cognitive, social, personality and adaptation to new circumstances and life challenges. society, in order to develop healthily and not go down delinquent paths.

Therefore, the present investigation aimed to analyze and understand the phenomenon of juvenile delinquency in Vila de Rabo de Peixe, focusing on the perception of Professionals and young people of two areas, hereinafter referred to as “Valencia A” and “Valencia B” of the “Instituição de estudo”, on the role of the Higher Social Education Technician. It involved interviews with 5 technicians and questionnaires for 45 young people, identifying factors such as low education, family problems, peer influence and substance use as contributors to delinquency. It was noted that local institutions, such as the Study Institution, play a vital role, but there are gaps in existing responses. The need and importance of an approach from multidisciplinary teams including the Higher Social Education Technician is recognized, not only in the town but also in the Autonomous Region of the Azores, to effectively address this problem.

Keywords: Juvenile delinquency; Legal and illegal substances; Interdisciplinary teams.

Índice

1. Introdução.....	7
2. Enquadramento teórico e conceptual.....	9
2.1. Quadro legal referente à intervenção com crianças e jovens.....	9
2.2. O conceito de criança e jovem em termos legais.....	9
2.3. A evolução histórica da legislação sobre a proteção de crianças e jovens em perigo	10
2.4. Delinquência Juvenil.....	14
2.5. Fatores de risco e fatores de proteção	15
2.6. Delinquência na adolescência	17
2.7. Teorias e modelos da delinquência juvenil	19
2.7.1. Teoria do aumento de reputação	19
2.7.2. Teoria de Labelling (Howard Becker).....	20
2.7.3. Teoria da Subcultura Delinvente (Albert Cohen).....	20
2.7.4. Teoria do Autocontrolo.....	21
2.7.5. Modelo Bioecológico do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner).....	22
2.8. A delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe	23
2.8.1. Caracterização da Vila de Rabo de Peixe	23
2.8.2. Dados de Rabo de Peixe	24
2.8.3. Relação de dados com delinquência juvenil.....	29
2.9. Caracterização de Instituição e valências de estudo	31
2.10. Importância das Equipas Interdisciplinares no trabalho com Jovens Delinquentes: Da prevenção à intervenção.....	33
3. Metodologia	35
3.1 Metodologia e Procedimento de investigação	35
3.2. Formulação do problema ou problemática.....	37
3.3. Objetivo de estudo - geral e específico.....	38
3.4. Tipo de Estudo	39

3.5. Sujeitos/Amostra/Participantes.....	39
3.6. Instrumentos/Materiais	40
3.7. Procedimentos	42
3.7.1. Apuramento das Respostas Sociais de Intervenção.....	42
3.7.3. Análise Documental.....	42
3.7.4. Elaboração de Instrumentos de Pesquisa:	43
3.7.5. Aprovação e Consentimento Ético.....	44
3.7.7. Triangulação de Dados	44
3.7.8. Discussão dos Resultados	44
4. Análise de dados	45
4.1. Descrição dos resultados	45
4.1.1. Entrevistas aos técnicos	45
4.1.2 Inquéritos por questionários aos jovens	56
4.2. Discussão dos resultados.....	62
4.2.1. Discussão dos resultados de entrevistas	62
4.2.2. Discussão dos resultados de inquéritos por questionário.....	67
4.2.3. Comparação de dados.....	76
4.2.4. Constrangimentos e propostas futuras.....	77
5. Conclusão.....	83
6. Referências Bibliográficas.....	87
7. Apêndices.....	93

«

Índice de tabelas

Tabela 1 – Dados nacionais de número de habitantes.....	24
Tabela 2 - Dados nacionais de analfabetismo	25
Tabela 3 - Dados nacionais de total de pessoas por habitação	26
Tabela 4 – Dados nacionais de desemprego	27
Tabela 5 - Dados sociodemográficos de entrevistas aos técnicos	46
Tabela 6 – Dados de anos de experiência na área VS anos de função na instituição. 46	
Tabela 7 - Dados de RH existentes nas valências e quais as intervenções realizadas 47	
Tabela 8 - Dados de instituições/respostas que intervenham com crianças e jovens em risco na Vila de Rabo de Peixe	48
Tabela 9 - Dados de projetos e constituição das equipas de intervenção na vila de Rabo de Peixe	50
Tabela 10 - Dados modelo ideal de intervenção na delinquência juvenil	51
Tabela 11- Dados de perceção do aumento ou diminuição da delinquência juvenil na vila de Rabo de Peixe	51
Tabela 12 - Dados de perceção sobre causas ou origens da delinquência juvenil.....	52
Tabela 13 - Dados de perceção das lacunas existentes na vila de Rabo de Peixe	54
Tabela 14 - Dados de perceção sobre características mais importantes do Educador Social na intervenção na delinquência juvenil	55
Tabela 15 - Dados sobre a pertinência da problemática e de reflexão da composição das equipas de intervenção nos Açores	56
Tabela 16 - Dados sobre questões após a entrevista	56
Tabela 17 - Dados sociodemográficos dos inquiridos	57
Tabela 18 - Dados de composição familiar dos inquiridos	58
Tabela 19 - Dados de frequência de reposta social/valência	58
Tabela 20 - Dados de relação entre atos delinquentes, tipo de ato, consumo de substâncias, idade de início, frequência de consumo e incentivo	59
Tabela 21 - Dados de consumo de grupos de pares.....	60
Tabela 22 -Dados de acesso a substâncias lícitas e ilícitas	60
Tabela 23 - Dados de fatores que levem a práticas delinquentes e consumo de substâncias	61
Tabela 24 - Dados de fatores atenuantes de comportamentos delinquentes	61
Tabela 25 - Dados de relação entre abandono escolar e comportamentos delinquentes 61	
Tabela 26 - Dados sobre iniciativas dos técnicos para prevenção da delinquência juvenil	62

Índice de Figuras

Figura 1 - População residente por nível de ensino nas freguesias do concelho da ribeira grande	26
Figura 2 - Quadro de Solidariedade Social	28
Figura 3 - Proposta de intervenção (Modelo Ecobiológico de Broffebrenner).....	82

Introdução

A presente investigação intitulada “Intervenção Social no fenómeno de delinquência juvenil: O papel do educador social na Vila de Rabo de Peixe” enquadra-se no âmbito da dissertação de mestrado a apresentar para obtenção do grau académico de Mestrado pelo ISCE - Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, em Odivelas.

Pretende-se compreender o trabalho do Educador Social na intervenção social e de que modo este profissional de intervenção socioeducativa pode contribuir para a redução do fenómeno de delinquência juvenil, na Vila de Rabo de Peixe, quando inserido em equipas interdisciplinares.

Para fundamentar a sua pertinência, apresenta-se um quadro teórico que visa permitir o entendimento do complexo fenómeno de delinquência juvenil, demonstrando a necessidade em munir e enriquecer as equipas de intervenção social de técnicos de diferentes áreas e adaptar a intervenção. Aborda-se também literatura referente aos fatores de risco, que, de certo modo, levam os jovens a envolver-se em práticas de delinquência juvenil, bem como se aprofundam os fatores de proteção.

A motivação para efetuar a presente investigação, prende-se com o facto de o mestrando ter tido experiências profissionais nas áreas de fatores de risco/dependências e, desde cedo, esta se ter tornado a sua área de eleição. Para além disso, como outras dimensões motivacionais, relevo o facto de a Vila de Rabo de Peixe localizar-se na terra natal do mestrando, por esta apresentar diversas carências e problemáticas a nível social e, ainda, pelo facto da Região Autónoma dos Açores, enfrentar atualmente um acentuado aumento do consumo de catinonas sintéticas, que têm provocado graves problemas nos jovens da região, constituindo um problema de saúde pública. Segundo o SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (atualmente ICAD – Instituto para os comportamentos Aditivos e as Dependências), estas novas substâncias psicoativas, definem-se como,

(...) um novo estupefaciente ou um novo psicotrópico puro ou numa preparação, que não seja controlado pela Convenção Única das Nações Unidas de 1961 sobre os estupefacientes, nem pela Convenção das Nações Unidas de 1971 sobre substâncias psicotrópicas, mas que possa constituir uma ameaça para a saúde pública comparável à das substâncias enumeradas nessas convenções (Decisão n.º 2005/387/JAI, de 10 de maio de 2005; Decreto-Lei n.º 54/2013 de 17 de abril).

Desta forma torna-se pertinente a realização do presente trabalho, que servirá para contribuir não só para aprimorar métodos de intervenção mais eficazes na redução da delinquência juvenil nesta vila, mas também possibilitará, evidenciar e refletir sobre o trabalho do Técnico Superior de Educação Social numa intervenção plena, quando inserido em equipas interdisciplinares.

No que concerne a organização da presente investigação a mesma foi meticulosamente estruturada para abordar de maneira abrangente e detalhada o tema da delinquência juvenil, com um foco particular na Vila de Rabo de Peixe. A dissertação é dividida em três etapas, sendo estas o enquadramento teórico e conceptual, etapa da metodologia e por fim a análise e discussão de resultados.

Na etapa de enquadramento teórico e conceptual, serão explorados vários tópicos fundamentais ao entendimento desta problemática, nomeadamente, o quadro legal relativo à intervenção com crianças e jovens, o conceito de criança e jovem, a evolução histórica da legislação sobre proteção de crianças e jovens em perigo, a delinquência juvenil e fatores de risco e proteção, os fatores de delinquência na adolescência, as teorias e modelos da delinquência juvenil, o modelo bioecológico do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1998), e por fim a delinquência juvenil na vila de rabo de peixe.

A etapa da metodologia, definirá o tipo de estudo, a sua amostra, os procedimentos metodológicos utilizados, bem como os instrumentos de investigação, a formulação do problema e os objetivos gerais e específicos do estudo.

Na última etapa, denominada de análise e discussão de resultados, numa primeira fase serão descritos os dados provenientes dos instrumentos aplicados, bem como a sua interpretação. De seguida será efetuada uma discussão de resultados de modo a dar resposta à questão de partida do estudo, comparando os dados recolhidos com a literatura existente, identificando as suas limitações e por fim, indicando sugestões para investigações futuras.

2. Enquadramento teórico e conceptual

2.1. Quadro legal referente à intervenção com crianças e jovens

Em Portugal, a legislação relacionada com a infância e juventude é ampla e diversificada, cobrindo desde a salvaguarda dos direitos das crianças e jovens até aspetos relacionados com a delinquência juvenil e educação (Ramião, 2010; Tomás & Fonseca, 2004; Magalhães, 2002). Este conjunto legislativo inclui várias leis e decretos-lei que estabelecem as diretrizes essenciais para a proteção e promoção dos direitos dos mais jovens, das quais:

- A Constituição da República Portuguesa;
 - O Código Civil;
 - A Organização Tutelar de Menores;
 - A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – Lei nº142/2015, de 8 de setembro. Esta Lei constitui a segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei nº147/99, de 1 de setembro;
 - Lei Tutelar Educativa – Lei nº166/99, de 14 de setembro;
- Leis em matéria de Adoção – Decreto-Lei 185/93 de 22 de maio; Decreto-Lei 120/98, de 8 de maio e Lei 31/2003, de 22 de agosto.

Cada um destes conjuntos de leis e decretos, será abordado de seguida com o objetivo de proporcionar uma compreensão abrangente e fundamentada sobre o enquadramento legal e os direitos da criança e do jovem, essenciais para qualquer discussão sobre a delinquência juvenil e as medidas de proteção aplicáveis.

2.2. O conceito de criança e jovem em termos legais

Os termos de criança e jovem, com a adoção da Lei 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) e a Lei 166/99 (Lei Tutelar Educativa), sofreram uma nova abordagem no campo do Direito.

Segundo Carvalho (2013) até à implementação destas leis, era utilizado o termo “menor” como referência a todos os indivíduos que tivessem idade até aos 18 anos, pois é a altura em que se atinge a maioridade e se passa a adquirir a capacidade plena de exercício de direitos, ficando habilitado a reger a sua pessoa e a dispor dos seus bens. Assim, o termo jovem/juvenil, prende-se à necessidade que as entidades legislativas tiveram em criar uma idade legal ou idade de responsabilização.

O Diploma fundamental que consagrou os direitos da criança, foi a Convenção das Nações Unidas de 1989 sobre os Direitos da Criança, em que passou a ser definido que a criança é todo o ser humano com menos de 18 anos, exceto se a lei nacional lhe conferir a maioridade mais cedo. Assim, como é referido na LPCJP (Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), a criança ou jovem é o indivíduo com menos de 18 anos ou com menos de 21 anos, que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos.

2.3. A evolução histórica da legislação sobre a proteção de crianças e jovens em perigo

Em Portugal, os discursos sobre os direitos da criança têm vindo a evoluir desde 1990, quando entrou em vigor a Convenção sobre os Direitos da Criança. Esta convenção foi adotada, primeiramente, pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 20 de novembro de 1989. A Convenção sobre os Direitos da Criança tem em conta um conjunto de direitos fundamentais para todas as crianças, a nível cívico, político, económico, social e cultural. Através da Convenção é estabelecido um conjunto de alterações significativas para a criança, em que a considera como um sujeito autónomo de direitos, encarando-se a família como um “(...) elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar social (...)” (Convenção sobre os Direitos da Criança, 1990) das crianças, pois é um suporte afetivo, educacional e socializador. É também através desta Convenção que passa a existir proteção jurídica e não jurídica da criança antes e após o seu nascimento.

Assim, a Convenção dos Direitos da Criança, constitui “(...) um marcador da evolução das sociedades e das representações sobre a infância, com repercussões na vida relacional de crianças e adultos (...)” (Martins, 2004, p.74) que tem em vista adotar boas práticas sociais dirigidas a todas as crianças.

Neste novo quadro jurídico de 1990, foi possível atribuir às crianças e aos jovens, até aos dias de hoje, um estatuto de atores sociais em que apresentam uma participação ativa, dependendo da sua idade e da sua maturidade, bem como foi dada às crianças a oportunidade de se desenvolverem em contextos que estejam adaptados às suas necessidades em que os seus direitos civis, económicos, sociais, culturais e políticos são respeitados. Contudo, este processo de defesa dos direitos das crianças começou anos antes, em 1911 com a Lei de Proteção à Infância, que tinha como objetivo “(...) atender a um velho mal com indispensáveis medidas de saneamento sendo a primeira dessas

medidas o furtar a criança desprovida aos ambientes viciados, que lhe envenenam a alma e o corpo (...)” (Lei de Proteção à Infância, 1911) pretendendo que as crianças pudessem “(...) cair no carinho e no conforto”. (Lei de Proteção à Infância, 1911). Em 1919 é criado o órgão coordenado das ações tutelares sobre as crianças que adquire, em 1926, competências de definição e intervenção nas situações de perigo e moral da criança. Este órgão, então designado por Tutorias de Infância, muda de nome em 1944 para Tribunais de Menores.

Em 1979, através do Decreto de Lei nº288/79, de 13 de agosto, surge o Instituto do Acolhimento Familiar que tinha como intuito a colocação familiar de crianças, cuja família natural não tivesse condições para desempenhar o papel educativo e, em 1986 os Lares de Infância e Juventude são regulamentados pelo Decreto de Lei nº2/86, de 2 de janeiro que definia que quando a criança deixasse de poder integrar o meio familiar, ficaria a cargo do Estado, pois segundo a CRP, é da responsabilidade da sociedade e do Estado a proteção das crianças e dos jovens (Artigo 69º e 70º da CRP).

Nos anos 90, houve uma forte afluência de legislação na matéria da infância e juventude. Em 1990, como já referido, deu-se a importante ratificação da Convenção dos Direitos da Criança e em 1991 surge a criação das Comissões de Proteção de Menores através do Decreto de Lei nº189/91, de 17 de maio que regula a criação, a competência e o funcionamento das comissões de proteção de menores. Mais tarde, em 1998 é então publicado o regime jurídico da adoção e dá-se a regulamentação do funcionamento dos lares de Crianças e Jovens. Assim, em 1999, com o objetivo de garantir um melhor bem-estar e desenvolvimento integral da criança foi criada a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo através da Lei nº147/99, de 1 de setembro e a Lei Tutelar Educativa através da Lei nº166/99, de 14 de setembro. A Lei Tutelar Educativa tem em conta os menores com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, tendo como objetivo a educação do menor para que este possa fazer a sua “(...) inserção de forma digna e responsável, na vida em comunidade”⁵

Em 2015 surgiu a Lei nº142/2015 com a intenção de fazer algumas alterações à Lei nº147/99. O Conselho da Europa apresentou, a 2 de março de 2016 um conjunto de áreas prioritárias que define a Estratégia do Conselho da Europa sobre os Direitos da Criança. Este conjunto de cinco áreas prioritárias compreende o período de 2016 a 2020:

1. Igualdade de oportunidades para todas as crianças;
2. Participação de todas as crianças;

3. Uma vida livre de violência para todas as crianças;
4. Uma justiça amiga da criança para todas as crianças;
5. Os direitos da criança no ambiente digital.

O processo tutelar educativo é dividido em duas fases, a fase de inquérito e a fase jurisdicional, incluindo a fase de recurso e de execução de medida. Relativamente à fase de inquérito, é o Ministério Público que dirige esta fase determinando a sua abertura após conhecimento da denúncia. Esta fase tem como objetivo investigar a existência de facto qualificado pela lei como crime e determinar a necessidade de educação do jovem para o direito. Para esse efeito, promovem-se diligências com a finalidade de avaliar da necessidade de aplicação de medida tutelar educativa. A sua duração máxima é de três meses, prorrogáveis por mais três, em casos de especial complexidade (n.º 4 do artigo 75.º da LTE). Ainda nesta fase, o Ministério Público, pode pedir a colaboração dos órgãos de polícia criminal, em especial quanto aos factos, e aos serviços de reinserção social (territorialmente competentes em função da área de residência), para que elabore informações, relatórios sociais, relatórios sociais com avaliação psicológica ou perícias sobre a personalidade (Assessoria aos Tribunais); pode, também, solicitar qualquer tipo de diligências e/ou informações a quaisquer serviços públicos ou privados. Deve ouvir o jovem no mais curto espaço de tempo após a abertura do Inquérito. A audição do jovem pode ser dispensada quando for caso de arquivamento liminar e pode ser adiada no seu interesse (n.º 2 do artigo 77.º). Facultativamente, o Ministério Público pode determinar a realização de uma sessão conjunta de prova com a presença obrigatória do jovem, dos seus pais, representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto (artigos 81.º, 82.º e 83.º). O Ministério Público pode suspender o processo pelo prazo máximo de um ano, quando o jovem tenha praticado um facto qualificado como crime punível com pena de prisão de máximo não superior a 5 anos (n.º 1 do artigo 84.º). Nestas circunstâncias o MP pode solicitar aos serviços de reinserção social a elaboração do plano de conduta (n.º 3 do artigo 84.º). Se durante o período de suspensão o jovem cumprir o plano de conduta o processo é arquivado, caso contrário o MP determina o prosseguimento dos autos (n.º 2 do artigo 85.º). Face aos resultados obtidos, a fase de inquérito pode terminar/encerrar com um despacho de arquivamento ou com um requerimento de abertura da fase jurisdicional (artigos 86.º a 91.º da LTE – Lei Tutelar Educativa).

No que concerne a fase jurisdicional, esta tem início após o Ministério Público solicitar o seu começo, sendo a mesma dirigida por um juiz e compreende quatro etapas, sendo

estas, a confirmação judicial dos factos, o diagnóstico de aplicação do processo de medida tutelar educativa, a deliberação da medida e a sua concretização/execução.

Quanto à fase de recurso, refere-se à fase na qual o Ministério Público, o jovem, os seus pais, o representante legal, ou quem tenha a sua guarda, e qualquer pessoa que estiver a defender o direito afetado pela decisão proferida, possa interpor recurso ao Tribunal da Relação no prazo de cinco dias (Secção IV do Capítulo V, artigos 121.º a 127.º), sendo que é permitido recorrer da decisão proferida, quando esta:

- Ponha termo ao processo;
- Aplique ou mantenha medida cautelar;
- Aplique ou reveja medida tutelar educativa;
- Recuse impedimento deduzido contra Juiz ou Ministério Público;
- Condene no pagamento de quaisquer importâncias;
- Afete direitos pessoais ou patrimoniais do jovem ou terceiros.

Já no que se refere à fase de execução de medida, após decisão final, o Tribunal pode indicar as entidades que assegurem o acompanhamento da execução da medida tutelar educativa aplicada (artigo 130.º). A execução das medidas de acompanhamento educativo e de internamento em Centro Educativo é da exclusiva competência dos serviços de reinserção social. São os serviços de reinserção social responsáveis, através das equipas de reinserção geograficamente competentes na área de residência, para o supervisionar, orientar e apoiar o jovem durante a execução da medida de acompanhamento educativo (n.º 4 do artigo 16.º).

Estas entidades têm o dever de informar o tribunal, periodicamente, sobre a evolução do processo educativo do jovem e sobre todas as circunstâncias suscetíveis de fundamentar a revisão da medida tutelar educativa aplicada (artigo 131.º). Deste modo, a aplicabilidade da medida tutelar educativa evidencia que o jovem que tenha idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, e que tenha realizado um ato qualificado pela lei como crime, será responsabilizado através de um modelo judicial educativo, no qual existirá uma intervenção educativa com o objetivo de educar o jovem para a socialização e reinserção do mesmo em sociedade.

2.4. Delinquência Juvenil

A fase de adolescência relaciona-se fortemente com processos de desenvolvimento, a nível físico, neurológico e psicológico. Estes processos não só desenvolvem novas capacidades que preparam o jovem para uma melhor adaptação às exigências da vida em sociedade, como também aumentam o risco de vulnerabilidade, dado que, a partir desta etapa da vida, o jovem inicia a procura de autonomia, comprometendo-a, por vezes, através de situações de risco, tanto a nível físico como mental (Kaufmann et al., 2017).

Através dos avanços dos estudos científicos, mais concretamente no campo da psicologia, foi possível denotar que o adolescente quando possui menor noção do risco normalmente age por impulso, detém menor capacidade de planear e tomar decisões, envolve-se numa constante procura de novas sensações, espera uma recompensa material ou emocional rápida, é muito suscetível às imposições do grupo, é emocionalmente mais instável e os seus atos são sempre irrefletidos (Pérez, 2014 cit in Nóbrega, 2018).

Segundo Muncie (2009), esta fase da vida é ainda muitas vezes associada a atos de violência, de irresponsabilidade, de vulnerabilidade, de negligência ou imaturidade, que se tornam mais visíveis quando se associam a comportamentos desviantes, como é o exemplo dos atos de vandalismo, do consumo de substâncias, e comportamentos sexuais de risco, contribuindo, assim, para definição do “jovem delinquente”.

O conceito de delinquência juvenil apresenta uma conotação jurídica, dado que este se define, como os atos cometidos por um jovem com idade inferior a 18 anos de idade (idade inferior à responsabilidade criminal), violando as leis estabelecidas no seu país (Fonseca, 2004), estabelecendo um contato oficial com os tribunais, podendo resultar numa detenção (Negreiros, 2008). Deste modo, o comportamento delinquente/ delinquência juvenil entende-se como a dificuldade de o jovem se conseguir adaptar às normas comportamentais pré-estabelecidas pela sociedade em que se encontra, dando origem a uma personalidade agressiva ou antissocial, muitas vezes decorrente de processos familiares e/ou sociais (Matza, 1992), incitando o indivíduo a praticar comportamentos que o levam a expressar o seu descontentamento com os valores da sociedade qualificados como crimes (Poiars, 2016; Rijo, 2016). O autor Fonseca (2004), indica ainda que o termo delinquência juvenil, embora se possa relacionar com o comportamento antissocial, difere deste na medida em que este comportamento, apesar de poder ter ações de desrespeito

e de infringir as normas da sociedade, não tem obrigatoriamente de transgredir as leis em vigor. Já Carvalho (2010), entende que o termo delinquência implica a infração de normas/valores socioculturais e jurídicos por um jovem na sua sociedade, que, dada a sua idade, fica ao encargo da legislação da infância e adolescência. Embora numa abordagem maioritariamente centrada na psique do jovem, mas em concordância com os autores anteriores e instigando a reflexão sobre a complexidade do conceito de delinquência, surge Mucchielli (1979), o qual refere que,

“O delinquente é um ser profunda e fundamentalmente angustiado por um enorme sentimento de culpabilidade inconsciente, e para se libertar dela procura ativamente a punição. Os seus atos antissociais ou associais são, portanto, a expressão de uma vontade de se deixar apanhar e de se fazer castigar, para expiar a sua culpabilidade e libertar-se dela” (p.11).

Entendemos assim, que é vasto e impreciso o significado de delinquência juvenil, pois pode ser definido através de critérios judiciais e penais, no que concerne o termo delinquente, como a comportamentos antissociais, em que não haja necessariamente um infringir da lei. Por fim, e de acordo com Weiner (1995), entende-se que os atos delinquentes podem ser categorizados em dois níveis, o primeiro que se refere aos graves, os quais incluem atos contra pessoas/bens e assaltos/roubos e o segundo, que indica pequenos delitos, como vandalismo e atos desordeiros.

2.5. Fatores de risco e fatores de proteção

A adolescência é marcada por rápidas transformações físicas, emocionais e sociais, e constitui-se como uma fase crítica no percurso do desenvolvimento humano. Neste período, os jovens enfrentam uma série de desafios e oportunidades que moldarão não apenas o seu presente, mas também o seu futuro. Dentro deste contexto, a compreensão dos fatores de risco, de prevenção e proteção, têm sido alvo de debate ao longo dos últimos anos. Entende-se que os mesmos são indicadores relevantes no que concerne os campos de prevenção e intervenção nesta área e são promotores de um ambiente propício ao desenvolvimento saudável dos adolescentes (Hawkins et al, 2000; Holmes, Slaughter & Kashani, 2001).

Os fatores de risco são características, condições ou variáveis que, quando presentes, estão associados a um maior potencial de ocorrência de determinados resultados negativos ou adversos num indivíduo, grupo ou comunidade, aumentando a possibilidade

de ocorrerem comportamentos de caráter antissocial e de delinquência. Por outro lado, os fatores de proteção são elementos que, quando presentes, estão associados a uma redução no risco de desenvolvimento de problemas, adversidades ou comportamentos indesejados. Os fatores protetores podem existir em diversos níveis, incluindo o indivíduo, a família, a comunidade e o ambiente social, e desempenham um papel fundamental na promoção da resiliência, na adaptação positiva e na capacidade de enfrentar desafios, atuando como prevenção no campo da inibição das ocorrências de comportamentos desviantes.

A adolescência é permeada por uma multiplicidade de fatores de risco que podem impactar adversamente o bem-estar dos jovens. Questões socioeconômicas, como a desigualdade de acesso a recursos e oportunidades, podem criar disparidades significativas entre os adolescentes. A exposição a contextos familiares disfuncionais, violência, consumo de substâncias e desafios emocionais pode contribuir para trajetórias negativas.

Sabe-se que os fatores de risco da delinquência juvenil têm sido entendidos como aqueles que aumentam a probabilidade de ocorrência dos comportamentos antissociais e delinquentes, enquanto os fatores de proteção têm sido entendidos como indicadores que inibem a ocorrência destes mesmos comportamentos (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009). Ao longo dos últimos anos, vários autores têm-se ocupado em categorizar os diferentes fatores de risco e de proteção por domínios (e.g., individuais, grupo de pares, relacionais, familiares) (Shader, 2003).

Os jovens em situação de conflito com a lei geralmente apresentam dificuldades no que concerne competências sociais e resolução de problemas (Straus, 1994). De acordo com o estudo de (Villa & Rodríguez, 2000), os amigos desempenham um papel significativo na vida dos jovens. Embora compartilhem experiências positivas, é também nesse círculo social que podem iniciar o consumo de substâncias ilícitas e envolverem-se em atividades criminosas. Esta identificação com o grupo de pares pode ter repercussões no desempenho escolar, pois esses jovens são muitas vezes entendidos de maneira negativa, sendo considerados ameaçadores e associados a comportamentos agressivos. Conscientes dessa estigmatização, alguns optam por adotar uma identidade de transgressores como uma forma de resistência. O sentimento de inferioridade contribui para que permaneçam comprometidos com comportamentos que violam a lei, divergindo dos padrões aceitos.

2.6. Delinquência na adolescência

Na vida de um jovem, as suas redes de suporte são inicialmente a família e a escola (que têm o dever de assegurar o bem-estar do mesmo), e os grupos de pares, os quais provocam no jovem a busca pela sua identidade, de modo a sentir-se inserido num grupo/sociedade (Ferreira, 1997).

Denota-se então que os comportamentos desviantes na adolescência estão fortemente marcados por uma ou mais experiências negativas: como a educação prestada pelos pais, que poderá afetar negativamente o comportamento da criança/jovem em idade escolar, aumentando exponencialmente o insucesso escolar e os comportamentos de desobediência e de autocontrolo; a rejeição dos pares devido a comportamentos agressivos, e posteriormente a ligação com grupos de “rejeitados” (Patterson & Yorger, 2002).

São assim vários os fatores que podem levar o jovem a enveredar pelo campo da delinquência juvenil, como exploraremos de seguida. Reforçando o explanado anteriormente, a principal rede de suporte de um jovem é a família e, por norma, os modelos dos pais ou das figuras paternas são frequentemente assimilados pelos mesmos, moldando-os no que concerne aos seus valores sociais. A família define-se como a rede de socialização primária do jovem, e as relações estabelecidas na família e os modelos em vigor na mesma terão influência nos comportamentos sociais do jovem, exercendo efeito no que concerne os fatores de risco ou de proteção no comportamento delinquente (Feijó & Assis, 2004). Segundo Fonseca (2004), estes fatores familiares podem ser, comportamento antissocial e/ou delinquência parental, consumo de substâncias, práticas educativas/supervisão insuficiente, punição física, comunicação fraca ou inexistente, ausência de vinculação, abuso físico e/ou sexual, negligência parental, discórdia disciplinar, constituição familiar, estatuto socioeconómico baixo, situação de desemprego, entre outros. Deverá ser a família, independentemente dos seus recursos, a educar e a preparar o jovem para a vida adulta e, assim, concomitantemente com o estado “promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicas na medida das suas potencialidades” (Convenção dos Direitos da Criança, art.º 29.º a) e “preparar a criança para assumir as responsabilidades da vida numa sociedade livre num espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade entre sexos, amizade entre todos os povos (...)”. (Convenção dos Direitos da Criança, art.º 29.º b).

A ausência desta supervisão e suporte familiar, poderá aumentar exponencialmente a possibilidade de o jovem praticar atitudes delinquentes, dado que “(...) minimiza a sensibilidade do adolescente às opiniões dos pais” (Ferreira, 1997, p. 920). Ainda segundo Ferreira (1997), a presença de atos violentos e de comportamentos de risco em meio familiar, propiciará que o jovem siga este modelo, dado que este irá agir consoante o que vê/ouve no seu seio familiar, levando a uma noção de conformidade com o que acha ser normal ocorrer em sociedade. Por fim, Gaspar (2003), refere com base nos investigadores Webster-Stratton e Taylor (2001), que os comportamentos de risco da criança têm início em contexto familiar e como principais fatores, problemas de comportamento, pais com modelos educacionais rígidos, incoerentes ou permissivos e dificuldade dos pais em supervisionar as atividades da criança.

O segundo fator a destacar refere-se ao contexto escolar. É na escola que a criança tem o primeiro contato com uma realidade diferente do seu meio familiar, realidade esta que junta outras crianças provenientes de diferentes origens económicas, culturais e religiosas. Num primeiro momento, a criança tem tendência a criar laços com outras crianças idênticas a si, e posteriormente com crianças de meios sociais e económicos diferentes. Estas diferenças sociais e económicas, por si só poderão não ter nenhuma influência, mas as experiências de vida de cada um destes intervenientes, poderá ser um ponto de viragem na vida de um jovem, dada a sua necessidade de pertencer a um grupo (Gaspar, 2003).

Outro dos fatores em contexto escolar prende-se com a compreensão dos professores/educadores à situação de cada criança, podendo não intervir adequadamente em cada situação. Com isto entende-se que o professor/educador, poderá não compreender a razão para determinadas ações da criança que estão intrinsecamente ligadas à relação familiar e que têm enorme influência, tanto no comportamento como no aproveitamento escolar da mesma, levando o professor/educador a procurar respostas juntos dos pais, o que poderá afetar ainda mais os laços não só entre criança-família, como entre família-escola (Gaspar, 2003).

O fator consumo de substâncias lícitas e ilícitas está fortemente relacionado com os comportamentos delinquentes, uma vez que este consumo poderá contribuir para um agravamento da saúde mental do jovem (Basto-Pereira & Maia, 2018). Para além disso, o consumo de drogas e a delinquência levam a comportamentos de risco, tal como o absentismo e abandono escolar, furtos, vandalismo, violência e instabilidade emocional e

social (Rhodes et al., 2003 cit in Chitas, 2010) pelo que é necessária uma responsabilidade penal do jovem. Segundo Nóbrega (2018), a responsabilidade penal na adolescência é um tema que se aborda frequentemente dado o envolvimento dos jovens nos mais diversos atos de delinquência e também pelo avanço da ciência no campo cognitivo, emocional e social, que surge cada vez mais associado a estes atos.

Por fim, referimos o fator referente aos grupos de pares, sendo que este apresenta grande influência dos amigos/colegas sobre o jovem. Segundo Pais (1993), estes grupos têm histórias de vida, problemas e gostos similares, tornando-se um “espelho da sua própria identidade” e é no grupo que o jovem procura “abrigo” e se sente confortável para desabafar sobre problemas pessoais, na ausência dos pais/família. Contudo, pertencer a um grupo de pares designado delinquente ou problemático, é ter de se reger pelas regras daquele grupo, quer esteja a favor ou não dos seus ideais, existindo assim um controlo do mesmo através da sua opinião sobre o jovem (Ferreira, 1999). Denota-se ainda, através de Cloward, citado por Matza (1992) que neste grupo não existe a possibilidade de recusar pedidos de ações delinquentes, pelo que o não comprometimento poderá resultar na expulsão do jovem do mesmo. Ainda através de Pérez (2015), citado por Nóbrega (2018, p.14), entendemos que os adolescentes em grupo, são mais irrefletidos, menosprezam os riscos e supervalorizam os resultados a curto prazo, são mais instáveis emocionalmente, traduzindo-se em maiores níveis de stress e menor controlo de emocional. Mucchielli (1979, p.202-203), indica que, existe assim para o jovem delinquente, uma constante tentativa de afirmação pessoal e procura de poder, desafiando as gerações mais velhas, numa tentativa de reivindicar a sua autonomia, experienciar novas emoções, através de novos desafios e por vezes, comportamentos agressivos.

2.7. Teorias e modelos da delinquência juvenil

2.7.1. Teoria do aumento de reputação

Tal como descrito, o jovem delinquente procura constantemente, afirmar-se perante os grupos a que pertence, numa tentativa de elevar a sua reputação e a perceção que os outros têm de si, tendo por isso a necessidade e a capacidade de regular a sua identidade e apresentação de acordo com as suas metas (Carroll, Houghton, Hattie & Durkin, 2004). Dado que o comportamento delinquente, está fortemente associado a atos de vandalismo, agressão, entre outros, o jovem tenderá a cometer estes atos recorrentemente em frente

na presença dos grupos de pares, numa tentativa constante de aumentar o seu status no grupo e a ser validado pelo mesmo.

2.7.2. Teoria de Labelling (Howard Becker)

A Teoria do Labelling, proposta por Howard Becker, representa uma abordagem significativa para compreender a criminalidade e o comportamento desviante. Becker argumenta que as ações de uma pessoa não são intrinsecamente desviantes, mas sim rotuladas como tal pela sociedade. Em outras palavras, a sociedade cria infratores ao impor rótulos e estigmatizar certos comportamentos (Baratta, 2002; Becker, 1963).

Segundo a Teoria do Labelling, o processo de rotular é crucial para entender como as pessoas percebem e reagem aos comportamentos desviantes. Quando uma pessoa é rotulada como criminosa ou desviante, isto pode afetar profundamente a sua identidade e a forma como é tratada pela sociedade (Becker, 1963).

O mesmo autor refere a teoria que destaca o papel dos agentes de controlo social, como a polícia e o sistema judiciário, na aplicação de rótulos. Quando uma pessoa é rotulada como delinvente, este rótulo pode acabar por se concretizar, originando uma crença na qual a pessoa começa a comportar-se conforme as expectativas sociais associadas a esse estigma. Becker (1963), também ressalta o relativismo do desvio, argumentando que o que é considerado delinquência varia culturalmente e historicamente. O comportamento rotulado como desviante numa sociedade pode não ser visto da mesma forma noutra.

A Teoria do Labelling tem implicações significativas para o sistema de justiça criminal e políticas públicas, destacando a importância de abordagens mais amplas e compreensivas para lidar com o comportamento desviante. Ao invés de focar apenas na punição, a teoria sugere que é essencial considerar o impacto dos rótulos na vida das pessoas e trabalhar para reduzir o estigma associado ao comportamento desviante.

2.7.3. Teoria da Subcultura Delinvente (Albert Cohen)

A Teoria da Subcultura Delinvente, proposta por Albert Cohen, oferece uma perspetiva sociológica profunda para entender o comportamento desviante, especialmente no contexto de grupos juvenis. Desenvolvida como uma resposta crítica às teorias individuais de delinquência, a abordagem de Cohen destaca a importância das subculturas dentro de grupos sociais específicos (Cohen 1963).

Cohen (1963), argumenta que a delinquência juvenil muitas vezes é resultado da tentativa dos jovens de alcançar status social, quando se deparam com a impossibilidade de atender às expectativas culturais convencionais, introduzindo o conceito de teoria “genética” que descreve a experiência de jovens que se sentem desfavorecidos e marginalizados pelo sistema educacional e social. A teoria sugere que, ao enfrentar dificuldades em atender aos padrões culturais estabelecidos, os jovens podem desenvolver as suas próprias subculturas delinquentes como uma forma de reação. Estas subculturas oferecem alternativas aos valores predominantes, redefinindo o sucesso e criando uma hierarquia de status própria. Atos delinquentes, portanto, tornam-se uma resposta a esta frustração e uma maneira de buscar reconhecimento dentro da subcultura.

A subcultura delinvente, conforme delineada por Cohen, não é apenas uma expressão de rebeldia individual, mas uma resposta coletiva às tensões e desigualdades sociais, fornecendo aos jovens uma identidade alternativa, com os seus próprios códigos de conduta e normas. Esta teoria tem implicações importantes para a compreensão da delinquência juvenil, destacando a influência do contexto social na formação de subculturas específicas. Além disso, ela ressalta a necessidade de abordagens mais holísticas na prevenção e intervenção, reconhecendo as dinâmicas sociais que contribuem para a formação de subculturas delinquentes entre os jovens.

2.7.4. Teoria do Autocontrole

A Teoria do Autocontrole, formulada por Michael Gottfredson e Travis Hirschi, é uma perspectiva criminológica que relaciona os atos criminosos com as “diferenças individuais de cada indivíduo na propensão de cometimento de atos criminosos” (p.83). Ao contrário de muitas teorias, que se concentram nas causas do crime, a teoria de Gottfredson e Hirschi destaca os fatores que inibem o comportamento desviante, enfocando o papel crucial do controlo social na sociedade (Gottfredson e Hirschi, 1990).

Hirschi (1969), propõe quatro elementos que compõem o controlo social, conhecidos como os "quatro vínculos" ou "elementos de controlo social":

1. Afeição: Refere-se aos laços emocionais e afetivos que uma pessoa tem com os outros, especialmente com figuras de autoridade, como pais, professores e amigos. Quanto mais forte o apego emocional, menos propensa a pessoa será a se envolver em atividades criminosas.

2. Compromisso: Envolve o grau de investimento pessoal que uma pessoa tem em realizar objetivos socialmente aceitáveis. Quanto mais comprometida com metas convencionais, como a educação e carreira, menos propensa a pessoa será a se envolver em comportamentos desviantes.
3. Envolvimento: Refere-se à participação ativa em atividades socialmente aceites, como desportos, trabalho ou outras formas construtivas de lazer. Quanto mais envolvida em atividades convencionais, menor a probabilidade de envolvimento em comportamentos desviantes.
4. Crença: Envolve a aceitação das normas e valores socialmente aceites. Se uma pessoa acredita na legitimidade do sistema social, é menos provável que ela se envolva em comportamentos desviantes.

A Teoria do Controlo Social sugere que a ausência ou a fraqueza desses vínculos pode aumentar a probabilidade de comportamento desviante. Hirschi argumenta que as pessoas são naturalmente inclinadas a comportamentos desviantes, e o controle social é crucial para manter essa inclinação sob controle. Esta abordagem teórica tem implicações práticas significativas na prevenção do crime, destacando a importância do reforço dos vínculos sociais e do investimento em estratégias que promovam o apego emocional, o comprometimento com objetivos convencionais, o envolvimento em atividades construtivas e a aceitação das normas sociais (Hirschi, 1969).

2.7.5. Modelo Bioecológico do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner)

O modelo bioecológico do desenvolvimento humano, foi criado por Bronfenbrenner (Ceci, 2006) e neste, observa-se que o mais importante é a relação entre o meio e o individuo e que o desenvolvimento, não ocorre apenas num sentido (Bronfenbrenner, 1999). Relata ainda a evolução da teoria, tendo como objetivo, investigar o desenvolvimento humano ao longo do tempo de acordo com a relação, entre o individuo e o ambiente (Bronfenbrener, 1999).

Deste modo, Bronfenbrener (1999) refere o desenvolvimento como o resultado de uma função conjunta entre o processo proximal, que alude à interação do individuo com pessoas, ambientes e símbolos, as suas próprias características, o contexto e o tempo que o individuo, teve exposto a um processo proximal específico e ao meio. Falar então de processo proximal, é referir uma parte muito importante deste modelo de desenvolvimento,

no qual é necessária uma atividade comprometida e contínua durante um período procurando progredir os níveis de complexidade. Contudo, o desenvolvimento através de processos proximais, pode resultar num desenvolvimento distinto, mais concretamente ao nível da competência e da disfunção. Na ótica da competência, este desenvolvimento indica uma aquisição e posterior progresso ao nível do conhecimento e da habilidade que o indivíduo tem em direcionar o seu comportamento, de acordo com diferentes situações e domínios. Já a disfunção, relaciona-se com a dificuldade que o indivíduo tem em adquirir e a manter certos comportamentos nestas mesmas situações e domínios, tendo em conta o seu desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Assim sendo, e uma vez que a aprendizagem se caracteriza como uma competência adquirida a partir dos processos proximais, e que estes impulsionam o sujeito a uma compreensão mais objetiva das suas possibilidades e dos seus contextos, os grupos comunitários podem ser promotores do próprio desenvolvimento pessoal e social, dado que através do modelo bioecológico sistémico o desenvolvimento, ocorre através da participação, das interações com pessoas com as quais se desenvolve apego mútuo e irracional com o tempo. Educar é então um processo contínuo que transcende a simples transmissão de conhecimento, procurando continuamente,

(...) (des)envolver porque reconhece o protagonismo das pessoas no processo de transformação individual e coletivo ao longo do ciclo de vida. Interessante é perceber o caminho a percorrer relativamente a este desafio de sermos diferentes, de fazermos parte e de fazermos a diferença. Educar exige participação e corresponsabilidade (Coelhoso, 2020, p.72).

É importante adaptar essas teorias ao contexto específico de Rabo de Peixe, considerando fatores culturais, sociais e económicos únicos dessa comunidade. Além disso, uma intervenção interdisciplinar, envolvendo a colaboração entre Educadores Sociais, Animadores Socioculturais, Sociólogos, Psicólogos, Assistentes Sociais e outros profissionais, pode proporcionar uma compreensão mais abrangente da delinquência juvenil nesta vila específica.

2.8. A delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe

2.8.1. Caracterização da Vila de Rabo de Peixe

Rabo de Peixe, freguesia elevada a Vila a 25 de Abril de 2004, apresenta uma área geográfica de 16,98 km² e uma população de 8799 habitantes, censos de 2021, apresentando um decréscimo de 67 habitantes comparativamente a 2011. Esta vila pode

ser “repartida” em duas zonas distintas, a zona considerada de classe média - alta, onde estão situados os habitantes considerados mais abonados, que se dedicam geralmente à agricultura e a zona de classe social mais baixa, junto ao mar, onde vivem os habitantes considerados mais pobres e que tradicionalmente se dedicam à atividade piscatória. Esta distinção geográfica tão evidente tem provocado ao longo dos anos um movimento de segregação, relativamente aos habitantes da zona piscatória.

2.8.2. Dados de Rabo de Peixe

Através dos dados mais recentes dos resultados dos Censos 2021, pretendemos analisar possíveis fatores de risco, que possam levar os jovens da Vila de Rabo de Peixe a cometer atos qualificados pela lei como crimes.

Analisando os últimos Censos, e como referido anteriormente a Vila de Rabo de Peixe apresenta um total de 8799 residentes, dos quais 4498 são do género masculino e 4301 do género feminino. Poderá se considerar que possui uma população jovem, visto que cerca de 24% da população tem idades compreendidas entre os 0 e 14 anos, e dos 15 aos 24 anos de idade cerca de 14% perfazendo um total de cerca de 38% da população (Tabela 1). Esta representação tão significativa de população jovem na Vila de Rabo de Peixe, deve-se principalmente à elevada taxa de natalidade, provocada maioritariamente por gravidezes precoces (Viveiros, 2014). Contudo, se compararmos estes dados com os do ano de 2011, denota-se que existe um decréscimo em ambas as faixas etárias, podendo estar aliado a intervenções na área da saúde, nomeadamente educação para a saúde e prevenção/sensibilização na gravidez.

Local de residência	2011				2021			
	HM	H	M	0 - 24	Total	H	M	0 - 24
Portugal	10 562 178	5 046 600	5 515 578	2 719 644	10 343 066	4 920 220	5 422 846	2 419 275
R.A.A.	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	236 413	115 480	120 933	62 792
Ribeira Grande	32 112	16 184	15 928	12 787	31 388	15 605	15 783	10 370
Rabo de Peixe	8 866	4 577	4 289	4175	8 799	4 498	4 301	3440

Tabela 1 – Dados nacionais de número de habitantes

No que concerne as habilitações literárias, nos censos de 2021 é possível constatar, que a escolaridade continua a ser uma grande lacuna na Vila de Rabo de Peixe, existindo uma grande taxa de analfabetismo, pelo que a demonstração dos indicadores, será efetuada em duas tabelas distintas (Tabela 2):

Como se pode observar através da seguinte tabela, em 2011 a taxa de analfabetismo por número de habitantes na Vila de Rabo de Peixe, já apresentava a maior taxa de analfabetismo registada (Censos 2011) a nível nacional (9,68). Comparando com os dados mais recentes dos censos 2021 e após alguma pesquisa, foi possível denotar que, embora a Vila de Rabo de Peixe apresente uma taxa de analfabetismo, considerada elevada (6,76), este indicador melhorou consideravelmente em comparação ao ano de 2011(-2,92). Outro dos indicadores a ter em conta, é o facto de nos censos de 2021, ser incluída a taxa de analfabetismo da Região da Madeira, taxa que anteriormente não era visível, sendo possível observar que São Vicente, apresenta a maior taxa de analfabetismo a nível nacional (8,28), seguido de Porto Moniz (8,16) e Santana (8,03).

Local de residência	2011			2021		
	HM	H	M	Total	H	M
Portugal	5,22	3,51	6,77	3,08	2,10	3,96
Continente	5,19	3,41	6,79	3,04	2,03	3,95
R.A.A.	4,66	5,02	4,30	3,10	3,40	2,82
Ribeira Grande	6,64	7,52	5,74	4,19	4,93	3,47
Rabo de Peixe	9,68	11,24	8,00	6,76	8,57	4,88

Tabela 2 - Dados nacionais de analfabetismo

Quanto às habilitações literárias por frequência escolar, observa-se através dos Censos de 2011, que na Vila de Rabo de Peixe 2483 (28%) residentes possuem apenas o 1º ciclo, 1614 residentes (18,2%) o 2º ciclo, 939 (10,6%) o 3º ciclo, 426 (4,8%) o secundário e apenas 314 (3,5%) o ensino superior (Fig.1).

Local de residência (à data dos Censos 2011)	População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Nível de escolaridade mais elevado completo														
	Nível de escolaridade mais elevado completo														
	Total	Nenhum		1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo		Secundário		Pós-secundário		Superior	
N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Ribeira Grande	32112	8545	26,6	8350	26,0	6479	20,2	4375	13,6	2467	7,7	192	0,6	1704	5,3
Calhetas	988	256	25,9	193	19,5	198	20,0	154	15,6	109	11,0	6	0,6	72	7,3
Fenais da Ajuda	1131	324	28,6	341	30,2	252	22,3	141	12,5	61	5,4	2	0,2	10	0,9
Lomba da Maia	1152	296	25,7	324	28,1	278	24,1	136	11,8	78	6,8	5	0,4	35	3,0
Lomba de São Pedro	284	65	22,9	103	36,3	55	19,4	35	12,3	20	7,0	0	0,0	6	2,1
Maia	1900	399	21,0	450	23,7	485	25,5	313	16,5	168	8,8	10	0,5	75	3,9
Pico da Pedra	2909	572	19,7	544	18,7	533	18,3	545	18,7	397	13,6	36	1,2	282	9,7
Porto Formoso	1265	319	25,2	308	24,3	378	29,9	149	11,8	68	5,4	10	0,8	33	2,6
Rabo de Peixe	8866	3049	34,4	2483	28,0	1614	18,2	939	10,6	426	4,8	41	0,5	314	3,5
Ribeira Grande (Conceição)	2425	466	19,2	532	21,9	406	16,7	398	16,4	301	12,4	17	0,7	305	12,6
Ribeira Grande (Matriz)	3968	972	24,5	1018	25,7	749	18,9	563	14,2	346	8,7	32	0,8	288	7,3
Ribeira Seca	2950	762	25,8	822	27,9	553	18,7	416	14,1	227	7,7	11	0,4	159	5,4
Ribeirinha	2349	644	27,4	683	29,1	491	20,9	314	13,4	137	5,8	13	0,6	67	2,9
Santa Bárbara	1275	285	22,4	370	29,0	307	24,1	195	15,3	74	5,8	6	0,5	38	3,0
São Brás	650	136	20,9	179	27,5	180	27,7	77	11,8	55	8,5	3	0,5	20	3,1

Quadro 3. População residente por nível de ensino nas freguesias da Ribeira Grande (2011)
Fonte: INE, Censos 2011

Figura 1 - População residente por nível de ensino nas freguesias do concelho da ribeira grande

Relativamente à composição familiar, a Vila de Rabo de Peixe, perfaz um total de 2312 agregados familiares, sendo na sua maioria de composição familiar alargada. De um modo mais detalhado, quando compostas por 1 pessoa (9,2%), 2 pessoas (17,7%), 3 pessoas (21,1%), 4 pessoas (23,7%), 5 pessoas (12,8%), 6 pessoas (6,9%), 7 pessoas (3,7%), 8 pessoas (1,7%) e com 9 ou mais pessoas (2,8%) (Tabela 3).

Local de residência	2021									
	Total de pessoas por habitação									
	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9 ou mais
Portugal	4 142	1 025	1 381	893	611	159	48	14	4	3
	581	215	619	611	172	644	814	276	857	373
Lisboa	3 962	985	1 329	851	580	149	45	12	4	2 929
	175	620	305	797	786	754	200	979	345	
R.A.A.	85 074	17 230	24 794	19	14	5 046	1	722	288	261
				948	928		857			
Ribeira Grande	9 666	1 345	2 163	2	2	921	384	174	81	98
				297	203					
Rabo de Peixe	2 312	215	411	488	548	297	160	87	40	66

Tabela 3 - Dados nacionais de total de pessoas por habitação

Outro dos indicadores a ter em conta é o desemprego, pois é possível observar que 382 indivíduos se encontram em situação de desemprego. Se verificarmos os números, percebemos que 4,34% da população da vila de rabo de peixe não possui trabalho, e que esta mesma população, representa também 4,9% das pessoas em situação de desemprego da Região (Tabela 4).

Local de residência	Total de desempregados em 2021		
	Total	H	M
Portugal	391 517	178 942	212 575
Continente	369 937	167 879	202 058
R.A.A.	7 770	4 138	3 632
Ribeira Grande	1 303	669	634
Rabo de Peixe	382	202	180

Tabela 4 – Dados nacionais de desemprego

De modo a entender melhor a realidade da Vila de Rabo de Peixe no que concerne as respostas sociais e processos na área juvenil, entendemos também ser significativo apresentar os dados do Quadro de Solidariedade Social, referente à “Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - 2018-2028 do Polo Local de Desenvolvimento e Coesão Social de Rabo de Peixe Plano de Ação 2019-2021” (Governo dos Açores, 2019) (Fig. 2). Neste quadro, que apresenta dados referentes a maio de 2019, é possível observar que existiam 265 processos ativos na CPCJ do Concelho da Ribeira Grande, a maioria referentes a situações de exposição e comportamentos que comprometem o bem-estar e desenvolvimento da criança/jovem; situações de negligência; situações de perigo em que está em causa o direito à educação. Ainda, 19 processos de promoção e proteção no Tribunal de Família e Menores e 23 pais/cuidadores e 46 crianças/jovens em programas de educação parental.

QUADRO IX – SOLIDARIEDADE SOCIAL

PRESTAÇÕES/RESPOSTAS SOCIAIS/PROCESSOS	Dados
Beneficiários RSI com processamento	29,75%
Beneficiários CSI, com Pagamento	20%
Beneficiários de subsídio de assistência por terceira pessoa	4,4%
Beneficiários de bonificação por deficiência	5,15%
Crianças a frequentar creche	163
Taxa efetiva de cobertura de creche+Ama (concelho da Ribeira Grande em 2018)	35,8%
Crianças a frequentar Jardim-de-infância/IPSS	88
Taxa efetiva de cobertura de Jardins-de-infância (rede pública + IPSS) (concelho da Ribeira Grande) em 2018	74,4%
Utilizadores de CATL	284
Taxa efetiva de cobertura de CATL (concelho da Ribeira Grande) em 2018	32%
Utilizadores de CDIJ	37
Processos na CPCJ do Concelho da Ribeira Grande (2017)	265
Processos de promoção e proteção no Tribunal de Família e Menores de Ponta Delgada	43 (concelho da RG) 19 (Rabo de Peixe) a)
Processos de violência doméstica	60 b)
Famílias integradas em programas de educação parental nos últimos 2 anos.	23 pais/cuidadores 46 crianças/jovens

a) os dados (de maio de 2019) foram obtidos junto ao Núcleo de Apoio Técnico de Infância e Juventude do ISSA.

b) as situações acompanhadas pela RAIMSR e inseridas no SIM-VD, em 2018, contabilizaram um total de 56 casos, acrescidas de 4 acompanhadas pela APAV-Açores.

Figura 2 - Quadro de Solidariedade Social

São também apresentadas no documento do Governo dos Açores, (2019) as necessidades da comunidade, abordando diversas vulnerabilidades pelo que, apresentaremos as que no nosso entender são as mais relevantes no campo da delinquência juvenil:

1. Saúde – Existe um elevado número de perturbações de ansiedade e de neuroses; problemas disruptivos de comportamento; alcoolismo; toxicodependência; gravidez na adolescência e maternidade precoce.
2. Culturais – Diversas crenças que condicionam as questões de saúde, de escolaridade e de integração social;

3. Educação – Desvalorização escolar pelos pais e pelos filhos; baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional; abandono e absentismo escolar; bullying;
4. Sociais – Desocupação juvenil; comportamentos desviantes; práticas de delinquência; violência doméstica; conflitos entre vizinhos;
5. Desenvolvimento pessoal – Ausência de autoconhecimento; gestão emocional desajustada; falsa independência emocional; permeabilidade de papéis dentro das dinâmicas familiares.

Relativamente ao consumo de substâncias e a sua relação com a prática criminal no estudo efetuado por Carvalho (2013), entende-se que os inquiridos da escola de Rabo de Peixe referem que existe relação entre estes dois temas. Num total de 150 inquiridos, 140 referem existir relação entre a toxicodependência e a criminalidade. Destes inquiridos, 132 referem como o ato criminoso mais frequentemente cometido o tráfico de droga, de seguida o roubo/furto, a violência doméstica, a condução perigosa e distúrbios na via pública.

Por fim, Peixoto (2009, p.155), refere no seu estudo, dados sobre a faixa etária e consumos nesta população. Segundo o autor, em 2004, 3,1 pontos percentuais em cada 100 adolescentes com idade inferior a 15 anos, já tinham consumido drogas. Contudo, no ano de 2009, este valor aumentou para os 3.5. Na faixa etária dos 15 e os 20 anos de idade, 27 em cada 100 jovens já experimentaram e entre os 21 e os 25 anos 36 jovens em cada 100.

2.8.3. Relação de dados com delinquência juvenil

A delinquência juvenil possui uma grande componente no campo do comportamento social, sendo este designado como a capacidade de partilhar o prazer da companhia de outros e na capacidade de responder e de iniciar comportamentos sociais dentro dos diferentes contextos (Jordan, 2000, p.90). É através destes comportamentos sociais que o indivíduo poderá desenvolver capacidades que o permitam promover interações positivas.

Tal como referido anteriormente, através de Ferreira (1997), o contexto familiar é o primeiro transmissor de valores na vida de uma criança, e são diversos os fatores que podem levar a uma fraca transmissão destes valores, podendo incidir em comportamentos desviantes. Após análise dos dados provenientes dos censos 2021, entendemos que na Vila de Rabo de Peixe as famílias mais numerosas e com rendimentos mais baixos poderão

contribuir para ações de delinquência juvenil. Isto deve-se à sobrecarga horária laboral, de modo a sustentabilidade económica familiar. Esta ausência mais prolongada dos pais/educadores poderá levar a um deficiente acompanhamento da criança no seu dia-a-dia e no seu contexto escolar, levando a mesma a sentir um “abandono” no seu desenvolvimento e a aumentar o seu insucesso escolar/abandono, aumentando a probabilidade de cometer crimes.

São então diversos os contextos familiares, mas mais graves são os contextos, nos quais os jovens experienciam os maus-tratos/violência doméstica e o consumo de substâncias por parte dos pais/educadores, existindo assim uma forte relação entre o consumo de substâncias e violência (Valério, 2009) podendo levar a uma réplica destes comportamentos por parte dos mesmos num futuro a curto prazo.

Quanto ao contexto escolar, e tal como se pode analisar nos dados dos Censos 2021, a População da Vila de Rabo de Peixe apresenta um elevado nível de analfabetismo e fraca escolarização. Esta fraca escolarização é algo já recorrente no tempo neste meio, sendo um fator potenciador de delinquência juvenil através dos seguintes factos: a desvalorização dos pais quanto à importância da escola, levando os filhos a níveis de desmotivação mais elevados; o elevado acesso a rendimentos sociais de inserção o que garante aos pais a subsistência diária sem necessidade de trabalhar (algo que a longo prazo será replicado pelos mais jovens); o abandono escolar e absentismo escolar não só por parte do meio familiar no passado, como pelos grupos de pares na atualidade e por fim o *bullying* que afetará a criança a nível emocional.

É também em contexto escolar que, por norma, se formam os primeiros grupos de pares e a necessidade de pertença, levando a que a criança cometa ações consideradas como crimes na tentativa de ser aceite pelo grupo. Alguns dados oficiais (Governo dos Açores, 2019) clarificam-nos quanto à noção dos jovens da Vila de Rabo de Peixe e a influência dos grupos de pares no seu desenvolvimento, tais como, o consumo de substâncias em grupo e em locais mais resguardados; o conduzir em estado de embriaguez ou ser acompanhante numa viatura dirigida por condutor embriagado; ter e/ou exibir uma arma; consumo de álcool como prática recorrente; Segundo Peixoto (2009), são diversas as substâncias consumidas pelos jovens, que aumentam o risco de cometer atos de violência, sendo que de entre todas as drogas mais consumidas está a cocaína, no entanto, o consumo de álcool é o que mais se traduz em atos de violência.

A nível de saúde e desenvolvimento pessoal, os jovens da Vila de Rabo de Peixe, apresentam diversas fragilidades. No campo da saúde são relatadas perturbações de ansiedade e problemas disruptivos de comportamentos derivados de problemas em contexto familiar, em contexto escolar e ainda devido a consumos. Relevantes, são ainda os riscos que os consumos de drogas e álcool por si só têm na saúde/desenvolvimento do jovem da vila e ainda as gravidezes na adolescência (Peixoto, 2009). Ainda segundo o mesmo autor, no que concerne ao seu desenvolvimento pessoal, os jovens apresentam diversas lacunas, como a ausência de autoconhecimento; fraca gestão emocional e permeabilidade de papéis dentro das dinâmicas familiares, este último podendo evoluir para disfuncionalidades e quadros de violência no seio da família.

Por fim, verifica-se que são diversos os processos na CPCJ (Governo dos Açores, 2019), e nos Tribunais de Promoção e proteção de família e menores, elucidando-nos o que por si só já enaltece a gravidade dos fatores que propiciam a delinquência juvenil e o próprio ato.

Deste modo e tendo em conta a Intervenção Tutelar Educativa, depreende-se que dado os fatores enunciados anteriormente na Vila de Rabo de Peixe como facto qualificados por crime (agressões; furtos; deter, vender ou ceder produtos estupefacientes; deter usar ou exibir armas de fogo ou armas brancas), deverá existir cada vez mais um acompanhamento das crianças e famílias, com a finalidade de educar não só a criança/jovem responsável pelo crime como os seus pais/educadores. Há que educar para que a criança/jovem se possa inserir na comunidade de forma consciente, digna e responsável.

2.9. Caracterização de Instituição e valências de estudo

A “Instituição de estudo”, foi fundada em 22 de Fevereiro de 1593, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, estabelecida na ordem canónica, com a missão de promover a solidariedade social e é a instituição responsável, pelas valências representadas no estudo. Como membro da União das Misericórdias Portuguesas, esta entidade é uma das fundadoras da União Regional das Misericórdias dos Açores. A sua área de atuação estende-se por várias freguesias, incluindo Calhetas, Pico da Pedra, Rabo de Peixe, Ribeira Seca, Santa Bárbara, Conceição, Matriz e Ribeirinha.

A “Valência A”, tem como principal propósito fomentar o crescimento pessoal dos jovens. Isto é alcançado através de processos que promovam o autoconhecimento,

estratégias de autogestão emocional e atividades que facilitem a realização pessoal e social, contribuindo para a formação de uma autoestima robusta nos jovens. Este objetivo visa ser alcançado por meio de atividades focadas na prevenção de situações de risco que possam afetar negativamente o desenvolvimento dos jovens. Esta resposta é reconhecida legalmente como parte de uma instituição de solidariedade social, e visa oferecer experiências de lazer para jovens entre os 12 e 15 anos de idade, especialmente durante o tempo não letivo. Esta visa apoiar a integração social dos jovens, adaptando-se às suas características individuais e identificando áreas que necessitam de intervenção em termos de saúde, bem-estar psicoafectivo, socialização e educação. Avaliações regulares são feitas para entender as necessidades específicas de cada jovem, permitindo a criação de um plano de intervenção personalizado. Como objetivos gerais, esta inclui, reduzir exclusão social e comportamentos desviantes; servir como um espaço para novas abordagens de intervenção social, promovendo a colaboração entre diferentes setores sociais. No que concerne os objetivos específicos da sua intervenção, luta contra o absentismo escolar; prevenir trajetórias de desenvolvimento desadaptadas, como o consumo de substâncias psicoativas ou comportamentos desviantes; estimular o desenvolvimento motor, psicossocial e cognitivo por meio de atividades educativas e recreativas; incentivar o respeito mútuo e pelo ambiente circundante.

Reconhecendo um défice de competências sociais nesta população, a “Valência A” aplica três fases de intervenção – Abordagem, Transição e Integração – essenciais para uma intervenção eficaz tanto para as crianças/jovens que já frequentam o espaço, quanto para as que venham a integrá-lo no futuro.

Relativamente à “Valência B” define-se como uma resposta para crianças/jovens, que não estão abrangidos por nenhuma resposta social. Funciona como um espaço de lazer que oferece educação não formal através de atividades recreativas. Estas atividades são concebidas para promover o desenvolvimento pessoal e social dos jovens. O processo de avaliação neste contexto é abrangente em vez de formal. Nota-se que a assiduidade regular auxilia no desenvolvimento holístico dos participantes, realçando valores cívicos fundamentais, autoestima e promovendo um respeito e interação saudáveis. A estrutura operacional da “Valência B” é flexível, sem exigência de frequência diária, embora a participação regular seja incentivada. A participação nas atividades e o acesso aos serviços são oferecidos gratuitamente. Este espaço visa, diminuir casos de exclusão social; estabelecer e programar uma rede de espaços para atividades recreativas e criativas,

contribuindo para o desenvolvimento educativo, cultural e social da comunidade; funcionar como uma solução social. No que concerne as atividades, desenvolvidas neste espaço, estas visam o desenvolvimento integral dos jovens, promovendo competências sociais, autoconhecimento, e prevenção de comportamentos associados ao bullying, violência e desrespeito. Incluem a estimulação da atenção e concentração, desenvolvimento da criatividade e competências motoras finas através de tarefas manuais (envolvendo recorte, pintura e desenho), comemoração de datas e eventos específicos, instigação de novas visões de mundo e formas de pensar, identificação de potenciais, desenvolvimento da assertividade e educação para a cidadania, bem como a promoção da integração dos jovens no seu ambiente sociocultural.

2.10. Importância das Equipas Interdisciplinares no trabalho com Jovens Delinquentes: Da prevenção à intervenção

Para discutir a importância das equipas interdisciplinares na área da delinquência juvenil, nomeadamente na prevenção e intervenção, deve se enunciar a necessidade em adotar uma abordagem baseada em direitos, que promova uma colaboração ativa entre todos os envolvidos, incluindo uma cooperação interdisciplinar e interinstitucional robusta. Esta abordagem deve ser especializada de modo a assegurar a dignidade humana e a proteção efetiva dos direitos humanos, visando apoiar o desenvolvimento pleno da criança/jovem em termos de bem-estar psicológico, físico, social, moral e espiritual.

De acordo com Rocha (2016):

A abordagem interdisciplinar é o espaço de diálogo por excelência, mas a prática multidisciplinar exige muito mais que a presença de profissionais de diferentes formações numa mesma equipa ou projeto, exige, sobretudo, o abandono de posturas profissionais sectárias e centralizadoras. Para efetivar a chamada interdisciplinaridade é fundamental entender que nenhuma profissão se encontra isolada de outras, além disso, ter a plena consciência de que para interagir é necessário que cada um saiba definir-se e ser competente no seu campo sem se sobrepor a outrem. Este, é de facto, um elemento fundamental para que haja troca entre os saberes que é o que define uma equipe multidisciplinar, favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento (p.322).

Assim, o trabalho interdisciplinar é uma estratégia essencial no campo da intervenção social, sendo crucial adotar uma abordagem que considere em detalhe as características que definem uma área de conhecimento como uma profissão. Além disso, é necessário integrar a colaboração interdisciplinar como um elemento-chave numa série contínua de

estratégias de trabalho, levando em conta as perspectivas de diferentes áreas. Esta abordagem envolve uma colaboração intensa e a participação ativa de todos os intervenientes, fundamentada no diálogo e na troca de ideias, facilitando a interação e integração de diferentes campos do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e a abordagem efetiva na solução de problemas. Portanto, o objetivo da interdisciplinaridade não é suprimir a importância individual de cada área, mas sim promover uma sinergia entre várias especialidades, unindo diferentes perspectivas para inovar na metodologia de intervenção (Antas, 2021).

Orrico (2006), refere que a plenitude da interdisciplinaridade depende de múltiplos fatores, incluindo a formação de equipas interdisciplinares dentro das organizações, a capacitação para um desempenho profissional colaborativo, a promoção do diálogo dentro das equipas, bem como a sistematização e documentação das atividades realizadas pela equipa.

No que concerne a prevenção, Caplan (1964), indica que esta é categorizada em três níveis, a prevenção primária, secundária e terciária. A prevenção primária visa fornecer serviços à população em geral com o intuito de prevenir a ocorrência de problemas sociais antes de se manifestar. A prevenção secundária foca na identificação e no atendimento a grupos sociais de risco, com o objetivo de prevenir o desenvolvimento de fatores psicossociais, familiares e/ou individuais que possam levar ao problema. A prevenção terciária, por outro lado, é direcionada a reduzir a extensão e a severidade das consequências do problema aos indivíduos afetados (Paul & Arruabarrena, 1996; Magalhães, 2005; Azevedo & Maia, 2006). Assim, a prevenção compreende um leque de estratégias destinadas a evitar o aparecimento de comportamentos prejudiciais e desadaptados, proteger e auxiliar aqueles que estão prestes a adotar comportamentos de risco, e finalmente, recuperar e reintegrar aqueles que já estão em situação de perigo, exibindo comportamentos problemáticos (Matos, 1997).

Relativamente à questão da delinquência juvenil, para que a intervenção possa ser eficaz deverá ser abordada por diversos profissionais de diferentes áreas de conhecimento ou disciplinas. Segundo Senge (1990), é necessária uma abordagem, que envolva todos os sistemas e subsistemas que interagem com a criança ou jovem. Esta abordagem exige uma colaboração entre diversos profissionais, pois os problemas sociais complexos variam de acordo com casos específicos, são influenciados por uma diversidade de fatores que são, em si mesmos, indicativos de problemas mais profundos, sendo essencial entender

estas complexas inter-relações através de uma perspectiva sistêmica e holística para lidar efetivamente com estas situações.

Portanto, é crucial que se formem equipas interdisciplinares das quais façam parte os Técnicos Superiores de Educação Social, nas quais os diversos profissionais, estabeleçam uma comunicação eficiente, promovendo um intercâmbio e informações, com os restantes interlocutores sociais, pois tal como refere Veiga (2009, p.58) a educação social, “trata de problemas socioculturais, a partir de uma vertente educativa, através de metodologias que incentivam a participação ativa dos indivíduos” e ainda melhora as suas relações e a participação social, capacitando-os para que desenvolvam, em pleno, os seus direitos de cidadania”. Assim a interdisciplinaridade, segundo a mesma autora, exige uma adaptação do Técnico Superior de Educação Social, no que faz referência à “capacidade de cooperação, diálogo, ousadia para apresentar ideias, tolerância e moderação/capacidade de negociação” (p.61).

3. Metodologia

O propósito do presente capítulo é descrever a problemática e os objetivos a serem averiguados; as escolhas metodológicas utilizadas para conduzir a presente investigação, incluindo a seleção dos participantes, os instrumentos de recolha de dados, detalhes sobre os procedimentos de análise e tratamento dos dados, para além do delineamento do estudo. Deste modo o a presente investigação com o intuito de responder aos seus objetivos, utilizará entrevistas e um questionário para recolher informações. A utilização das entrevistas indicam uma abordagem qualitativa, envolvendo interações mais diretas com os participantes para explorar perceções, experiências e opiniões mais aprofundadas. Por sua vez, o questionário indica uma abordagem quantitativa, para alcançar o maior número possível da população a ser estudada. .

Face ao exposto, esta pesquisa adotará uma abordagem de metodologia mista, integrando elementos qualitativos e quantitativos para investigar de maneira abrangente o fenómeno da delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe. A combinação dessas abordagens, visa oferecer uma compreensão mais completa, incorporando a riqueza das experiências individuais e a validação estatística dos resultados.

3.1 Metodologia e Procedimento de investigação

Na investigação no campo das ciências sociais, encontra-se uma vasta gama de métodos e técnicas de recolha de dados. Cada um possui vantagens e desvantagens,

sendo crucial que o investigador escolha o(s) método(s) e técnica(s) mais adequado(s) à sua investigação.

A metodologia refere-se a um conjunto de métodos, técnicas, procedimentos e regras utilizados num estudo ou pesquisa. Esta descreve o caminho sistemático utilizado para recolher dados, realizar análises e interpretar resultados. Define-se como uma estrutura organizada para abordar questões de pesquisa, garantindo a validade, confiabilidade e relevância dos resultados obtidos (Marconi & Lakatos, 2003 p.83). Dependendo do campo de estudo, do tipo de pesquisa e dos objetivos específicos da investigação a metodologia pode variar, entre qualitativa, quantitativa ou mista. Por exemplo, no campo das ciências sociais, é comum utilizar uma metodologia qualitativa, que inclua entrevistas e análise de conteúdo, enquanto no campo das ciências naturais, uma abordagem quantitativa com elementos controlados e análise estatística, poderá ser mais apropriada. Contudo, estes exemplos não são fixos e irreversíveis, pelo que a utilização de qualquer uma destas metodologias, poderá ser empregue em diversas investigações, bem como a combinação de ambas, resultando numa metodologia mista.

A investigação qualitativa representa um método para explorar e compreender o significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de investigação implica o surgimento de perguntas e procedimentos, a recolha de dados frequentemente realizada no ambiente dos participantes, a análise de dados desenvolvida indutivamente, partindo de micro temas para temas gerais, e o investigador formulando interpretações do significado dos dados (Creswell, 2007).

Por outro lado, a pesquisa quantitativa é uma abordagem para provar teorias objetivas, investigando a relação entre variáveis. Essas variáveis podem ser medidas, muitas vezes por meio de instrumentos, permitindo a análise de dados quantitativos através procedimentos estatísticos. O relatório final segue uma estrutura específica, compreendendo introdução, revisão de literatura e teoria, métodos, resultados e discussão. Assim como os investigadores qualitativos, aqueles envolvidos neste tipo de pesquisa, têm suposições sobre testar teorias de maneira dedutiva, incorporando medidas para evitar viés, controlando explicações alternativas e sendo capazes de generalizar e replicar os resultados (Creswell, 2008).

A investigação de mista é uma abordagem de pesquisa que integra formas tanto qualitativas quanto quantitativas. Inclui suposições filosóficas, a aplicação de abordagens

tanto qualitativas quanto quantitativas, e a fusão de ambas em um estudo. Dessa forma, vai além da simples coleta e análise de ambos os tipos de dados; envolve também a aplicação simultânea de ambas as abordagens, de modo a aumentar a robustez geral de um estudo em comparação com uma pesquisa exclusivamente qualitativa ou quantitativa (Creswell & Plano Clark, 2007).

Em resumo, a metodologia é um componente crítico de qualquer investigação ou estudo, fornecendo uma estrutura sistemática para a recolha e análise de dados, bem como para a interpretação dos resultados.

3.2. Formulação do problema ou problemática

A delinquência juvenil é uma preocupação social significativa que requer uma análise aprofundada e intervenções eficazes para abordar as suas origens e possíveis consequências. Na Região Autónoma dos Açores, mais especificamente e tendo em conta o objeto de estudo, na Vila de Rabo de Peixe, identificou-se a necessidade de investigar e compreender as dinâmicas associadas à delinquência juvenil, bem como a ausência nas equipas de Técnicos Superiores de Educação Social, levando à formulação da pergunta de partida: "A ausência de Técnicos Superiores em Educação Social nas equipas de intervenção na Vila de Rabo de Peixe, apresenta-se como um problema no que concerne a intervenção plena na delinquência juvenil?"

A ausência de profissionais qualificados, como Técnicos Superiores em Educação Social, nas equipas de intervenção, levanta questões cruciais sobre a eficácia das estratégias existentes para lidar com a delinquência juvenil nesta comunidade específica. A elaboração do problema de investigação parte do pressuposto de que a intervenção adequada e abrangente na delinquência juvenil, requer profissionais qualificados que possam compreender, analisar e abordar as complexidades associadas aos comportamentos delinquentes dos jovens. A falta destes profissionais, pode impactar negativamente a capacidade das equipas de intervenção em implementar estratégias eficazes de sensibilização e prevenção. A carência de conhecimentos especializados na área da Pedagogia Social, nomeadamente em Educação Social, pode comprometer a compreensão das causas subjacentes á delinquência juvenil, bem como a implementação de intervenções que considerem as necessidades individuais dos jovens em questão.

Desta forma, a investigação proposta visa não apenas identificar a presença ou ausência de Técnicos Superiores em Educação Social, mas também compreender como essa variável pode influenciar a eficácia das intervenções em curso. Ao formular a pergunta de partida, a investigação procura contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e direcionadas que possam melhorar a resposta da comunidade de Rabo de Peixe à problemática da delinquência juvenil, pois toda a investigação tem o seu início num problema com uma questão, com uma dúvida ou uma pergunta, relacionando-se com conhecimentos anteriores, mas que também podem requerer a criação de novos referenciais (Minayo, Deslandes, Neto & Gomes, 2002, p.18).

3.3. Objetivo de estudo - geral e específico

A presente investigação tem como propósito principal a análise da perceção dos profissionais que intervêm na temática da delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe, em relação à importância e contributo da intervenção de um Técnico Superior de Educação Social nesta área específica. Para atingir este objetivo geral, delinearão-se os seguintes objetivos específicos:

(I) Analisar a intervenção, projetos e instituições que atuam na Vila de Rabo de Peixe:

Este objetivo visa realizar uma avaliação abrangente das diversas iniciativas, projetos e entidades que desempenham um papel fundamental na abordagem à delinquência juvenil na comunidade em estudo. Será explorada a natureza das intervenções existentes, identificando práticas bem-sucedidas e eventuais lacunas no atual cenário de intervenção.

(II) Averiguar quais os recursos existentes e a visão das equipas de intervenção:

Este objetivo específico visa examinar os recursos disponíveis para as equipas de intervenção na Vila de Rabo de Peixe. Será dada ênfase à análise dos recursos humanos, materiais e financeiros, bem como à visão das equipas em relação à eficácia e desafios enfrentados no combate à delinquência juvenil. Esta análise proporcionará uma compreensão mais profunda das condições que moldam a atuação destas equipas.

(III) Entender junto dos jovens quais as lacunas que identificam na Vila de Rabo de Peixe:

Este objetivo específico centra-se na perspetiva dos próprios jovens, sendo crucial para a investigação compreender as lacunas percebidas por eles na Vila de Rabo de Peixe. Serão utilizados métodos participativos para capturar as experiências e opiniões dos jovens, permitindo uma análise holística das áreas que requerem atenção e intervenção.

A concretização destes objetivos específicos permitirá não só uma avaliação abrangente do estado atual da intervenção na Vila de Rabo de Peixe, mas também contribuirá para uma compreensão mais profunda das necessidades e desafios enfrentados pelos profissionais e jovens envolvidos na temática da delinquência juvenil nesta comunidade

3.4. Tipo de Estudo

A presente dissertação adotará uma abordagem de pesquisa de natureza mista, combinando elementos quantitativos e qualitativos para uma compreensão mais abrangente e aprofundada do fenómeno em estudo. Este tipo de estudo, conhecido como metodologia mista, procura integrar as forças intrínsecas tanto da pesquisa quantitativa quanto da qualitativa, a fim de fornecer uma perspectiva holística e enriquecedora sobre a temática em foco.

A escolha por uma metodologia mista é motivada pela compreensão de que a delinquência juvenil, na Vila de Rabo de Peixe, é um fenómeno multifacetado e complexo, cuja análise exige a consideração de diversas variáveis e perspectivas. A componente qualitativa proporcionará uma compreensão aprofundada das experiências individuais, percepções e contextos sociais que contribuem para o fenómeno em questão, procurando dar resposta ao objetivo específico I e II. E a componente quantitativa permitirá a obtenção de dados estatísticos robustos, possibilitando a identificação de padrões e tendências no comportamento delinvente dos jovens, procurando dar resposta ao objetivo específico III.

A utilização de métodos mistos proporcionará uma validação cruzada dos resultados, fortalecendo a credibilidade e a confiabilidade da pesquisa. Desta forma, será possível obter uma visão mais completa da delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe, permitindo que as conclusões e as recomendações resultantes sejam mais abrangentes e aplicáveis no contexto real da comunidade estudada.

3.5. Sujeitos/Amostra/Participantes

A amostra de participantes nesta investigação, centrada especificamente na “Valência A” e “Valência B” da Instituição de estudo na Vila de Rabo de Peixe, foi criteriosamente selecionada para proporcionar uma perspectiva abrangente sobre a dinâmica da delinquência juvenil nesta comunidade.

De modo a dar resposta aos três objetivos específicos estabelecidos, efetuou-se a recolha de dados de duas amostras distintas, aos técnicos e aos jovens das duas valências. Relativamente aos primeiros dois objetivos, foram efetuadas entrevistas a cinco técnicos das valências. Quanto ao terceiro objetivo, que visa Entender, junto dos jovens, quais as lacunas que identificam na Vila de Rabo de Peixe, aplicaram-se questionários a 45 jovens de ambas as valências.

As entrevistas realizadas com os cinco técnicos, visam obter uma perceção mais aprofundada do ambiente nas duas valências, incluindo práticas, desafios e estratégias de intervenção implementadas. Esta abordagem mista na recolha de dados procura enriquecer a compreensão global da dinâmica da delinquência juvenil neste contexto específico e como a inclusão de um Técnico Superior de Educação Social suas equipas, pode, ou não, ser uma mais-valia na intervenção praticada.

Sendo parte da amostra do presente estudo, composta por técnicos responsáveis por ambos os espaços e de faixa etária variada, possibilitará analisar e extrair dados que contribuam para uma análise mais completa sobre o fenómeno da delinquência juvenil e concomitantemente, fornecer dados às entidades governamentais e sociais para que deste modo possam estruturar estratégias de intervenção direcionadas para a prevenção deste fenómeno em Rabo de Peixe, através da inclusão de Técnicos Superiores de Educação Social nas equipas de intervenção.

O grupo de participantes da primeira amostra é composto por cinco técnicos envolvidos diretamente nas valências, com idades compreendidas entre os 29 e os 53 anos, foram incluídos na pesquisa participando através de entrevistas semiestruturadas. E a segunda amostra é composta por 45 jovens de ambos os géneros, com idades variando entre os 8 e os 14 anos, os quais responderam ao questionário. A escolha de incluir jovens de diversas faixas etárias, visa observar e analisar a diversidade de experiências e desafios associados à delinquência juvenil na comunidade de Rabo de Peixe. Os inquéritos aplicados aos jovens foram concebidos de forma a abordar as suas perceções, experiências e fatores que possam influenciar o envolvimento em comportamentos delinquentes.

3.6. Instrumentos/Materiais

Os instrumentos utilizados na investigação sobre delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe foram cuidadosamente selecionados para garantir o alcance e a eficácia da

recolha de dados. A pesquisa adotou uma abordagem mista, empregando tanto inquéritos por entrevista semiestruturada, quanto inquéritos por questionário, visando obter uma compreensão completa da complexidade do fenômeno em estudo.

- a. Inquéritos por Entrevista Semiestruturada: Na realização de entrevistas, o investigador conduz entrevistas presenciais, por telefone ou participa em entrevistas de grupo. Estas entrevistas incluem perguntas geralmente abertas, em quantidade limitada, com o objetivo de compreender e registrar visões e opiniões dos participantes. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas a cinco técnicos de ambas as valências. Estas entrevistas permitiram explorar, de forma mais aprofundada, as suas experiências individuais, percepções e fatores que entendam ser subjacentes à delinquência juvenil na comunidade. O guião de entrevista foi desenhado de modo a incentivar uma comunicação aberta e confiante, proporcionando aos participantes a oportunidade de expressar as suas visões de maneira mais contextualizada (Creswell). Segundo a perspectiva de Moser e Kalton, citados por Bell (1997), a entrevista é descrita como "uma conversa entre um entrevistador e um entrevistado que tem como objetivo extrair determinada informação do entrevistado". Contudo, e como é o caso do instrumento aplicado na investigação, quando se segue por um guião com questões previamente estruturadas sobre o que se pretende conhecer, e embora exista liberdade de resposta do entrevistado e este, aborde outros assuntos que não constem no guião, esta é reconhecida como uma entrevista semiestruturada (Amado, 2017) (Apêndice 1)
- b. Inquéritos por Questionário: A investigação que utilize como instrumentos o inquérito por questionário, possibilita uma descrição quantitativa de tendências, atitudes ou opiniões de uma população ao estudar uma amostra representativa da mesma (Babbie, 1990). Deste modo, os Inquéritos por questionário, foram aplicados a uma amostra de 45 jovens com idades compreendidas entre os 8 e os 14 anos de idade, com o objetivo de recolher dados quantitativos para fim de análises estatísticas. Os questionários foram concebidos com perguntas fechadas e abertas de modo a averiguar a opinião e a relação das diferentes variáveis associadas à delinquência juvenil. A amostra proporcionou uma visão mais abrangente das tendências comportamentais na comunidade (Apêndice 2)

Ao adotar esta variedade de instrumentos, a investigação procurou atingir um equilíbrio entre a profundidade da compreensão qualitativa e a amplitude da recolha quantitativa de dados. A utilização de entrevistas e questionários reflete a intenção de obter uma visão

holística da delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe, fornecendo uma base sólida para análises e interpretações abrangentes.

3.7. Procedimentos

A presente investigação empreende uma análise abrangente acerca da delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe, com foco no papel crucial do Técnico Superior de Educação Social nas respostas de intervenção. Para atingir este propósito, efetuou-se contactos com uma instituição da Vila de Rabo de Peixe, de modo a formalizar e a obter autorizações, para realizar entrevistas a técnicos das valências no mês de Outubro, bem como a aplicação de questionários no mês de outubro e novembro aos jovens que frequentam estas valências. (Apêndice 3). Assim, de modo a tornar possível a investigação, foram implementados os seguintes procedimentos metodológicos, detalhadamente descritos a seguir:

3.7.1. Apuramento das Respostas Sociais de Intervenção

Iniciou-se o estudo com um meticoloso apuramento das respostas sociais existentes para lidar com a delinquência juvenil em Rabo de Peixe, visando compreender a amplitude e eficácia dessas intervenções. Apurou-se deste modo, que embora existam algumas instituições, que intervenham com crianças e jovens na Vila de Rabo de Peixe, as que efetivamente atuam sobre a área da delinquência juvenil, pelo seu contacto constante com este público são as selecionadas no presente estudo. A “Valência A”, a “Valência B”, ambas valências da Instituição do estudo e o Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil.

3.7.2. Reuniões Estratégicas

Após a etapa anteriormente descrita, procedeu-se ao agendamento e realização de reuniões estratégicas significativas com Técnico dos Serviços Prisionais e Diretor(a) Técnica do “Valência A” e da “Valência B” da Instituição do estudo. Estes encontros propiciaram insights essenciais sobre as intervenções, abordagens atuais, desafios enfrentados e as necessidades identificadas no âmbito da intervenção.

3.7.3. Análise Documental

Findada a etapa anterior e com um conhecimento de causa mais específico, sobre a realidade destas duas valências, foi efetuada uma análise documental a vários documentos relacionados com a delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe (Peixoto 2009; Carvalho

2013; Governo dos Açores, 2019), bem como a fatores sociodemográficos (Censos 2011 e 2021). Explorando os fatores associados a estes comportamentos delinquentes, analisando dados sobre consumos por parte dos jovens desta vila e estratégias planeadas com o intuito de reduzir esta problemática, entendemos que esta revisão documental ofereceu uma compreensão contextualizada do histórico da delinquência juvenil nesta comunidade.

3.7.4. Elaboração de Instrumentos de Pesquisa:

De seguida iniciou-se a fase de elaboração dos instrumentos de investigação, nomeadamente as entrevistas semiestruturadas e o questionário. Ambos os instrumentos foram cruciais para a orientação da presente dissertação sobre a delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe, desempenhando papéis específicos e complementares na recolha de dados, proporcionando uma compreensão abrangente e profunda do fenómeno em estudo.

Relativamente às entrevistas semiestruturadas, aplicadas aos técnicos das valências, possibilitaram explorar mais detalhadamente experiências, perceções e motivos subjacentes à delinquência juvenil, na ótica do Técnico, bem como o seu entendimento sobre a necessidade e/ou viabilidade da inclusão de um Técnico Superior de Educação Social nas equipas de intervenção. Através destas entrevistas, entendeu-se a importância deste instrumento possibilitando a contextualização dos dados e oferecendo insights qualitativos valiosos. Outro dos aspetos importantes, assume-se em torno da compreensão do contexto social, dado que as entrevistas, evidenciaram-se particularmente eficazes para compreender o contexto social, cultural e familiar que influencia a delinquência juvenil na comunidade de Rabo de Peixe, constituindo-se como dados importantes para responder aos primeiros dois objetivos.

Para dar resposta ao terceiro objetivo, o questionário permite dar uma maior amplitude e quantificação ao estudo, possibilitando a recolha de dados de uma amostra considerável, permitindo uma visão mais alargada e abrangente sobre a percentagem e as características da delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe. Quanto às perguntas existentes nos mesmos, possibilitaram uma padronização, garantindo que todos os participantes responderam a questões semelhantes, possibilitando uma comparação direta entre as respostas e a identificação de padrões e tendências. Por fim, no que concerne a aplicação dos inquéritos por questionário, denotamos uma maior eficiência na análise, uma

vez que os dados provenientes de questionários são facilmente quantificáveis, facilitando a análise estatística e a identificação de correlações significativas entre variáveis.

3.7.5. Aprovação e Consentimento Ético

Após a elaboração de ambos os instrumentos, a apreciação das Orientadoras da Investigação e a aprovação e Comité ético, iniciou-se os primeiros contactos com a Instituição, para dar a conhecer a presente investigação e garantir a conformidade com padrões éticos. As declarações de consentimento, foram cuidadosamente entregues a todos os participantes, incluindo os encarregados de educação, para assegurar a participação informada dos jovens na pesquisa. (Apêndice 4).

3.7.6. Recolha e Análise de Dados:

A etapa de recolha e análise de dados, como referido anteriormente, ocorreu com a realização das entrevistas semiestruturadas aos técnicos e aplicação dos questionários aos jovens. A análise dos dados, proporcionou uma compreensão aprofundada do papel do educador social, bem como a sua pertinência na intervenção contra a delinquência juvenil, na vila de rabo de peixe.

3.7.7. Triangulação de Dados

Após a análise, recolha e tratamento dos dados, estes foram submetidos a um processo de triangulação, incorporando informações provenientes da análise documental, entrevistas e inquéritos. Esta abordagem reforçará a validade e confiabilidade dos resultados obtidos.

3.7.8. Discussão dos Resultados

Por fim a última etapa da investigação, compreende uma discussão minuciosa e reflexiva dos resultados obtidos, contribuindo para o entendimento aprofundado do papel do educador social nas respostas de intervenção na delinquência juvenil.

Estes procedimentos metodológicos, conduzidos com rigor científico e ético, visam contribuir significativamente para a literatura existente e fornecer *insights* valiosos para a prática profissional na área da intervenção social, nomeadamente da Região Autónoma dos Açores.

4. Análise de dados

A etapa de análise de dados advém da recolha efetuada, através dos dois instrumentos de pesquisa utilizados, as entrevistas e os inquéritos por questionário. Realizaram-se cinco entrevistas, aprofundadas com técnicos da “Valência A” e “Valência B” da Instituição do estudo. Estas entrevistas, permitiram-nos obter *insights* detalhados sobre os desafios e sucessos das suas intervenções, qual a sua perceção sobre o Técnico Superior de Educação Social e bem como a sua perceção do impacto que têm no problema da delinquência juvenil local. Já os questionários foram aplicados a um grupo de 45 jovens de ambos os géneros das duas valências, garantindo uma amostra diversificada.

4.1. Descrição dos resultados

4.1.1. Entrevistas aos técnicos

Analisando os dados recolhidos nas entrevistas aos cinco técnicos das Valências e tal como representado (tabela 5), observou-se que a média de idades dos cinco inquiridos, é de 39,6 anos de idade e que a maioria refere ser do género feminino (N=4, 80%). Relativamente às habilitações académicas, verificou-se que quatro dos cinco inquiridos, possuem o 12º ano de escolaridade (N=4; 80%), através de cursos profissionais, nomeadamente, Auxiliar de infância, Arquivo e documentação, Animação Sociocultural e Auxiliar de Educação e apenas um participante tem formação a nível académico (N=1; 20%), nomeadamente o Mestrado em Psicologia Criminal. Quanto à profissão, com a mesma percentagem, existem dois Técnicos Profissionais de Animação Sociocultural (40%) e dois Ajudantes de Educação e Especialistas (40%), existindo apenas um Técnico Superior (20%) a desempenhar a função de Diretor(a) Técnico(a). Por fim, no que indica o seu local de intervenção, dois dos profissionais realizam a sua intervenção na “Valência A” (N=2; 40%), dois na “Valência B” (N=2; 40%) e um o(a) Diretor(a) Técnico(a), em ambas as valências (N=1; 20%).

Dados Sociodemográficos	N = 5
Idade	N %
29	1 (20%)
35	1 (20%)
39	1 (20%)
42	1 (20%)
53	1 (20%)
Média	M=39,6 anos
Gênero	N %
Masculino	1 (20%)
Feminino	4 (80%)
Habilitações	N %
12º ano	4 (80%)
Mestrado	1 (20%)
Profissão	N %
Diretor(a) Técnico(a)	1 (20%)
Téc. Profissional de Animação Sociocultural	2 (40%)
Ajudante de Educação e Especialista	2 (40%)
Valência	N %
“Valência A”	2 (40%)
“Valência B”	2 (40%)
Ambas	1 (20%)

Tabela 5 - Dados sociodemográficos de entrevistas aos técnicos

Como descrito na tabela 6, e relacionando os anos de experiência na área com os anos de experiência na valência, observa-se que, o máximo de anos de experiência na área é de 20 perfazendo os mesmos 20 anos na mesma instituição. Outros dois técnicos, referem possuir 19 anos de experiência, contudo, um está há 17 anos na mesma instituição e outro apenas há 1 ano. Os restantes dois técnicos, indicam ter 14 e sete anos de experiência e 11 e sete anos de funções na instituição (Tabela 6).

		Anos de experiência na área (N=5)			
		7	14	19	20
Anos de função na instituição	1			1	
	7	1			
	11		1		
	17			1	
	20				1

Tabela 6 – Dados de anos de experiência na área VS anos de função na instituição

Questionados acerca dos recursos humanos existentes nas suas valências, a totalidade dos entrevistados, indicou Animador Sociocultural (N=5; 100%), Ajudante de Educação (N=5; 100%) e Diretor(a) Técnico(a) (N=5; 100%). Quanto ao trabalho efetuado com os jovens, os Técnicos foram questionados sobre quais as intervenções que eram realizadas na sua valência e como se desenvolviam, sendo a sua perceção a seguinte: três dos técnicos indicaram oficinas de expressão plástica (N=3; 60%), sendo esta uma atividade de expressão plástica, alusiva a efemeridades e diversos temas/problemas debatidos com os jovens, como é o exemplo dos Objetivos do Desenvolvimento sustentável e o Bullying. Três técnicos referiram trabalhar a relação terapêutica através de momentos intergeracionais (N=3; 60%), utilizando o clube de leitura, parcerias e oficinas de expressão plástica; dois (40%) técnicos indicaram ações de sensibilização/discussão de diversas temáticas (N=2; 40%) (que ocorrem através de observação de necessidades/problemas identificados), desenvolvendo/programando sessões com diversos temas como o trabalhar as emoções; um técnico salientou promover o respeito através de dinâmicas (N=1; 20%); um técnico assinalou ações com parceiros, com o intuito de dinamizar atividades de sensibilização e prevenção primária/secundária (N=1; 20%); um técnico referiu ainda um grupo de música, através de dinâmicas, ensaios e atuações (N=1; 20%) e, por fim, um técnico relevou as atividades de vida diária no acompanhamento dos jovens e preparando os mesmos para o futuro (N=1; 20%) (Tabela 7).

Recursos Humanos	N = 5
RH existentes nas valências	N %
Animador Sociocultural	5 (100%)
Ajudante de Educação	5 (100%)
Diretor(a) Técnico(a)	5 (100%)
Intervenções na valência	N %
Oficinas de expressão plástica	3 (60%)
Relação Terapêutica	3 (60%)
Sensibilização/discussão de diversas temáticas	2 (40%)
Trabalhar o respeito através de dinâmicas	1 (20%)
Ações com parceiros	1 (20%)
Grupo de música	1 (20%)
Atividades de vida diária	1 (20%)

Tabela 7 - Dados de RH existentes nas valências e quais as intervenções realizadas

Relativamente às instituições/respostas que intervêm com crianças e jovens na Vila de Rabo de Peixe e que os técnicos têm conhecimento, foram descritas sete, as da presente

investigação os ATL's e as Escolas. Ainda no que concerne às instituições/respostas sociais, foi questionado aos técnicos, quais das respostas dadas anteriormente, intervinham efetivamente na problemática da delinquência juvenil, sendo as repostas: foram identificadas as instituições que colaboram no estudo assim como a polícia e o Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil, como parceiros na intervenção sobre esta problemática (Tabela 8).

Instituições/ Respostas	N = 5					
	“Valência A”	“Valência B”	CDIJ	ATL'S	Casa do povo	Escolas
EA ¹	X	X	X			
EB ²	X	X	X	X	X	
EC ³	X		X			X
ED ⁴	X		X			
EE ⁵	X		X			
Intervêm na delinquência	X		X			

Tabela 8 - Dados de instituições/respostas que intervinham com crianças e jovens em risco na Vila de Rabo de Peixe

No que concerne aos projetos de intervenção que são realizados na Vila de Rabo de Peixe sobre a delinquência juvenil, os técnicos indicaram que têm conhecimento (tabela 9) dos projetos: Atividade de desporto em conjunto (N=3; 60%), Acompanhamento aos jovens (N=2; 40%), Intervenção parental (N=1; 20%), Competências socio-emocionais (parado desde o covid) (N=1; 20%), Atividades/grupo de música (N=1; 20%), Sessões de sensibilização (N=1; 20%) e ações em articulação com as escolas (N=1; 20%).

Na resposta à questão: “Na sua visão, e de acordo com os projetos enumerados anteriormente, como são constituídas as equipas e quais acha serem os técnicos indispensáveis à equipa técnica?” Conforme representado na tabela, os cinco técnicos referiram um Psicólogo e Animador Sociocultural (N=5; 100%), quatro técnicos referiram um (a) diretor(a)/coordenador(a) (N =4; 80%) e Ajudante de Educação (N=4; 80%), e dois técnicos referiram o Assistente Social (N=2; 40%) e um técnico identificou o Sociólogo (N=1; 20%). No final das respostas, e uma vez, que nenhum dos cinco técnicos referiu o

¹ EA - Entrevista A

² EB - Entrevista B

³ EC - Entrevista C

⁴ ED - Entrevista D

⁵ EE - Entrevista E

Técnico de Educação Social, o entrevistador questionou, sobre se achavam pertinente a inclusão de um Educador Social nas equipas, tendo os cinco indicado que sim (N=5; 100%) (Tabela 9). Deste modo, sempre que um dos técnicos referia que sim, o entrevistador questionava o porquê, tendo registado as seguintes justificações: (EC), *“Tem de existir uma ligação entre as diversas áreas para uma intervenção correta”*; *“A socialização entre filhos e pais está cada vez mais fraca, devido às redes sociais e nota-se que os pais inconscientemente se afastam dos filhos. Logo é necessária uma intervenção dupla onde se faça uma ponte entre as necessidades do jovem e dos pais. Assim provavelmente com mais técnicos como o Educador Social, a intervenção poderia ter mais sucesso”*. (ED), *“Existindo a multidisciplinariedade, melhor será a intervenção”*; *“Participar na criação de projetos bem como intervir em equipas para prevenção e intervenção no terreno”*. (EE), *“Existir maior multidisciplinaridade nas equipas, cruzando deste modo conhecimentos”*; *“Ter um técnico que faça uma intervenção mais junto das famílias”*. Da análise às respostas apresentadas, releva-se que os técnicos quando questionados salientam a importância da inclusão dos Técnicos Superiores de Educação Social no trabalho com as famílias, em projetos de prevenção e intervenção direta.

Projetos de Intervenção na delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe	
Projetos/Intervenções	N=5 (%)
Atividade de desporto em conjunto	3 (60%)
Acompanhamento	2 (40%)
Intervenção parental	1 (20%)
Competências Socioemocionais	1 (20%)
Componente Musical	1 (20%)
Sessões de sensibilização	1 (20%)
Ações em articulação com as escolas	1 (20%)
Constituição equipa técnica	N=5 (%)
De acordo com as respostas anteriores, como são constituídas as equipas e quais acha serem os técnicos indispensáveis à equipa técnica?	
Psicólogo	5 (100%)
Animador Sociocultural	5 (100%)
Diretor	4 (80%)
Ajudante de Educação	4 (80%)
Assistente Social	2 (40%)
Sociólogo	1 (20%)
Técnico Superior de Educação Social nas equipas	
Pertinente, porquê?	Entrevista
Sem justificação	EA
Sem justificação	EB
“Tem de existir uma ligação entre as diversas áreas para uma intervenção correta”; “A socialização entre filhos e pais está cada vez mais fraca, devido às redes sociais e nota-se que os pais inconscientemente se afastam dos filhos. Logo é necessária uma intervenção dupla onde se faça uma ponte entre as necessidades do jovem e dos pais. Assim provavelmente com mais técnicos como o Educador Social, a intervenção poderia ter mais sucesso”.	EC
“Existindo a multidisciplinidade, melhor será a intervenção”; “Participar na criação de projetos bem como intervir em equipas para prevenção e intervenção no terreno”.	ED
“Existir maior multidisciplinidade nas equipas, cruzando deste modo conhecimentos”; “Ter um técnico que faça uma intervenção mais junto das famílias”.	EE

Tabela 9 - Dados de projetos e constituição das equipas de intervenção na vila de Rabo de Peixe

De modo a compreender como intervir na delinquência juvenil, foi questionado aos entrevistados, qual seria, na sua visão, o modelo ideal de intervenção. Das diversas respostas dadas, as que mais se destacaram foram: Intervenção sociofamiliar (N= 4; 80%); Alteração de Políticas governamentais (N= 2; 40%); Intervenção no terreno de equipas multidisciplinares (N= 2; 40%); Equipas de RSI com técnicos de diferentes áreas para que possam intervir no terreno (N=2; 40%). Em menor percentagem, Sensibilização (N=1;20%); Atividades/Projetos que promovam a socialização (N=1;20%); Intervenção no meio escolar

(N=1;20%); Capacitação de competências (N= 1; 20%); Existir continuidade nos programas/Projetos de intervenção (N=1; 20%) (Tabela 10).

Modelo de Intervenção					N = 5
Modelo ideal de intervenção na delinquência juvenil	EA	EB	EC	ED	EE
Intervenção Sociofamiliar	X		X	X	X
Sensibilização	X				
Alteração de políticas governamentais	X	X			
Intervenção no terreno por equipas multidisciplinares		X	X		
Atividades/Projetos que promovam a socialização			X		
Intervenção no meio escolar					X
Equipas de RSI multidisciplinares com intervenção no terreno		X		X	
Capacitação de competências				X	
Continuidade de programas/projetos de intervenção				X	

Tabela 10 - Dados modelo ideal de intervenção na delinquência juvenil

À questão tendo em conta a sua intervenção e o seu conhecimento acerca do meio onde a sua intervenção está inserida, qual o seu entendimento relativamente ao aumento ou diminuição da delinquência na vila, das cinco respostas, quatro técnicos referem que a delinquência aumentou (N=4; 80%) e apenas um refere que acha que diminuiu (N=1; 20%) (Tabela 11).

Delinquência juvenil - Aumento ou diminuição	N = 5 (%)
Aumentou	4 (80%)
Diminuiu	1 (20%)
Justificação?	Entrevista
“O acesso às redes sociais, fez com que os jovens socializassem menos existindo assim menos empatia entre pares e mais agressividade”.	EA
Sem justificação, por ter estado ausente do serviço por longo período.	EB
“Ter uma vida com acesso demasiado facilitado a nível económico”, “O acesso gratuito e desmedido por parte de crianças e jovens às drogas/substâncias, sendo este o principal cancro da vila”; “Utilização das crianças/jovens por parte de adultos nomeadamente familiares, para o tráfico de drogas/substâncias, uma vez que a sua circulação é mais facilitada”, “Ver crianças e jovens com smartphones de 800/1000 euros é algo que me faz confusão, pois é o que recebem em troca destes serviços”.	EC
“Aumento das problemáticas no seio familiar durante e após pandemia (ficaram muito mais expostos)”, “Programas e projetos que terminaram ou nem começaram”.	ED
Devido a costumes/cultura da vila, é algo que está enraizado”.	EE

Tabela 11- Dados de perceção do aumento ou diminuição da delinquência juvenil na vila de Rabo de Peixe

O/a técnico(a) que referiu que no seu entender a delinquência diminuiu, referiu ainda que esta sua noção poderá não ser a correta, uma vez que esteve por ausente do local de trabalho por um certo período. Relativamente aos restantes quatro técnicos, que consideram que a delinquência na vila “aumentou” as suas justificações foram as seguintes: (EA), “O acesso às redes sociais, fez com que os jovens socializassem menos existindo assim menos empatia entre pares e mais agressividade”; (EC), “Ter uma vida com acesso demasiado facilitado a nível económico”, “O acesso gratuito e desmedido por parte de crianças e jovens às drogas/substâncias, sendo este o principal cancro da vila”; “Utilização das crianças/jovens por parte de adultos nomeadamente familiares, para o tráfico de drogas/substâncias, uma vez que a sua circulação é mais facilitada”, “Ver crianças e jovens com smartphones de 800/1000 euros é algo que me faz confusão, pois é o que recebem em troca destes serviços”. (ED), “Aumento das problemáticas no seio familiar durante e após pandemia (ficaram muito mais expostos)”, “Programas e projetos que terminaram ou nem começaram”; (EE), “Devido a costumes/cultura da vila, é algo que está enraizado”.

Relativamente à questão “qual/ais as causas que na sua perceção propiciam a origem da delinquência juvenil? Justifique?” Como indicado na tabela 12, foram apontadas como principais perceções: o meio familiar, o consumo de substâncias lícitas e ilícitas, a componente escolar, a componente sobre os costumes culturais, a componente socioeconómica e o grupo de pares.

Delinquência juvenil		N = 5 (%)
Perceção sobre causas/origens da delinquência juvenil		
	Meio familiar	5 (100%)
	Consumo de substâncias lícitas e ilícitas	4 (80%)
	Componente escolar	4 (80%)
	Componente costumes culturais	3 (60%)
	Componente socioeconómica	2 (40%)
	Grupos de pares	1 (20%)

Tabela 12 - Dados de perceção sobre causas ou origens da delinquência juvenil

A totalidade dos técnicos (N=5; 100%), apontou como maior causa o meio familiar, no qual os jovens estão inseridos, justificando que, (EA), “Deveria existir responsabilização parental”. (EB), “Falta competências parentais aos pais”; (EC), “A intervenção realizada com os jovens é desconstruída no seio familiar”; (ED), “Os jovens percebem através das

famílias que não precisam estudar, nem ter um comportamento adequado para ter dinheiro"; (EE), "Os pais não têm competências para educar".

Relativamente à percepção da componente escolar, quatro técnicos afirmaram que poderia propiciar a delinquência juvenil (N=4; 80%), justificando que (EA), "A escolaridade baixa", "O absentismo escolar"; (EC), "A falta de objetivos/rumos de vida, afasta o jovem da escola, levando o mesmo por maus caminhos"; (ED), "Se existisse maior vigilância no âmbito escolar, os jovens teriam mais receio"; (EE); "As crianças e jovens faltam quando querem às aulas porque não lhes acontece nada, nem existe responsabilização parental"

O acesso a substâncias lícitas e ilícitas foi ainda apontado pelos técnicos (n=4, 80%) como uma das causas da delinquência juvenil, fazendo referência a, (EA; ED; EE), "Venda de drogas"; (EA; EB; EE), "Consumos"; (EB), "Relações/conhecimento de dealers de drogas"; Quanto à componente costumes culturais, três técnicos referiram que poderia propiciar a delinquência juvenil (N=3; 60%). Como justificação, indicaram (EC), "Políticas governamentais desajustadas"; (ED); "Transmissão cultural de costumes como o acesso a rendimentos"; (ED; EE), "A própria venda de substâncias"; (ED), "A baixa escolaridade, que é algo cultural". Na componente socioeconómica, existiram duas respostas validadas (N=2; 40%), indicando que: (EC), "Já não existe pobreza nem fome, sinto que qualquer cidadão tem dinheiro e acesso a diversos apoios" (EE), "As famílias têm excesso de rendimentos e vivem todos de apoios"; referiram ainda que (EA), "A prostituição e o tráfico de substâncias, alicia os jovens, pois é dinheiro fácil". Por fim, um dos cinco técnicos referiu os grupos de pares (N=1; 20%) como potenciador da delinquência juvenil.

Relativamente à questão "Identifique quais as lacunas existentes na Vila de Rabo de Peixe (Instituições/ Projetos) que, no seu entender, poderiam ser importantes na redução da delinquência juvenil", e tal como descrito na tabela 13, os técnicos referiram: (EA), "Acho que deveriam existir regras/leis mais rígidas" (N=1; 20%); (EB), "Projetos com especialização na área de jovens/delinquência e de intervenção no meio escolar" (N=1; 20%); (EC), "Criar um centro educativo na região, para casos mais problemáticos" (N=1; 20%); (EB, ED), "Reestruturar o ensino na Vila" (N=2; 40%); (EC), "Existir maior patrulhamento nas ruas" (N=1; 20%); (ED, EE), "Criação de equipa multidisciplinar de intervenção na rua e de intervenção sociofamiliar" (N=2; 40%); (ED), "Criar mais espaços de intervenção local de proximidade" (N=1; 20%); (ED), "Criar/adaptar respostas educacionais de acordo com as necessidades/interesses dos jovens, como por exemplo, cursos de mecânica, pesca, agricultura" (N=1; 20%); (ED), "Intervir sobre o absentismo

escolar” (N=1; 20%); (ED), *Programas de animação e educação social que trabalhassem competências.* (EB, ED, EE), *“Intervir nas escolas através da educação não formal, existindo assim maior acompanhamento; “Ponte entre as respostas/instituições locais, facilitando a intervenção”* (N=3; 60%); (EE), *“Equipas compostas por mais técnicos”* (N=1; 20%).

Lacunas Vila de Rabo de Peixe					N = 5
Instituições/Projetos na redução da delinquência juvenil	EA	EB	EC	ED	EE
Regras ou leis mais rígidas	X				
Projetos de intervenção escolar	X				
Centro Educativo na região	X				
Reestruturação do ensino na Vila		X		X	
Patrulhamento mais frequente			X		
Equipa de rua multidisciplinar			X		X
Espaços de intervenção local de proximidade				X	
Criar/adaptar respostas educacionais				X	
Absentismo escolar				X	
Programas de competências				X	
Ponte entre valências e instituições locais		X		X	X
Equipas multidisciplinares		X			
Outras	EA	EB	EC	ED	EE
O educador social poder desempenhar a função de moderador mais perto das famílias”		X			
“Realizar intervenções de sensibilização e prevenção”			X		
“Planear e aplicar programas de transformação geracional”.				X	

Tabela 13 - Dados de percepção das lacunas existentes na vila de Rabo de Peixe

De acordo com as respostas prestadas à questão *“De acordo com as características do Técnico Superior de Educação Social, quais entende serem as mais importantes, na área de intervenção associada à delinquência juvenil?”*, todos os técnicos inquiridos entendem que a intervenção/aconselhamento e moderação sociofamiliar, bem como a competência de desconstrução social de costumes/dependências são as características mais importantes num Técnico Superior de Educação Social (N=5; 100%). Quatro quintos referem a Promoção de cidadania (N= 4; 80%) e três quintos mencionam a Intervenção em meio escolar (N= 3; 60%), a capacitação de competências (N= 3; 60%), e a intervenção no terreno com equipas do RSI (N= 3; 60%), (Tabela 14). Outras das características referidas foram, (EB), *“O educador social poder desempenhar a função de moderador mais perto*

das famílias” (EC), “Realizar intervenções de sensibilização e prevenção”, (ED), “Planear e aplicar programas de transformação geracional”.

Características Educador Social	N = 5
Características do Educador Social mais importantes na intervenção na delinquência juvenil	N %
Intervenção/aconselhamento e moderação sociofamiliar	5 (100%)
Desconstrução social de costumes/dependências	5 (100%)
Promoção de cidadania	4 (80%)
Intervenção no meio escolar	3 (60%)
Capacitação de competências	3 (60%)
Intervenção no terreno com equipas de RSI	3 (60%)

Tabela 14 - Dados de perceção sobre características mais importantes do Educador Social na intervenção na delinquência juvenil

Como referido na tabela 15, os técnicos entrevistados foram questionados, se consideravam fazer sentido abordar a temática da delinquência juvenil no âmbito das suas funções, pergunta à qual todos os profissionais, responderam que sim (N=5; 100%). Questionados ainda se estes *alguma vez tinham refletido sobre a composição das equipas de intervenção na área da delinquência juvenil*, nos Açores, quatro quintos referiram que não (N= 4; 80%) e um quinto referiu que sim (N= 1; 20%). Quanto às suas respostas, os elementos A, B, C, E, que referiram que não, proferiram as seguintes frases, (EA), “Não, mas após a entrevista sim e faz todo o sentido as equipas serem compostas por técnicos de diversas áreas”; (EB) “Não, mas agora faz-me sentido existirem Educadores Sociais na nossa equipa”; (EC), “Não, porque estamos acomodados ao ratio que sempre foi atribuído às equipas, mas agora faz-me todo o sentido pensar de modo diferente, e existirem técnicos de diferentes áreas”; (EE), “Não, contudo, agora vejo que a constituição das equipas não é suficiente e faria sentido ter um Educador Social, pois cada técnico tem a sua intervenção”. O entrevistado (ED), afirmou que, “Sim, porque quando vejo outros projetos de âmbito nacional, vejo que a composição das equipas é multidisciplinar” (Tabela 15).

Delinquência juvenil e constituição das equipas nos Açores		
Entrevista	Faz sentido abordar esta temática no âmbito das suas funções?	Reflexão sobre a composição das equipas de intervenção na área da delinquência juvenil nos Açores?
EA	Sim	Não
EB	Sim	Não
EC	Sim	Não
ED	Sim	Sim
EE	Sim	Não

Tabela 15 - Dados sobre a pertinência da problemática e de reflexão da composição das equipas de intervenção nos Açores

Por fim, a questão final, que questionava se *deveria ter sido colocada mais alguma questão ao longo da entrevista*, quatro quintos indicaram que não (N= 4; 80%), e um quinto referiu que sim (N= 1; 20%). A sua questão baseou-se em se deveria existir uma intervenção diferente no meio escolar. Como justificação proferiu que, (EC), *“deveria existir uma intervenção direta neste meio por parte de uma equipa, a qual promovesse a reintegração dos jovens no meio escolar, e existisse intervenção no âmbito da sensibilização e inclusão social”*. O entrevistado (EC), indicou ainda, que esta intervenção poderia incluir *“projetos em que as famílias a título de obrigatoriedade, dirijam-se á escola”* trabalhando deste modo *competências parentais e diminuindo o absentismo escolar, bem como comportamentos de delinquência”* (Tabela 16).

Questões	
Entrevista	Houve alguma questão que na sua opinião deveria ter sido colocada e que gostaria de acrescentar?
EA	Não
EB	Não
EC	Sim
ED	Não
EE	Não

Tabela 16 - Dados sobre questões após a entrevista

4.1.2 Inquéritos por questionários aos jovens

Através dos dados recolhidos e tal como descrito na tabela 17, observa-se que a média de idades dos 45 jovens participantes, situa-se nos 11,15 anos de idade, refletindo a fase de transição da infância para a adolescência. Quanto à distribuição por género, esta revela quase uma igualdade, contando com 24 jovens do género masculino (53,3%) e 21 do

género feminino (46,7%). Relativamente ao concelho de residência dos inquiridos, a sua totalidade (N= 45; 100%), indica residir no concelho da Ribeira Grande, concelho do qual faz parte a Vila de Rabo de Peixe (Tabela 17).

No que concerne ao grau de escolaridade, observa-se que mais de um quinto dos jovens frequenta o 4º ano (N=12; 26,7%), quase outro quinto frequenta o 6º ano e o curso TVA (Turma de Vida Ativa) (N=8; 17,8%), mais de 15% frequenta o 5º ano (N=7; 15,6%), quase um décimo dos jovens frequenta o 3º e o 7º anos (N=4; 8,9%) e apenas 2,2% frequenta o 1º ano (N=1; 2,2%). Quanto à escola frequentada, mais de metade dos jovens frequenta a Escola 2 (N= 28; 62,2%) e mais de um terço frequenta a Escola 1 (N=17; 37,8%).

Dados Sociodemográficos		N = 45
Idade		N %
	8 anos	3 (6,67%)
	9 anos	6 (13,3%)
	10 anos	7 (15,6%)
	11 anos	7 (15,6%)
	12 anos	13 (28,9%)
	13 anos	5 (11,1%)
	14 anos	4 (8,9%)
	Média	M=11,15 anos
Género		N %
	Masculino	24 (53,3%)
	Feminino	21 (46,7%)
Ano na escola		N %
	2º ano	1 (2,2%)
	3º ano	4 (8,9%)
	4º ano	12 (26,7%)
	5º ano	7 (15,6%)
	6º ano	8 (17,8%)
	7º ano	4 (8,9%)
	TVA 1º 4º Ciclo	8 (17,8%)
Zona geográfica		N %
	Norte (Ribeira Grande)	45 (100%)
Escola que frequenta		N %
	Escola 1	17 (37,8%)
	Escola 2	28(62,2%)

Tabela 17 - Dados sociodemográficos dos inquiridos

No que diz respeito ao núcleo familiar, a grande maioria dos jovens menciona viver com o pai (N= 43; 95,6%), com a mãe (N=41; 91,1%) e com os irmão(s) (N=42; 93,3%); mais de dois quintos refere viver com os(as) avó/ô(s) (N=20; 44,4%), mais de um terço com os(as) tio/a(s) (N=16; 35,6%) e mas de um quinto com os primo(s) (N=13; 28,9%). E verifica-se, ainda que uma minoria dos jovens refere viver com os cunhado(s) (N=3;6,7%), com os sobrinhos/a(s) e com a madrasta (N=2; 4,4%, respetivamente) (Tabela 18).

Composição familiar		N = 45
Mora		N %
	Mãe	41 (91,1%)
	Pai	43 (95,6%)
	Irmãos	42 (93,3%)
	Madrasta	2 (4,4%)
	Avós	20 (44,4)
	Tios	16 (35,6%)
	Primos	13 (28,9%)
	Cunhado(a)s	3 (6,7%)
	Sobrinhos	2 (4,4%)

Tabela 18 - Dados de composição familiar dos inquiridos

De acordo com o levantamento de dados efetuado, observou-se que a maioria dos jovens encontram-se na resposta “Valência B” (N=25; 55,5%) e mais de dois quintos dos jovens participantes encontram-se inseridos na resposta “Valência A” (N=20; 44,4%).No que diz respeito ao gosto por frequentar as respostas referidas anteriormente, bem como à participação das atividades propostas pela valência, todos os participantes respondem gostar (N=45; 100%) (Tabela 19).

	Frequenta	“Valência A”	“Valência B”
Estrutura	N %	N %	N %
Sim	45 (100%)	20 (44,4%)	25 (55,5%)
N	N=45	N=20	N=25

Tabela 19 - Dados de frequência de resposta social/valência

Uma das questões específicas sobre os comportamentos na delinquência, referia-se ao cometimento de um ato punido por lei. Do total dos participantes verificou-se que quase um décimo dos jovens mencionou ter cometido um ato punido por lei (N=4; 8,9%), designadamente a agressão física.

No que diz respeito ao consumo de substâncias lícitas e ilícitas, o consumo do álcool, foi referido por mais de um quinto dos participantes (N=11; 24,4%), e menos de um décimo

mencionou consumir drogas (N=3; 6,7%). Verificando-se que a média de idade de experimentação de álcool foi de 9,5 anos, existindo uma maior prevalência do 1º consumo, entre os 9 e os 10 anos de idade e média de idade de experimentação de drogas foi de 11 anos, havendo uma maior prevalência do 1º consumo entre os 10 e os 12 anos de idade. Quanto à frequência de consumos na atualidade, e tendo em conta apenas os jovens que mencionaram já ter consumido álcool (N=11) e drogas (N=3), verificou-se que a maioria dos jovens referiu não consumir atualmente álcool e drogas (N=8; 72,7%; N=3; 100%; respetivamente) e mais de um quinto dos jovens mencionou consumir raramente álcool (N=3;27,3%).

Relativamente ao que propiciou o consumo destas substâncias, dos jovens que mencionaram já ter consumido álcool (N=11) e drogas (N=3), a maioria dos jovens que refere já ter experimentado álcool, indica que foi por incentivo de familiares (N=6; 54,4%), mais de um terço por incentivo dos amigos (N=4; 36,6%) e 9% por iniciativa própria (N=1; 9%). Quanto ao consumo de drogas, a totalidade dos jovens refere que foi por vontade própria (N=3; 100%) (Tabela 20).

Atos delinquentes N=45	Agressão física		Álcool		Drogas	
Cometeu/Consome	N%		N %		N %	
Sim	4 (8,9%)		11 (24,4%)		3 (6,7%)	
Não	41 (91,1%)		34 (76,6%)		42 (93,3)	
	N=4		N=11		N=3	
Idade de experimentação	Álcool (N=11)			Drogas (N=3)		
7 anos	1 (9,1%)			0		
9 anos	4 (36,4%)			0		
10 anos	4 (36,4%)			1 (33,33%)		
11 anos	2 (18,1%)			1 (33,33%)		
12 anos	0			1 (33,33%)		
N	N=11		M=9,5 anos		N=3	
					M=11 anos	
Atualmente consome	Álcool (N=11)			Drogas (N=3)		
Nunca	8 (72,7%)			3 (100%)		
Raramente	3 (27,3%)			0		
Quem incentivou	Álcool (N=11)			Drogas (N=3)		
O próprio	1 (9%)			3 (100%)		
Familiar	6 (54,4%)			0		
Amigos	4 (36,6)			0		

Tabela 20 - Dados de relação entre atos delinquentes, tipo de ato, consumo de substâncias, idade de início, frequência de consumo e incentivo

Dado que os grupos de pares, são entendidos como um elemento influenciador do consumo de substâncias e cometimento de atos de delinquência, foi efetuada a questão,

“Tens amigos que consomem álcool e/ou drogas?”. Das 45 respostas obtidas, 16 jovens participantes referem que sim (35,6%) e os restantes 29 participantes, referem que não (64,4%) (Tabela 21).

Amigos que consomem N=45	
Consumem álcool ou drogas	N %
Sim	16 (35,6%)
Não	29 (64,4%)

Tabela 21 - Dados de consumo de grupos de pares

De acordo com o consumo de substâncias lícitas e ilícitas, e o acesso às mesmas, a maioria dos participantes indica que o acesso não é facilitado (N=29; 64,4%) mas mais de um terço dos jovens refere ter acesso facilitado (N=16; 35,6). Tendo em conta as 16 respostas, que indicavam o acesso facilitado, e analisando os locais de aquisição destas substâncias, a grande maioria dos jovens destaca e nomeia “as ruas” (N=14; 87,5%) (Tabela 22).

Acesso facilitado a álcool e drogas	
Acesso facilitado	N%
Sim	16 (35,6%)
Não	29 (64,4%)
	N=45
Onde	N%
No porto	1 (6,25%)
Nos bairros	1 (6,25%)
Nas ruas	14 (87,5%)
N	N=16

Tabela 22 -Dados de acesso a substâncias lícitas e ilícitas

Questionados sobre o que leva os jovens a consumirem substâncias lícitas e ilícitas, a maioria dos participantes refere não saber (N= 29; 64,4%). Contudo, um terço dos jovens percebe que os amigos/grupos de pares (N=15; 33,3%) e apenas um participante refere o absentismo escolar (N=1; 2,2%). Quanto à percepção dos jovens, relativamente ao que leva ao cometimento de atos considerados delinquentes, a grande maioria dos inquiridos percebe que é devido à influência de amigos/grupos de pares (N= 32; 71,1%), seguido pelo absentismo escolar e devido ao meio familiar no qual se inserem (N=6; 13,3%). Menos de 5% dos participantes referem ser devido ao consumo de substâncias (N=2; 4,4%) e um participante menciona a situação de desemprego dos pais (N=1; 2,2%) (Tabela 23).

O que leva os jovens a consumirem/praticarem?		
Fatores	Consumir substâncias	Atos delinquentes
Absentismo escolar	1 (2,2%)	6 (13,3%)
Os amigos/Grupos de pares	15 (33,3%)	32 (71,1%)
Consumo de substâncias	0	2 (4,4%)
Desemprego dos pais	0	1 (2,2%)
Família	0	6 (13,3%)
Não sei	29 (64,4%)	0
N	N=45	

Tabela 23 - Dados de fatores que levam a práticas delinquentes e consumo de substâncias

Após a questão sobre os fatores que no entender dos jovens, propiciavam a prática de atos considerados delinquentes, os mesmos foram questionados sobre quais os fatores que na sua percepção, poderiam resultar como atenuantes na prática destes comportamentos. Das 37 respostas válidas, a grande maioria dos inquiridos (N=36; 97,3%), indicaram o bom relacionamento/ambiente familiar e apenas um jovem referiu o pertencer a grupos desportivos/praticar desportos (N=1; 2,7%) (Tabela 24).

Fatores atenuantes de comportamentos delinquentes N=37	
Fatores	N%
Relacionamento/ambiente familiar positivo	36 (97,3%),
Grupos desportivos/Praticar desportos	1 (2,7%)

Tabela 24 - Dados de fatores atenuantes de comportamentos delinquentes

Questionados sobre se na sua percepção existe relação entre o abandono escolar e a prática de comportamentos delinquentes, o total dos jovens inquiridos, indicaram que sim (N=45; 100%) (Tabela 25).

Relação entre abandono escolar e comportamentos delinquentes N=45	
Fatores	N%
Sim	45 (100%)

Tabela 25 - Dados de relação entre abandono escolar e comportamentos delinquentes

Por fim, a última pergunta efetuada no inquérito por questionário aos 45 jovens, questionava sobre “Na sua opinião, quais as iniciativas que os técnicos da valência que frequentam poderiam realizar, para que fosse possível prevenir comportamentos desviantes e/ou delinquência Juvenil na Vila de Rabo de Peixe?” Como representado na tabela, a totalidade de inquiridos não soube responder à questão (Tabela 26).

Iniciativas dos técnicos para prevenir a delinquência juvenil N=45	
Fatores	N%
Não sei	45 (100%)

Tabela 26 - Dados sobre iniciativas dos técnicos para prevenção da delinquência juvenil

4.2. Discussão dos resultados

Findada a análise dos resultados provenientes das entrevistas e do questionário, entende-se que estes oferecem uma visão ampla e detalhada sobre a delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe, abrangendo tanto a perspectiva dos profissionais da área como a voz dos jovens. A discussão que se segue visa contribuir para um melhor entendimento desta problemática e para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e adaptadas à realidade local na prevenção e combate à delinquência juvenil, bem como dar resposta à questão de partida e concomitantemente, aos objetivos da investigação.

4.2.1. Discussão dos resultados de entrevistas

As entrevistas realizadas com cinco técnicos das valências “Valência A” e “Valência B” na Vila de Rabo de Peixe, no âmbito dos objetivos específicos que visam analisar a intervenção, projetos e instituições locais, e averiguar os recursos e a visão das equipas de intervenção, revelaram conclusões significativas e insights reflexivos.

Refletindo acerca dos dados provenientes da questão sobre a constituição das equipas e o modelo ideal de intervenção sobre esta problemática, observamos que os técnicos referiram na totalidade inclusão de psicólogo e animador sociocultural, indicando que estes profissionais são vistos como indispensáveis, provavelmente devido ao seu papel na compreensão do comportamento humano e na dinamização de atividades sociais. A alta relevância de Diretor/Coordenador e Ajudante de educação, explicitando que estes desenvolvem papéis cruciais para a gestão e apoio educacional. Embora em menor grau referiram ainda a importância do Assistente Social, descrevendo estes profissionais, como técnicos que contribuem para a compreensão e intervenção nos contextos sociais e familiares. Após serem questionados, a totalidade dos entrevistados indicou ser necessário existir nas equipas o Técnico Superior de Educação Social. Como justificação, estes enfatizaram a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, a importância da ligação entre diferentes áreas de intervenção, a necessidade de fortalecer a socialização e a relação entre jovens e pais, nomeando o papel do educador social na criação e

implementação de projetos de intervenção que abranjam todas as justificações anteriormente descritas.

Foram também apresentadas pelos técnicos as intervenções que efetuam nas suas valências, cada uma visando diferentes aspetos do desenvolvimento e bem-estar dos jovens. As oficinas de expressão plástica, permitem a expressão criativa, a reflexão sobre temas importantes, como desenvolvimento sustentável e bullying e podem ser indicadores importantes na perceção por parte dos técnicos, sobre comportamentos e dificuldades dos jovens. Os momentos intergeracionais e o clube de leitura, são duas atividades que focam as suas intervenções na relação terapêutica e na promoção da leitura e do diálogo entre diferentes gerações, contribuindo para uma educação Intergeracional e transmissão de *know how* entre diferentes experiências de vida. As atividades de sensibilização/discussão de temáticas, potenciam a observação de necessidades e problemas, levando ao desenvolvimento de sessões temáticas, abordando emoções e outros tópicos relevantes. Quanto às dinâmicas de fortalecimento e/ou estabelecer de respeito entre pares, focam em dinamizar atividades que promovam o respeito e a prevenção de comportamentos negativos, não só no que concerne o “*self*” como em sociedade. Numa ótica de troca de sinergias, surgem as ações com parceiros, as quais incluem a dinamização de atividades em parceria com outras entidades, reforçando a prevenção e sensibilização. Por fim, as últimas três, referem-se ao grupo de música, atividades de vida diária, e acompanhamento dos jovens, definindo-se ambas como atividades que promovem o desenvolvimento de competências específicas e de interação social, bem como garantir o suporte contínuo e a orientação adequada. Entretanto do ponto de vista dos mesmos, estes referem que na sua perceção as intervenções mais eficazes se relacionam com o desporto (Atividade de desporto em conjunto), o próprio acompanhamento aos jovens, intervenção parental, trabalhar as competências socio-emocionais, atividades/grupo de música, sessões de sensibilização e ações em articulação com as escolas. Estas respostas refletem um conhecimento detalhado e uma abordagem proativa para lidar com a delinquência juvenil, abrangendo áreas como desporto, apoio emocional, envolvimento dos pais/encarregados de educação e educação, pois tal como indica Gohn (2006), a relevância dos ambientes educativos não formais é fundamental no processo educativo, onde a intenção pedagógica se manifesta na participação ativa, na aquisição de conhecimentos e na partilha ou intercâmbio de saberes. O objetivo principal desta abordagem é proporcionar uma maior compreensão sobre o mundo que rodeia os indivíduos, assim como fomentar uma melhor perceção das relações sociais que estes estabelecem

Relativamente ao modelo ideal de intervenção, estes indicaram abordagens que tivessem o seu foco na intervenção sociofamiliar e sensibilização, alteração de políticas governamentais, intervenção no terreno por meio de equipas multidisciplinares, atividades/projetos de socialização e intervenção escolar, equipas do rendimento social de inserção com técnicos de diferentes áreas, intervenção em áreas de capacitação de competências e continuidade nos programas/projetos. Ao comparar as respostas, torna-se evidente que os técnicos possuem uma visão clara da necessidade de uma abordagem multidisciplinar na prevenção da delinquência juvenil. Reconhecem a importância de uma equipa diversificada que possa abordar os vários aspetos da vida dos jovens, desde a saúde mental até à educação, passando pela intervenção familiar e social, indo deste modo ao encontro da teoria de Senge (1990), a qual refere que é necessário envolver todos os sistemas e subsistemas que interagem com a criança ou jovem, para que a intervenção possa ser eficaz. A ênfase na intervenção sociofamiliar, sensibilização, e a inclusão de educadores sociais, reflete um entendimento de que a delinquência juvenil é um problema multifacetado que requer uma resposta integrada e abrangente.

Analisando as respostas dos técnicos sobre as lacunas existentes na Vila de Rabo de Peixe e as características importantes para um Técnico Superior de Educação Social, identificamos diversas áreas-chave para a redução da delinquência juvenil e o papel fundamental que os técnicos de educação social podem desempenhar no exercício das suas funções. No que se refere às lacunas identificadas, os mesmos identificaram, a necessidade de regras/legislação mais rígidas, não só a nível da delinquência juvenil como também a nível social, indicando por isso uma perceção de que medidas mais firmes podem ser eficazes. Projetos especializados em jovens/delinquência e intervenção escolar, sugerindo a importância de focar nas necessidades específicas dos jovens e na prevenção na esfera escolar. A construção de centro educativo para casos problemáticos e reestruturação do ensino, afirmando a necessidade de abordagens educativas mais adaptadas e cuidados de saúde mais especializados. Maior patrulhamento nas ruas e equipas multidisciplinares de intervenção, demonstrando a necessidade de uma presença mais ativa e integrada na comunidade. criação de mais espaços de intervenção local de proximidade e respostas educativas ajustadas, enfatizando a importância da intervenção comunitária e da adaptação educacional às necessidades locais. Por fim, intervenção sobre o absentismo escolar e programas de animação e educação social, destacando a importância de abordar questões escolares e desenvolver competências sociais e educacionais.

Como características importantes para o desempenhar da função de técnico superior de educação social, os inquiridos percecionam a intervenção/aconselhamento e moderação sociofamiliar, reconhecendo como essencial, refletindo a importância da família na prevenção da delinquência. A desconstrução social de costumes/dependências, sugerindo a necessidade de abordar as questões culturais e de dependência, que podem influenciar a delinquência. A promoção de cidadania e intervenção em meio escolar, reforçando o papel dos técnicos na educação para a cidadania e na intervenção direta nas escolas. A capacitação de competências e intervenção no terreno com equipas de rendimento social, assinalando a necessidade de desenvolver competências práticas e de trabalhar em conjunto com programas de inclusão social. Por fim, funções de moderação e intervenções de sensibilização/prevenção, sublinhando o papel dos educadores sociais na moderação familiar e na sensibilização/prevenção.

Ao comparar estas áreas, evidencia-se que os técnicos entendem existir, uma abrangência de necessidades na Vila de Rabo de Peixe, que vão desde a legislação e a segurança pública até intervenções educacionais e familiares mais direcionadas. Apesar de não estarem incluídos nas equipas da região, os técnicos de educação social são vistos como peças-chave nesta estrutura, capazes de atuar em várias frentes para prevenir a delinquência juvenil, validando deste modo o autor Veiga (2009), quando este refere que o Educador Social, intervém através de uma vertente educativa, procurando promover a participação ativa dos indivíduos através de metodologias, e melhorar as relações interpessoais, através de um processo de capacitação socio emocional.

Equiparando as respostas dos técnicos às perguntas sobre a delinquência juvenil e a composição das equipas de intervenção, observamos importantes insights e uma mudança de perspetiva após a reflexão durante a entrevista. A totalidade dos técnicos concorda que abordar a delinquência juvenil é relevante no âmbito das suas funções, indicando um reconhecimento unânime da importância desta questão e da necessidade de atenção e intervenção profissional. No que se refere a composição das equipas que intervêm na área da delinquência juvenil, a maioria dos técnicos nunca tinham refletido sobre as mesmas. Estes dados indicam-nos, que existe um desconhecimento acerca de equipas multidisciplinares, bem como da sua composição e a sua importância. Contudo, após a entrevista, existiu uma mudança de perspetiva, dado que os técnicos identificam a necessidade em existirem equipas compostas por profissionais de diversas áreas, o que reflete uma abertura para abordagens mais integradas. Existe ainda um reconhecimento

explícito da importância de incluir Educadores Sociais nas equipas, indicando um entendimento de que a educação social pode desempenhar um papel crucial não só na intervenção da delinquência juvenil, como em outras intervenções. Um dos aspetos de relevo centra-se, no facto de alguns técnicos expressarem que estavam acomodados ao modelo existente, no entanto, agora percebem a necessidade de repensar e adaptar a composição das equipas. Entende-se que este medo advém das necessidades socioeconómicas sentidas pela população em geral, receando a perda da sua atividade profissional e concomitantemente, dificuldades económicas que afetam o seu bem-estar e qualidade de vida.

Relacionando as respostas iniciais com as reflexões após a entrevista, observa-se uma evolução no pensamento dos técnicos, passando de um desconhecimento sobre a composição das equipas para um reconhecimento da importância de uma abordagem interdisciplinar e da inclusão de Técnicos Superiores de Educação Social. Esta mudança sugere um potencial para desenvolvimento e melhoria nas estratégias de intervenção na delinquência juvenil não só na Vila de Rabo de Peixe, como na Região Autónoma dos Açores, revelando a importância da reflexão e da disposição para mudar abordagens implementadas, tais como a alteração da composição das equipas de intervenção social, visando melhorar a eficácia das intervenções na delinquência juvenil.

Entende-se assim que a análise das entrevistas, sugere uma clara compreensão da complexidade da delinquência juvenil e da necessidade de uma resposta integrada e multidimensional, respondendo ao primeiro objetivo específico da investigação “Analisar a intervenção, projetos e instituições que atuam na Vila de Rabo de Peixe”. Estes dados evidenciam que embora existam algumas instituições ou respostas que atuam sobre a questão da delinquência juvenil, não existem projetos em concreto, mas sim, atividades ou ações, que embora sejam do agrado dos jovens, poderão não ir ao encontro às necessidades dos mesmos. Observa-se ainda, necessidade em criar grupos de parceiros com todas as instituições que atuam na Vila de Rabo de Peixe, desde as respostas sociais, as respostas educacionais e entidades de segurança pública, de modo a articular informação e boas práticas entre si, pois em acordo com Perista et al. (2013), é essencial que exista colaboração entre diversas instituições locais, das quais fazem parte a escola, para a criação e implementação de projetos comunitários. Estes projetos deverão visar a educação cívica e proporcionar apoio a jovens e famílias, reforçando o seu papel educativo e social na comunidade.

A ênfase na intervenção sociofamiliar e a inclusão de Técnicos Superiores de Educação Social, bem como a perceção pela maioria dos entrevistados do aumento da delinquência juvenil na vila, reflete um entendimento profundo de que a delinquência juvenil é um problema multifacetado que exige uma resposta compreensiva, indo de encontro ao segundo objetivo “Averiguar quais os recursos existentes e a visão das equipas de intervenção”. Tal como indicado a visão dos técnicos alinha-se com as teorias de Senge (1990) e Veiga (2009), que enfatizam a importância do envolvimento de todos os sistemas e subsistemas que interagem com o jovem, e a necessidade de uma abordagem educativa na prevenção da delinquência. Além disso, as lacunas identificadas pelos técnicos, como a necessidade de legislação mais rígida, projetos especializados e intervenção escolar mais direcionada, indicam áreas-chave para a redução da delinquência juvenil e sublinham o papel fundamental dos técnicos de educação social. É necessário repensar as equipas de intervenção regionais, uma vez que atualmente os Técnicos Superiores de Educação Social e os Técnicos Superiores de Animação Sociocultural, não são reconhecidos pelo Governo da Região Autónoma dos Açores, existindo de um modo geral, desconhecimento quanto às suas funções e o seu papel em diversos eixos da intervenção social. Um dos aspetos desta falta de inclusão de técnicos nestas equipas, prende-se à cota de técnicos por resposta, relacionando-se com o fator económico ou financeiro das instituições. Esta escassez de técnicos especializados, demonstra-se como um desafio na eficácia da redução da delinquência juvenil e concomitantemente, nas intervenções projetadas e implementadas, pois sem técnicos especializados, nenhum destes eixos poderá atingir a sua plenitude.

4.2.2. Discussão dos resultados de inquéritos por questionário

Relativamente à análise dos questionários aplicados a 45 jovens da “Valência A” e “Valência B” da Vila de Rabo de Peixe, fornece perceções valiosas sobre a demografia, educação e comportamento juvenil nesta zona. Esta visão é crucial para compreender e responder ao objetivo específico, “Entender junto dos jovens quais as lacunas que identificam na Vila de Rabo de Peixe”.

De acordo com a amostra dos jovens que participaram através do questionário, a média de idades dos participantes é de 11 anos, e mais de metade refere-se ao género masculino. A totalidade dos inquiridos, reside no concelho da Ribeira Grande, nomeadamente na Vila de Rabo de Peixe, o que sugere uma forte concentração geográfica da população estudada. Esta informação pode ser crucial para políticas públicas locais, já que reflete

uma homogeneidade na localização dos participantes do estudo, bem como na maior adesão a respostas de ocupação de tempos livres, por parte de jovens do género masculino. Este indicador poderá estar relacionado com o maior número de habitantes do género masculino, contudo, poderá também estar relacionado com um menor interesse por parte do género feminino em frequentar estas valências, sendo necessário efetuar estudos.

Quanto à composição dos núcleos familiares, a grande maioria dos jovens vive com os pais (43% com o pai, 41% com a mãe) e com os irmãos (42%), indicando uma prevalência de estruturas familiares tradicionais, evidenciando a importância de laços fraternos. A presença de outros membros da família, como avós (20%), tios (16%), primos (13%), cunhados (3%), sobrinhos (2%) e madrastas (2%) destaca a diversidade nas estruturas familiares, refletindo uma tendência cultural ou socioeconómica de famílias extensas e complexas, ido ao encontro dos dados apresentados nos Censos de 2021, que referem existir um total de 2312 agregados familiares, dos quais 51,6% são compostos por 4 ou mais pessoas.

No que concerne à frequência escolar e às escolas frequentadas, o fato de a totalidade dos jovens frequentarem a escola é um indicador positivo de acesso à educação na região, dado que os Censos 2011, indicam que nesta data 8 866 habitantes, não possuíam nenhuma escolaridade. A divisão dos alunos entre a “Escola 1” e a “Escola 2” pode refletir diferenças em termos de capacidade, oferta educacional ou preferências locais. Na ótica do ano de escolaridade, observamos que a distribuição dos alunos pelos anos escolares varia, com maior concentração no 4º ano (26,7%), podendo indicar tendências demográficas ou padrões de retenção/progressão escolar específicos da região. Ainda a presença de alunos no curso TVA de equivalência ao 1º e 4º ano (17,8%), sugere a existência de caminhos alternativos de educação, possivelmente para atender a necessidades educacionais específicas ou para lidar com atrasos escolares. Efetivamente os dados apresentados, confirmam existir um índice de retenção escolar, uma vez que as idades dos inquiridos variam entre os 8 e os 14 anos e através da legislação educacional em Portugal, é possível entender que segundo as idades demonstradas, os anos escolares correspondentes deveriam variar entre o 2º ano e o 9º ano, contudo, 8 dos jovens frequentam cursos TVA de equivalência ao 1ª e 4º ano e o ano máximo de frequência escolar apresentado é o 7º ano.

Em suma, estes dados revelam uma comunidade com uma forte presença familiar, seja esta benéfica ou menos benéfica e embora todos os jovens inquiridos frequentem a escola,

sendo este um fator bastante positivo, tendo em conta os dados comparativos de absentismo escolar e de habilitações académicas de 2011 a 2021 do concelho e da vila, entendemos que ainda existe um longo caminho a percorrer de modo a reduzir a taxa de analfabetismo, considerada uma das mais altas de Portugal (6,76), bem como aumentar a escolarização desta comunidade. Entendemos ainda que a diversidade nas estruturas familiares e a distribuição escolar, oferecem uma base para entender melhor as necessidades e características da população jovem da Ribeira Grande, sendo informações fundamentais para o desenvolvimento de políticas educacionais e sociais mais eficazes na região, pois tal como refere Simões et. al (2008), a ausência de experiências educacionais positivas e bem-sucedidas, pode levar à rutura dos jovens do ambiente escolar, o que, por sua vez, pode atuar como um catalisador para o envolvimento dos jovens em comportamentos desviantes.

De acordo com a perspetiva de participação e adesão dos jovens nas duas respostas sociais, observa-se que dos 45 jovens participantes do estudo, a maioria frequenta a “Valência B” (55,6%) e 44,4% estão inseridos no “Valência A”. Esta distribuição pode refletir diferenças nas preferências, necessidades ou acessibilidade das duas valências. Ainda, evidenciamos que a popularidade de cada resposta, pode ser influenciada por fatores como o tipo de atividades disponibilizadas, a localização das valências, a faixa etária dos participantes e os próprios grupos de pares, indicando um interesse em atividades variadas e sugerindo que os jovens, procuram experiências diversificadas, que se adaptem também aos seus interesses, costumes e necessidades. Esta complementaridade das valências e das atividades que disponibilizam, pode ser benéfica para o desenvolvimento social e pessoal dos mesmos, oferecendo oportunidades para explorar diferentes interesses e competências, não obstante à necessidade em desenvolver projetos que envolvam diversos parceiros ou instituições, de modo a intervirem em diversas problemáticas e necessidades mesmo que não percebidas pelos grupos-alvo.

No que concerne à satisfação com as atividades propostas, notavelmente, todos jovens expressaram gosto em frequentar as valências e em participar nas atividades propostas. Este é um indicador extremamente positivo do sucesso e da relevância destas valências/atividades para os jovens, podendo esta alta taxa de satisfação refletir a qualidade das atividades disponibilizadas, a competência dos responsáveis pelas valências ou uma correspondência efetiva entre as atividades propostas e os interesses

dos jovens e ainda efetivarem-se como um fator de adesão dos mesmos. Segundo Simson et al. (2007),

As atividades de educação não-formal precisam ser vivenciadas com prazer em um lugar agradável que permita movimentar-se, expandir-se e improvisar, possibilitando oportunidades de troca de experiências, formação de grupos – de proximidade e de brincadeiras e jogos, no caso das crianças e jovens –, contato e mistura de diferentes idades e gerações (p.23).

Deste modo, o facto de todos os jovens expressarem satisfação em frequentar as valências e em participar nas atividades, é um indicador forte de que as mesmas, atendem às suas necessidades e interesses, sugerindo que as atividades oferecidas, são envolventes e entendidas como valiosas pelos jovens.

A análise dos resultados no que diz respeito à delinquência juvenil e o cometimento de atos punidos por lei, revela aspetos importantes sobre a conduta juvenil no contexto estudado. Dos 45 jovens entrevistados, 4 (8,9%) admitiram ter cometido um ato punido por lei, sugerindo assim que a maioria dos jovens, 41 (91,1%), não percecionam o seu envolvimento em atividades ilegais, o que pode ser um indicador positivo de conformidade com a lei e com normas sociais em comunidade, bem como refletir eficácia nas estratégias de prevenção e educação. Contudo, admitimos também, que alguns dos jovens, possam não ter admitido já ter cometido atos punidos por lei, com receio de represálias, pois tal como indicado na análise documental, de acordo com o Quadro de Solidariedade Social de 2019, existiam 265 processos ativos na CPCJ do concelho da Ribeira Grande, 19 processos de promoção e proteção no tribunal de família e menores e 23 pais/cuidadores e 46 crianças/jovens em programas de educação parental.

Relativamente aos atos delinquentes, existiu unanimidade nos atos relatados, sendo a totalidade referente à "agressão física". Isto não apenas identifica o tipo de delinquência prevalente, entre os que admitiram comportamentos delinquentes, mas também destaca a gravidade do problema. O facto de todos os jovens que admitiram já ter tido comportamentos delinquentes terem se envolvido em atos de agressão física poderá apontar para problemas subjacentes como agressividade, conflitos interpessoais, falta de competências de resolução de conflitos e mesmo tentativa de se afirmar e liderar, de modo a que o jovem adquira vantagens sobre o outro (Born, 2005). Entendemos portanto, que estes problemas devem ter uma atenção especial por parte das autoridades locais, respostas sociais, escolas e famílias, pois, mesmo que o presente estudo, tenha uma amostra relativamente pequena, fornecendo deste modo dados em pequena escala,

observou-se que existe a presença de comportamento delinvente, mesmo que numa pequena proporção, exigindo a necessidade em estruturar respostas adequadas, como programas de prevenção de delinquência, apoio psicológico e intervenções educativas. Se focarmos na especificidade dos atos delinquentes (agressão física), esta sugere a necessidade de abordagens focadas na gestão da raiva, educação para o desenvolvimento e competências sociais.

Analisando os dados sobre os consumos de substâncias nomeadamente o álcool, entendemos que a prevalência do consumo de álcool, indica que sensivelmente um quarto dos jovens, que participaram na amostra experimentou álcool pelo menos uma vez, demonstrando-se um indicador importante para políticas de saúde pública, educação e intervenção social sobre este consumo, corroborando com os dados do estudo de Peixoto (2009), no qual apresenta que o concelho da Ribeira Grande era o concelho da Região Autónoma dos Açores com maior taxa de consumo de álcool (70,1%) e que os 15,4% dos jovens da ilha de São Miguel, experimentaram a sua primeira bebida alcoólica até aos 14 anos de idade. A predominância do consumo de álcool entre os jovens do género masculino (75%) do estudo, sugere que fatores culturais e de género podem desempenhar um papel significativo no início de consumo, podendo este aspeto ser explorado em programas de prevenção. Uma vez que a distribuição das idades mostra que o consumo se inicia cedo, com uma média de idades de 9,5 anos, urge a necessidade em estruturar abordagens de sensibilização e educação desde cedo, não só para os jovens, mas para a comunidade em geral e com as famílias dos mesmos. Quanto aos fatores que os jovens referem ter sido incentivadores para o consumo da sua primeira bebida alcoólica, existem, seis (54,4%) de influência familiar o que poderá indicar um costume de consumo de álcool em ambiente familiar remetendo os jovens para ambientes de risco e quatro (36,6%) por influência de amigos, demonstrando deste modo que a influência social e a pressão dos colegas, podem ser um meio de desvio para comportamentos delinquentes e um (9%) por iniciativa própria. Estes dados também se relacionam com os dados do estudo de Peixoto (2009), dado que no seu estudo, o mesmo refere que a maioria dos jovens consumiu pela primeira vez com amigos/colegas (72,2%), com familiares (26,2%), em locais como na sua própria habitação (21,8%), em festas (52,5%) e no grupo (22,8%).

Quanto à frequência de consumo após a primeira bebida, 27,3% dos jovens que referiram já ter consumido álcool, refere que o faz raramente, enquanto os restantes não consomem de todo e embora possa indicar um consumo mais experimental do que regular,

estes dados não deverão ser desvalorizados, dado a idade dos jovens, bem como a influência dos grupos de pares, podendo levar outros jovens a serem influenciados e incitados a experimentar a primeira bebida. No que se refere o género e faixa etária dos que consomem raramente, a maioria representa-se pelo género masculino na faixa etária dos 12 anos, podendo apontar para um padrão de consumo ocasional que começa na pré-adolescência.

Ao analisar estes dados, é crucial considerar as implicações sociais, culturais e de saúde. Programas de prevenção de consumo de álcool entre jovens, devem considerar as diferentes idades de início, os fatores de influência e as disparidades de género. Além disso, a intervenção precoce pode ser a chave, dada a tendência de início do consumo em idades mais jovens. É também importante abordar o papel das famílias e dos grupos sociais na formação das atitudes dos jovens em relação ao álcool, uma vez que os inquiridos referem que a sua primeira bebida, adveio maioritariamente por iniciativa de familiares e/ou amigos.

De acordo com os dados referentes ao consumo de substâncias ilícitas, a comparação dos resultados relativos ao consumo de drogas entre jovens revela algumas características importantes. Quanto à prevalência do consumo de drogas, embora relativamente baixo comparado ao consumo de álcool, este número três (6,7%) dos jovens ainda é significativo, uma vez que o consumo de drogas, geralmente tem implicações legais e de saúde mais graves. O género dos consumidores, refere que todos os jovens que relataram ter experimentado drogas são do género masculino, podendo indicar diferenças de género nas atitudes ou na disponibilidade para experimentar drogas. A idade do primeiro consumo, indica que a média de idades do mesmo estabelece-se nos 11 anos de idade, sugerindo que o primeiro consumo de drogas ocorre na pré-adolescência ou início da adolescência, um período crítico de desenvolvimento e formação de comportamentos de risco.

Tal como na questão do álcool, questionaram-se quais os fatores que levaram os jovens a consumir substâncias ilícitas pela primeira vez. Os três jovens que admitiram já ter consumido, mencionaram que experimentaram por incentivo de amigos/grupos de pares. Denotamos assim, que a influência social é o fator dominante no início do consumo de drogas, e que o presente dado ressalta a importância da pressão dos pares e do desejo de aceitação social entre os jovens, confirmando a teoria do aumento da reputação bem como da subcultura delinvente, as quais referem que o jovem classificado como

delinquente, frequentemente procura afirmar a sua identidade nos grupos aos quais pertence, visando reforçar a sua imagem e elevar o seu status perante os pares (Carroll, Houghton, Hattie & Durkin, 2004; Mucchielli, 1979; Cohen, 1963).

Comparando com o consumo de álcool, onde a influência familiar e a escolha própria também foram fatores, no consumo de drogas, a influência parece ser exclusivamente social (amigos e grupos de pares), podendo refletir a natureza mais marginalizada e menos aceita socialmente do consumo de drogas em comparação com o álcool.

No que concerne o acesso a substâncias lícitas e ilícitas e comparando com os resultados relacionados com o consumo de álcool e drogas, observamos que 16 inquiridos, sendo esta uma parcela significativa dos jovens, relata ter acesso facilitado ao álcool e às drogas. Estes dados podem estar relacionados a fatores como a disponibilidade local, a falta de rigor na aplicação de leis, escasso patrulhamento ou a percepção social sobre o consumo dessas substâncias. Contudo, 29 dos inquiridos, refere que o acesso a estas substâncias, não é tão facilitado, o que pode refletir um controlo social, familiar e legal mais efetivo ou uma menor prevalência dessas substâncias em certas zonas da Vila de Rabo de Peixe, zonas estas que estes jovens frequentem. No que concerne os locais de acesso a estas substâncias, a maioria dos jovens que afirmaram ter acesso facilitado, identifica as ruas como um local comum para o acesso a álcool e drogas, podendo indicar a existência de um mercado ilegal ativo e a falta de segurança em determinadas áreas. Dos 16 jovens, ainda um, referiu o porto de pescas e outro os bairros, podendo estes locais específicos estar associados a atividades económicas locais ou características sociais desta vila.

Comparando com os dados anteriores sobre a iniciação ao consumo de álcool e drogas, podemos notar que, embora a influência de amigos e familiares seja um fator importante na iniciação, a facilidade de acesso a essas substâncias é igualmente crucial. Em particular, a alta prevalência de acesso nas ruas sugere a necessidade de políticas de segurança pública, mais rigorosas, maior patrulhamento por parte das autoridades e de estratégias de prevenção focadas nas comunidades. Esta análise sugere a necessidade de uma abordagem holística e adaptada às especificidades locais para combater eficazmente o consumo de álcool e drogas não só entre os jovens, como também, na comunidade em geral.

A análise e cruzamento dos resultados relativos à influência dos grupos de pares no consumo de substâncias e no cometimento de atos de delinquência entre jovens revelou-

nos que, embora 29 dos jovens refiram, que os seus amigos não consomem substâncias lícitas e/ou ilícitas, ainda mais de um terço dos jovens, afirmam ter amigos que consomem estas. Esta estatística reflete novamente a relevância dos grupos sociais na formação de hábitos e comportamentos, especialmente na adolescência.

De acordo com a percepção sobre causas que levam os jovens a consumirem substâncias lícitas e/ou ilícitas, mais de metade dos jovens, refere não ter conhecimento, podendo indicar uma falta de compreensão ou de discussão sobre as causas da delinquência entre os jovens. Por outro lado, mais de um terço dos jovens percebe que os amigos/grupos de pares, têm uma forte influência no consumo de substâncias por parte dos mesmos, e uma minoria, percebe que este comportamento, poderá estar associado ao absentismo escolar, remetendo para a segurança do meio escolar. Estas respostas enfatizam o papel da influência social na delinquência juvenil, dado que a presença de amigos ou grupos de pares que se envolvem em comportamentos delinquentes podem ser um fator significativo.

A análise dos resultados relacionados aos fatores que levam à delinquência juvenil e às possíveis medidas atenuantes, oferece uma visão detalhada das percepções dos jovens sobre estes temas. Como fatores que contribuem para a delinquência, estes nomeiam tal como nas causas anteriormente descritas, os amigos/grupos de pares, demonstrando-nos novamente que a influência de grupos sociais é vista como o fator mais significativo, destacando a importância da pressão dos pares e da busca por aceitação social. Em igual grau de importância, os jovens, atribuem também como fatores, o abandono escolar, sendo que os jovens veem a desistência escolar como um fator significativo, corroborando com (Rhodes et al., 2003 cit in Chitas, 2010), o que pode refletir a importância da educação na estruturação da vida dos jovens. Outro dos fatores remete para o contexto familiar, indicando que as dinâmicas familiares podem influenciar o comportamento dos jovens. Embora numa pequena percentagem, estes identificam ainda o consumo de drogas, reconhecendo assim a relação entre o consumo de substâncias e comportamentos desviantes e ainda tal como evidenciado por Thornberry & Krohn (2004), percebem a situação de desemprego dos pais, apontando para o impacto das condições socioeconômicas na delinquência juvenil,

Relativamente aos fatores, que na sua percepção diminuem o risco da delinquência juvenil praticamente a totalidade dos inquiridos destaca, o bom relacionamento familiar, apontando a importância de um ambiente familiar positivo como um meio de prevenir

comportamentos desviantes, o que reforça a ideia de que a família desempenha um papel crucial no desenvolvimento juvenil. Referem ainda, o pertencer a grupos desportivos/praticar desportos, embora por uma minoria dos inquiridos, o que pode refletir a importância do envolvimento em atividades saudáveis e construtivas, que promovam o bem-estar biopsicossocial.

Ao comparar os resultados com as discussões anteriores sobre o consumo de álcool e drogas, vemos uma consistência na perceção de que a influência dos pares é um fator dominante, tanto no consumo de substâncias, quanto na delinquência. Além disso, o contraste entre os fatores contribuintes (negativos) e atenuantes (positivos), destaca tal como a teoria do controlo social a importância do reforço dos vínculos sociais, de ambientes familiares estáveis e a participação em atividades construtivas como meio de prevenir comportamentos desviantes (Hirschi, 1969).

Por fim, a totalidade dos jovens, perceciona que existe relação entre abandono escolar e delinquência. O fato de todos os inquiridos, reconhecerem existir relação entre abandono escolar e comportamentos delinquentes sugere uma compreensão generalizada de que a educação, desempenha um papel crítico no desenvolvimento juvenil e que a sua ausência pode aumentar o risco de comportamentos desviantes. Outra das perceções dos jovens, incide sobre a incapacidade de sugerir iniciativas de prevenção (100%). A falta de respostas sobre quais iniciativas poderiam ser realizadas para prevenir a delinquência juvenil em Rabo de Peixe, indica uma lacuna significativa no conhecimento ou na capacidade dos jovens em identificar potenciais soluções. Isto pode refletir uma falta de exposição a programas de prevenção eficazes ou uma sensação de fraca capacidade de fomentar mudanças positivas na comunidade. Deste modo, tendo em conta este desconhecimento e apesar de dificultar a resposta ao objetivo "Entender junto dos jovens quais as lacunas que identificam na Vila de Rabo de Peixe", denotamos os seguintes aspetos.

É possível observar que os jovens reconhecem a importância de estruturas familiares positivas na prevenção de comportamentos delinquentes, podendo incitar que alguns destes, identificam como lacuna no seu dia-a-dia, este relacionamento familiar positivo, bem como programas de competências parentais. Ademais, a análise dos dados revela a relevância do acesso à educação e da satisfação com atividades extracurriculares. Os inquiridos estabelecem uma ligação entre o absentismo escolar e comportamentos

delinquentes, indicando que deste modo que a educação formal é um fator crucial na prevenção destes comportamentos.

Embora apenas uma parte dos jovens tenha reconhecido o consumo de substâncias e a ocorrência de comportamentos delinquentes, isto aponta para desafios potenciais na comunidade. Esta percepção enfatiza a necessidade de desenvolver programas de sensibilização e prevenção, particularmente aproveitando a forte adesão dos jovens à educação formal e não formal, designadamente através da escola e das atividades oferecidas pela “Valência A” e “Valência B”. A compreensão dos jovens sobre as causas da delinquência destaca a importância de fatores como dinâmicas familiares e escolares, sugerindo a necessidade de mais diálogo e educação nestes aspetos.

Os resultados também ressaltam a significância de atividades extracurriculares e de lazer disponibilizadas pelas valências mencionadas, pois estas são bem recebidas e valorizadas pelos jovens, sublinhando a importância de continuar, bem como planear e implementar projetos de desenvolvimento educacional não formal e comunitário. Estas valências fornecem espaços seguros e construtivos, essenciais para o crescimento social e pessoal dos jovens.

Em suma, dado que existe uma dificuldade em enumerar lacunas na Vila de Rabo de Peixe por parte dos jovens, é necessário promover um maior envolvimento dos mesmos em discussões, bem como fomentar a sua participação ativa, facilitando e ajustando deste modo o planeamento de estratégias de prevenção. Os dados sugerem ainda necessidade de uma abordagem holística, que combine educação formal e não formal com desenvolvimento de competências familiares/parentais. Assim é necessário desenvolver abordagens preventivas e educativas, que intervenham eficazmente sobre as questões de consumos de substâncias e comportamentos de delinquência juvenil, nesta vila, demonstrando-se fundamental para o desenvolvimento de políticas educacionais e sociais eficazes na região.

4.2.3. Comparação de dados

Efetuada uma análise e relacionando as respostas prestadas ao longo do estudo, por parte dos técnicos e dos jovens, observam-se dados que sugerem existir a necessidade de intervir em algumas áreas para melhorar a prevenção da delinquência juvenil. Enquanto os técnicos tendem a enfatizar mais a família, o acesso a substâncias e fatores escolares

como fatores da delinquência juvenil, os jovens reconhecem a influência dos grupos de pares, mas muitos não conseguem identificar claramente outras causas. A discrepância no reconhecimento da influência familiar e escolar entre técnicos e jovens, apresenta a necessidade de existir um diálogo mais frequente e implementação de ações com foco na educação sobre estas questões.

Denota-se, portanto, através desta relação, que é importante aumentar a consciência e a participação entre os jovens, sendo essencial que os jovens estejam mais informados sobre as intervenções disponíveis e compreendam como estas atividades podem contribuir para a prevenção de comportamentos desviantes. Outro dos aspetos prende-se em avaliar e ajustar as intervenções, procurando entender regularmente a eficácia das mesmas e ajustando conforme necessário, com base no feedback dos jovens e nas observações dos técnicos. É essencial comunicar e prestar feedback, melhorando a comunicação entre técnicos e jovens para garantir que as atividades propostas sejam bem compreendidas e atendam às necessidades e interesses dos jovens. Envolver os jovens no planeamento, incluindo os jovens no processo de planificação e desenvolvimento das atividades podendo resultar num aumento do seu interesse e compreensão, além de tornar as intervenções mais relevantes e eficazes. E por fim, estabelecer novas parcerias, criando redes comunitárias, que promovam ações, projetos e intervenções, ajustadas às reais necessidades da comunidade, nomeadamente na fase juvenil.

4.2.4. Constrangimentos e propostas futuras

Após a apresentação dos resultados chave desta investigação sobre a delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe, torna-se crucial refletir sobre possíveis críticas à presente investigação e explorar direções para futuras investigações e intervenções. Estas devem ser estruturadas com o objetivo de prevenir e intervir eficazmente, considerando os vários fatores que influenciam os jovens nesta problemática.

No que concerne os constrangimentos, entendemos que dado que a amostra estudo é considerada pequena, seria importante efetuar um estudo de maior dimensão, nomeadamente em âmbito escolar, de modo a obter mais dados e indicadores da delinquência juvenil na comunidade em questão. Entendem-se, portanto, que devem ser promovidas na Região Autónoma dos Açores, pesquisas contínuas sobre as causas e as práticas mais eficazes de prevenção da delinquência juvenil. Deverá também ser efetuado um estudo a nível regional, de modo a entender a perceção dos técnicos, acerca das

equipas de intervenção da região e da pertinência de serem incluídos técnicos de outras áreas de modo a entender e a melhorar a intervenção prestada. Por fim, e tendo em conta a grave situação de consumo de catinonas sintéticas, sentida na região, será importante promover um estudo que abranja as zonas mais problemáticas e concomitantemente as escolas, de modo a entender quais as causas e fatores destes consumos, por parte dos jovens e assim possibilitar o planeamento de intervenções ajustadas à problemática.

No que concerne às propostas futuras, propomos que deve ser estruturada e incluída a implementação precoce de intervenções que se concentrem na prevenção do consumo de substâncias, sensibilizando os jovens para os riscos associados a tais comportamentos. É igualmente importante desenvolver programas que atendam às diferenças de género, reconhecendo e abordando de maneira eficaz as necessidades específicas de cada grupo.

Nas áreas identificadas pelos jovens como de risco na Vila de Rabo de Peixe, como os bairros e o porto de pescas, políticas públicas focadas naquelas zonas devem ser aplicadas para melhorar a segurança e implementar programas comunitários de prevenção. Ações educativas e um controlo mais efetivo nestas áreas, poderão ser fundamentais para prevenir comportamentos de risco.

Desenvolver programas que capacitem os jovens a resistir à pressão dos pares e a fazer escolhas saudáveis poderão ser essenciais para promover a autoconfiança e a tomada de decisão independente. Campanhas de educação e conscientização sobre os riscos associados ao consumo de substâncias e à delinquência devem ser realizadas, ensinando os jovens a resistir à pressão dos pares.

Para uma abordagem mais abrangente, é importante incorporar estratégias que envolvam educação, aplicação da lei e compromisso comunitário, considerando as influências sociais e a facilidade de acesso a comportamentos de risco. É fundamental fomentar ambientes sociais e escolares que propiciem o desenvolvimento de relações positivas e competências sociais adequadas.

Reforçar as intervenções no ambiente familiar e escolar é crucial, considerando a importância destacada pelos técnicos. Além disso, é necessário assegurar a participação ativa dos jovens na identificação, planeamento e execução das estratégias de prevenção. Ainda fomentar a colaboração entre instituições que trabalhem com jovens, através da partilha de recursos e conhecimentos, e a valorização do papel de parcerias como a polícia,

centro de saúde e associações são essenciais no desenvolvimento de estratégias integradas.

Por fim, urge a necessidade em promover a formação e constituição de equipas interdisciplinares da Região Autónoma dos Açores, munindo as mesmas de Técnicos Superiores de Educação Social, para uma abordagem mais holística e eficaz, incentivando a reflexão contínua e a reavaliação das práticas atuais, adaptando-as às necessidades emergentes. Entende-se que estes serão passos importantes para criar um ambiente mais seguro e saudável para os jovens, procurando reduzir os riscos de delinquência juvenil e promover o desenvolvimento positivo.

Após todas as propostas de melhoria indicadas, observa-se que são diversas as necessidades da comunidade da vila de Rabo de Peixe, levando a uma grande vulnerabilidade nas áreas da saúde, da cultura, da educação, área social e de desenvolvimento pessoal. Urge assim a necessidade de pensar numa intervenção plena, que abrace e relacione o desenvolvimento a nível social e educacional. Após estudar e referenciar na presente investigação o modelo de desenvolvimento bioecológico de Bronfenbrenner, entendemos que este processo de desenvolvimento poderá ser efetuado, através de diversas intervenções, tendo em conta os diferentes sistemas, sendo deste modo proposto por nós a readaptação do modelo Bioecológico de Broffenbrener, delineando uma intervenção que vá ao encontro da problemática apresentada ao longo da investigação. Esta intervenção proposta para a Vila de Rabo de Peixe, seguirá uma lógica de *bottom-up*, iniciando assim o seu processo do microssistema até ao exossistema.

Propõe-se nesta primeira fase de intervenção, referente ao microssistema, a realização de um diagnóstico mais focado no jovem e nos seus processos familiares, uma vez que os jovens identificaram como um dos fatores de causa da delinquência juvenil o meio familiar. Assim, numa primeira instância, seria fulcral criar um gabinete de apoio e atendimento familiar, de modo a prestar apoio e um atendimento especializado às famílias da comunidade, gabinete este composto por uma equipa interdisciplinar formada por Assistente Social, Psicólogo(a), Técnico Superior de Educação Social e Técnico Superior de Animação Sociocultural. Neste mesmo espaço, existiria um gabinete de apoio ao adolescente, com o objetivo de responder e solucionar questões e inseguranças do mesmo e concomitantemente, efetuar a ponte entre o adolescente e a escola, com o contínuo contato com os técnicos e professores da escola. Entendemos que este diagnóstico inicial sobre as características sociofamiliares do jovem, possibilitará, analisar e projetar uma

intervenção correta e orientada para a resolução de diversas dificuldades desta comunidade, como educação, questões de dependências, entre outras.

No que concerne o mesosistema, seria de grande importância criar meios de comunicação e/ou programas entre a família com a escola e a escola com a comunidade, pelo que propomos a criação de um grupo comunitário, através das redes de parceiros intrainstitucionais. De modo a criar uma maior ligação entre a comunidade e também com as equipas técnicas e escola, a promoção de encontros entre vizinhos/comunidade, celebrando datas festivas, como o dia do vizinho, Dia da Mulher, entre outros, evidencia-se uma boa estratégia de desenvolvimento comunitário. Propõe-se que inicialmente, estes encontros sejam organizados pelas equipas técnicas das instituições locais e pela escola, no entanto o pretende-se que num futuro próximo, o próprio grupo comunitário e a comunidade programem e efetuem estas ações, necessitando apenas da mediação dos interlocutores.

Através de uma intervenção pela educação socioeducativa, criar mais respostas para jovens na comunidade, com o intuito de promover os processos de participação dos mesmos na sociedade, ocupar o tempo-livre retirando os jovens da rua em tempo não escolar e/ou intervindo no terreno, bem como na sensibilização para diversas problemáticas, como o consumo de substâncias, a gravidez precoce e o abandono escolar. Dada as diferentes problemáticas existentes nesta comunidade, entendemos que pensar numa teoria ecológica é pensar nas gerações futuras, assim a presente proposta de intervenção com os jovens, pode ser facilitadora no processo de transformação de mentalidades e desenvolvimento não só do jovem como do seu meio familiar e comunitário

Na ótica do exosistema e dado o contexto educativo e profissional desta vila piscatória, entendemos ser fulcral intervir não só na sensibilização, mas também no envolvimento de diferentes entidades governamentais no progresso do processo educativo. Tal como descrito nos dados obtidos durante a investigação, evidencia-se fulcral desenvolver em parceria com o governo/secretaria da educação regional e com as escolas da vila, a criação de cursos profissionais orientados para a vertente prática, como são o caso dos cursos de pesca e carpintaria, incluindo disciplinas de gestão de entidades/empresas piscatórias e sustentabilidade/políticas marítimas. Dado que a educação para o desenvolvimento, apresenta a componente da sustentabilidade, importa planear e implementar ações de sensibilização e formação para toda a comunidade piscatória e jovens, com o intuito de formar os mesmos e alertar para os riscos de uma pesca descontrolada e poluição dos

oceanos, dado que estas ações poderão ter riscos sérios não só para o planeta como para o seu sustento diário. Neste processo de educação para o desenvolvimento, o grupo comunitário com a participação de jovens da vila, deve trabalhar sobre as questões das parcerias e o trabalho em rede, indo ao encontro de um dos objetivos do desenvolvimento sustentável 2030 – Cidades e Comunidades Sustentáveis. Com mediação da equipa interdisciplinar, este grupo deve procurar estabelecer ligações e implicar os serviços e empresas da comunidade, na sustentabilidade e desenvolvimento da mesma. É necessário sensibilizar estas entidades, de modo a serem parte interveniente na criação de programas e concursos, direcionados para o *empowerment* da comunidade e do sucesso piscatório, bem como na facilitação de estágios profissionais renumerados para os jovens da vila. Por fim, mensalmente o grupo comunitário e os jovens, seriam locutores num podcast, partilhando com toda a comunidade, os debates e resoluções do grupo, bem como uma vez por mês os *mass media*, seriam convidados a participar num open day comunitário sobre a temática da sustentabilidade e a partilhar esta informação por toda a região autónoma dos açores, através de suporte digital, televisão e jornais, contribuindo para uma redução do estigma sentido por esta comunidade.

No último sistema, denominado de macrossistema, pretende-se sensibilizar e impactar o governo, para a necessidade de intervir e originar programas de apoio na educação e na área do ambiente. Deste modo, o grupo comunitário acompanhado por membros dos serviços/empresas da comunidade e dos *mass media*, discutiriam periodicamente com as entidades governamentais, assuntos e propostas de relevo para o desenvolvimento da comunidade.

Acreditamos, que todo este ciclo impactará todos os sistemas e também as gerações futuras, dado existir um envolvimento não só da comunidade no seu próprio processo de desenvolvimento, como também de todos os serviços existentes na mesma. Assim este modelo de intervenção, que em grande parte assenta numa educação para o desenvolvimento, implicará o indivíduo e toda a comunidade, no seu processo de desenvolvimento, alertando e sensibilizando para as problemáticas existentes, não só localmente como globalmente e acima de tudo, reconhece que cada indivíduo tem o seu tempo, a sua história de vida e possui competências e qualidades que devem ser muito mais valorizadas e fomentadas, ao invés de ser estigmatizado.

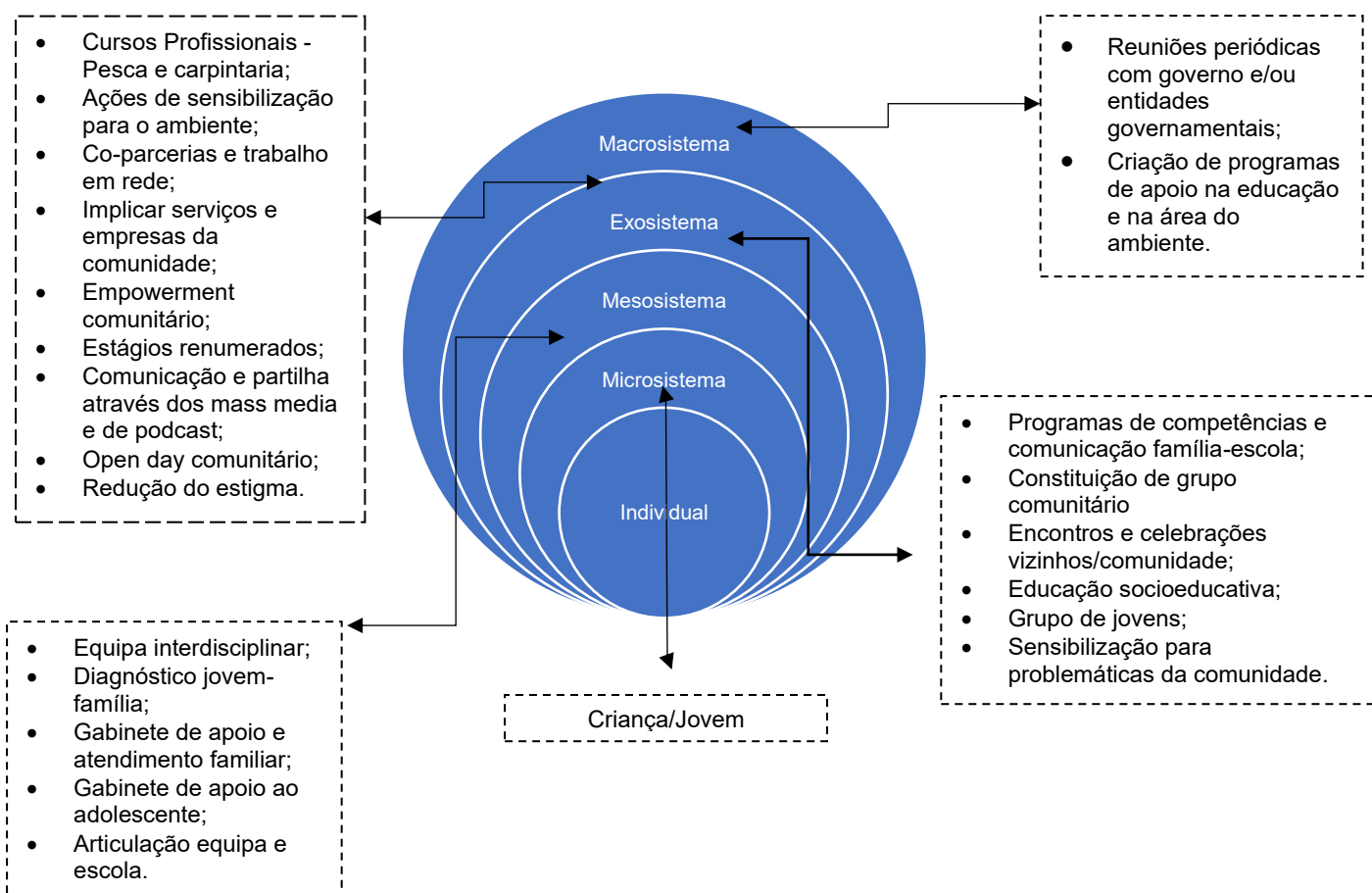


Figura 3 - Proposta de intervenção (Modelo Ecológico de Bronfenbrenner)

5. Conclusão

A análise dos dados recolhidos através da aplicação de questionários e entrevistas nas valências “Valência A” e “Valência B” na Vila de Rabo de Peixe, revelou-nos *insights* valiosos que nos permitem dar resposta ao objetivo geral da mesma, no que se refere a perceção dos jovens e dos profissionais em relação à delinquência juvenil e ao papel do Técnico Superior de Educação Social nesta área. Este estudo visou entender a complexidade do fenómeno da delinquência juvenil e identificar estratégias eficazes para abordá-la, contemplando tanto a voz dos jovens quanto a perspectiva dos profissionais de modo a analisar a intervenção, projetos e instituições que atuam na vila de rabo de peixe, averiguar quais os recursos existentes e a visão das equipas de intervenção, bem como entender junto dos jovens quais as lacunas que identificam na Vila de Rabo de Peixe

Tendo em conta os dados obtidos e o enquadramento teórico efetuado, constata-se e confirma-se que são diversos os fatores que aumentam as práticas de delinquência na adolescência e concomitantemente o aumento da probabilidade de comportamentos antissociais. Verifica-se que na Vila de Rabo de Peixe os fatores que mais propiciam a delinquência juvenil, são os baixos níveis de escolaridade, os défices na parentalidade/contexto familiar, os grupos de pares e o consumo de substâncias/álcool.

Os resultados demonstram que as instituições, como a Instituição do estudo, desempenham um papel crucial na comunidade e que as valências, como a “Valência A” e a “Valência B”, são bem-recebidas pelos jovens, indicando uma resposta positiva às atividades propostas e à forma como são administradas.

Os técnicos que intervêm nestas duas valências, identificaram como instituições/repostas de intervenção bem como recursos, as suas próprias valências, o Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil e algumas entidades como a Polícia, as escolas e a junta de freguesia. Relataram ainda uma variedade de intervenções, como oficinas de expressão plástica, atividades intergeracionais, clube de leitura, grupo de música e dinâmicas de grupo que promovam o respeito entre pares. Estes dados permitem-nos entender, que embora existam algumas respostas nesta Vila e que embora estas desenvolvam projetos e atividades, que vão ao encontro dos gostos dos jovens, existem ainda diversas lacunas, tendo em conta as necessidades dos mesmos, tendo estes identificado como necessidades, programas de competências parentais, programas de competências socioemocionais, e intervenções no meio familiar e escolar. Para o

planeamento de novas respostas, projetos e intervenções, urge a necessidade em incluir novos técnicos nas equipas da região e embora num primeiro momento a maioria dos técnicos, não soubesse identificar a relevância de um educador social nas equipas e intervenções, devido à ausência deste profissional nas equipas da região, os inquiridos no desenrolar da entrevista, acabaram por reconhecer a importância da intervenção de um Técnico Superior de Educação Social, enfatizando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, através de intervenções sociofamiliares e sensibilização, refletindo a compreensão de que a delinquência juvenil é um problema multifacetado e que a educação social, pode oferecer um contributo significativo para a redução desta problemática.

A análise dos dados revelou e confirmou ainda a importância crucial do Técnico Superior de Educação Social na abordagem da delinquência juvenil, tendo os profissionais apontado para a necessidade deste técnico nas equipas, sublinhando a sua capacidade de criar e implementar projetos de intervenção que abranjam todos os aspetos do desenvolvimento e bem-estar dos jovens. A inclusão deste profissional nas diversas equipas de intervenção, seja em contexto de resposta social ou na intervenção de equipas de rua, é vista como essencial para a promoção de uma intervenção eficaz e adaptada, não só às necessidades dos jovens, como às características e especificidades da comunidade e da região, sendo transversal a todas as idades.

Dado que através da perceção dos inquiridos um dos maiores fatores propiciadores da delinquência juvenil relaciona-se com o meio familiar, é imperativo reforçar uma parentalidade positiva e responsável, através da promoção de ações de sensibilização e de educação para a cidadania aos pais/educadores, envolvendo a comunidade. Mais imperativo é este conjunto de ações, perante uma população em que a escolaridade é inexistente ou fraca, dado que o seu conhecimento comum e científico é muito baixo e que por vezes as suas ações são tomadas sem conhecimento de causa. Deverá ainda, ser reforçada a valorização escolar, não só com as crianças e jovens como também perante os pais, pois só assim será possível iniciar um processo de redução de analfabetismo, baixa escolaridade e abandono escolar nesta população, almejando uma melhoria em vários contextos da vida individual e social. Outro dos aspetos importantes no que concerne a componente educacional, incide sobre a necessidade em reformular o sistema de educação na Vila, dada as suas especificidades sociais e culturais. Uma vez que a Vila de Rabo de Peixe, define-se desde sempre como uma Vila piscatória, e dado que existem diversas dificuldades no que concerne o aproveitamento escolar, cursos profissionais de

pesca, entre outros que incidam maioritariamente sobre a componente prática, deveriam ser incluídos na oferta curricular da localidade, ajustando-se deste modo às necessidades e especificidades dos jovens e da comunidade em geral.

Evidencia-se também importante, criar respostas de saúde, ocupação e educação juvenil. No que se refere os contextos não formais, através da ocupação e educação juvenil, estas respostas deveriam ser criadas, pensando nos jovens e no acesso a programas e sessões de sensibilização, reduzindo a probabilidade de estes sucumbirem a comportamentos de risco, como o consumo de substâncias lícitas e ilícitas. Quanto à criação de novas respostas de saúde, e tal como evidenciado pelos técnicos, existe a grande necessidade em ser projetado e criado um centro educativo na Região dos Açores. Tal opção justifica-se por como referido no início da investigação, a região, atravessar por um grave problema de tráfico e consumo de catinonas sintéticas, não só por jovens como pela população em geral. Estas substâncias são compostas por diversos químicos, sem nenhum tipo de controlo, afetando cognitivamente e comprometendo o bem-estar biopsicossocial do jovem, aumentando os comportamentos de risco, existindo uma menor perceção de controlo e concomitantemente comportamentos de delinquência. É assim fulcral que esta resposta seja implementada, e que as leis e políticas governamentais estejam de mãos dadas, aplicando medidas tutelares educativas nos casos identificados e em futuros casos, de modo que o jovem que tenha cometido um ato qualificado pela lei como crime e que tenha idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, seja responsabilizado através de uma intervenção educativa com o principal objetivo de sensibilizar e reeducar o jovem para a sua re-inclusão em sociedade.

Através das entrevistas aos técnicos, os dados referem também, que existe a necessidade de estabelecer trabalho em rede entre respostas, com o intuito de melhorar os serviços prestados. Deverá existir então complementaridade e articulação nas respostas existentes na Vila, tais como, as escolas, as respostas sociais, o centro de saúde e a polícia. Esta troca de informação e sinergias, poderá ocorrer através da criação de um grupo social/comunitário, que desenvolva reuniões mensais, nas quais sejam partilhadas ideias, perspetivas, desafios, entre outras especificidades, em prol do desenvolvimento e melhoria da vila. Deste grupo, poderão surgir iniciativas e propostas, que envolvam estes parceiros e que promovam ações e programas de sensibilização, tendo em conta os atos de risco no que concerne os comportamentos aditivos/dependências e o início da vida sexual, dado que “quanto menos acesso à educação e à saúde, quanto mais

marginalizados e excluídos, quanto menos recursos os indivíduos tiverem para elaborar escolhas, mais vulneráveis a diferentes riscos eles estarão e pouco poderão fazer para adotarem práticas de proteção.” (Paulilo & Jeolás, 2000, p.41). Será então importante, tal como numa intervenção através de um modelo centrado na criança, que estas ações de sensibilização, sejam planeadas e executadas de um modo mais prático, de fácil compreensão e cativante, dadas as características dos jovens e da comunidade em geral.

Em suma, os resultados deste estudo evidenciam que, para intervir eficazmente sobre a delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe, é necessário adotar uma abordagem holística e interdisciplinar, na qual o Técnico Superior de Educação Social, desempenhe um papel fundamental de intervenção ao invés do tão enraizado culturalmente, modelo assistencialista. Espaços formais e não formais, tais como, as respostas sociais, as escolas e os centros de saúde, compostos por equipas interdisciplinares, que articulem intervenções e informações entre si e que envolvam os encarregados de educação, bem como a comunidade, permitirão, que exista consonância na identificação das problemáticas e necessidades existentes, possibilitando diagnósticos de prevenção de situações de delinquência juvenil, priorizando sempre holisticamente o adolescente. Uma vez que a adolescência, evidencia vários fatores de vulnerabilidade no domínio pessoal, social e familiar, é imprescindível assegurar, que as novas redes de suporte necessárias ao desenvolvimento dos jovens, são seguras, adequadas e promotoras de ambientes e vivências positivas. Deverão ser criadas políticas de orientação e ações de sensibilização, com o intuito de alertar para os riscos dos consumos, bem como, trabalhar a sociedade na sua globalidade, para a redução do estigma associado a esta área, tal como descrito na teoria do *Labelling*. As intervenções devem ser adaptadas às necessidades locais e devem envolver tanto os jovens quanto os profissionais num diálogo contínuo para garantir que as estratégias implementadas sejam relevantes e eficazes. É, portanto, imprescindível investir em programas e em respostas que incorporem estas visões, compostos por equipas interdisciplinares com profissionais qualificados de diversas áreas, que possam liderar e contribuir através de todo o seu *know how* para estas iniciativas e a consequente redução da problemática da delinquência juvenil, não só na Vila de Rabo de Peixe, como em toda a Região Autónoma dos Açores.

6. Referências Bibliográficas

Amado, J. (2017). Manual de investigação qualitativa em educação (3ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Antas, I. (2021). A abordagem colaborativa em contexto das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Mestrado em Serviço Social. ISCTE.

Azevedo, M., & Maia, Â. (2006). Maus-tratos à criança. Lisboa: CLIMEPSI Editores.

Babbie, E. (1999). Métodos de pesquisa de survey. (G. Cezarino, Trad.). Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Baratta, A. (2002). Criminologia crítica e crítica do direito penal (3ª ed.). Rio de Janeiro: Revan.

Basto-Pereira, M., & Maia, Â. (2018). Persistence in crime in young adults with a history of juvenile delinquency: the role of mental health and psychosocial problems. *International Journal of Mental Health and Addiction*, 16, 496-506.

Becker, H. (1963). *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press.

Bell, J. (1997). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Gradiva.

Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. Lisboa: Climepsi.

Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. In B. L. Friedmann & T. D. Wachs (Orgs.), *Conceptualization and assessment of environment across the life span* (pp. 3-30). Washington, DC: American Psychological Association.

Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon (Org.), *Handbook of child psychology* (Vol. 1, pp. 993-1027). New York, NY: John Wiley & Sons.

Caplan, G. (1964). *Principles of preventive psychiatry*. New York: Basic Books.

Carroll, A., Houghton, S., Hattie, J., & Durkin, K. (2004). Comportamento anti-social nos jovens: O modelo dos objetivos de aumento de reputação. In A. C. Fonseca (Ed.),

Comportamento anti-social e crime: Da infância à idade adulta (pp. 215-250). Coimbra, Portugal: Almedina.

Carvalho, M. (2010). Do outro lado da cidade. Crianças, socialização e delinquência em bairros de realojamento (Tese de doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- UNL.

Carvalho, M. (2013). Do outro lado da cidade: Crianças, urbanização e violência na área metropolitana de Lisboa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 72, 79-101. <https://doi.org/10.7458/SPP2013722619>

Ceci, S. (2006). Urie Bronfenbrenner (1917-2005). *American Psychologist*, 61(2), 173–174.

Chitas, V. (2010). Consumo de drogas e outros comportamentos de risco na adolescência: factores de risco e factores de protecção. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto.

Coelhoso, F. (2020, Dezembro). Educação e (des)envolvimento para a promoção. *Praxis Educare - Educação Social e cidadãos com deficiência*, pp. 70-75. Revista Semestral da Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social.

Cohen, A. (1963). *Delinquent boys: The culture of the gang*. Free Press.

Creswell, J. (2007). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Creswell, J. (2008). *Educational research: Planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research* (3rd ed.). Upper Saddle River, NJ: Merrill.

Creswell, J., & Plano Clark, V. (2007). *Designing and conducting mixed methods research*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Feijó, M. & Assis, S. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 157-166.

Ferreira, P. (1997). Delinquência juvenil: Família e escola. *Revista de Análise Social*, 143, 913-924.

Ferreira, P. (1999). Desvio e juventude: Causas sociais da delinquência juvenil (Tese de Doutoramento em Sociologia). ISCTE.

Fonseca, A. (2004). Comportamento Anti-Social e Crime: Da Infância à Idade Adulta. Coimbra: Almedina.

Gaspar, M. (2003). O trabalho com pais na prevenção do comportamento anti-social. In I. Alberto et al. (Orgs.), Comportamento anti-social: Escola e família. Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.

Gohn, M. (2006). Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Biblioteca Científica Electrónica.

Gottfredson, M., & Hirschi, T. (1990). A general theory of crime. Stanford, CA: Stanford University Press.

Governo dos Açores. (2019). Estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social: 2018 - 2028. Açores: Polo Local de Desenvolvimento e Coesão Social de Rabo de Peixe.

Hawkins, J., Herrenkohl, T., Farrington, D., Brewer, D., Catalano, R., Harachi, T., & Cothorn, L. (2000). Predictors of youth violence. Washington DC: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.

Hirschi, T. (2002). Causes of delinquency (2ª ed.). New Brunswick, London: Transaction Publishers.

Holmes, S., Slaughter, J., & Kashani, J. (2001). Risk factors in childhood that lead to the development of conduct disorder and antisocial personality disorder. *Child Psychiatry and Human Development*, 31(3), 183-193.

Jordan, R. (2000). Educação de crianças e jovens com autismo. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Kaufmann, T., Alnaes, D., Doan, T., Brandt, L., Andreassen, A., & Westlye, T. (2017). Delayed stabilization and individualization in connectome development are related to psychiatric disorders. *Nature Neuroscience*, 20(4).

Magalhães, T. (2002). Maus tratos em crianças e jovens. Coimbra: Edições Quarteto.

Marconi, M. D., & Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas.

Matos, M., & Colaboradores. (1997). Programa de promoção de competências sociais. Programa de promoção e educação para a saúde. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

Matos, M., Negreiros, J., Simões, C., & Gaspar, T. (2009). Violência, Bullying e delinquência. Lisboa: Coisas de ler edições.

Matza, D. (1992). Delinquency and drift. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.

Minayo, M., Deslandes, S., Neto, O., & Gomes, R. (2002). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade (21ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes.

Ministério da Justiça. (1999). Lei tutelar educativa – Lei nº166/99.

Mucchielli, R. (1979). Como eles se tornam delinquentes: Gênese e desenvolvimento da socialização e da dissocialidade. Lisboa: Moraes Editores.

Muncie, J. (2009). Youth & crime. Londres: Sage Publications.

Negreiros, J. (2008). Delinquências juvenis: Trajectórias, intervenção e prevenção. Porto: Livpsic.

Nóbrega, A. (2018). Cérebro adolescente e responsabilidade penal: Das neurociências para o direito, uma falácia? (Tese de doutoramento). Universidade de Lisboa.

Orrico, E. G. D. (2006, 19 a 22 novembro). As metáforas na interdisciplinaridade: Uma proposta possível? [Apresentação de comunicação]. 7º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Marília/SP, Brasil.

Pais, J. M. (1993). Culturas juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Patterson, R., & Yoerger, K. (2002). A developmental model for early-and late-onset delinquency. In J. B. Reid, G. R. Patterson, & J. Snyder (Eds.), Antisocial behavior in children and adolescents: A developmental analysis and model for intervention (pp. 147-172). Washington, DC: American Psychological Association.

Paul Ochotorena, J., & Arruabarrena, M. (1996). Manual de protección infantil. Barcelona: Masson.

Paulilo & Jeolás. (2000). Serviço social em revista. Volume 3, número 1, jul./dez. 2000.

Peixoto, A. (2010). Dependências e outras violências: Estudo comparado 2004-2009. Ponta Delgada: Edições Macaronésia.

Perista, H., Cardoso, A., Silva, M., & Carrilho, P. (2013). Juvenile delinquency and violence in Portugal: Drafting a picture in different voices. In Görge, T., Kraus, B., Taefi, A., Beneitez, M., Christiaens, J., Meško, G., Perista, H., & Tóth O. (Eds.), Youth deviance and Youth Violence Findings from a European study on juvenile delinquency and its prevention (pp. 133-159). Youprev.

Poiães, C. (2016). Trajetórias desviantes. In R. Maia, L. Nunes, S. Caridade, A. Sani, R. Estrada, C. Nogueira, H. Fernandes, & L. Afonso (Coords.), Dicionário crime, justiça e sociedade (pp. 498-499). Edições Sílabo.

Ramião, T. D. (2010). Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Anotada e comentada. Lisboa: Quid Juris.

Rijo, D., Brazão, N., & Capinha, M. (2016). A terapia do esquema para indivíduos antissociais. In R. Wainer, K. Paim, R. Erdos, & R. Andriola (Orgs.), Terapia cognitiva focada em esquemas: Integração em psicoterapia (pp. 155-183). Artmed Editora.

Rocha, H. (2016). Serviço social e ambiente: A sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis. Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa.

Senge, P. (1990). La quinta disciplina. Granica.

Shader, D. (2003). Risk factors of delinquency: An overview. Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, 1-11.

SICAD. (2022). Relatório de atividades 2021. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

Simões, C., Matos, M., & Batista-foguet, J. (2008). Juvenile delinquency: Analysis of risk and protective factors using quantitative and qualitative methods. *Cognition, Brain, Behavior. An Interdisciplinary Journal*. 12(4), 389-408.

Simson, O., Park, M. & Fernandes, R. (2007). Educação não-formal: um conceito em movimento. *Rumos Educação Cultura e Arte*, 3, 13-38.

Straus, M. (1994). *Violência na vida dos adolescentes*. São Paulo: Best Seller.

Thornberry, T. P., & Krohn, M. D. (2004). O desenvolvimento da delinquência: Uma perspectiva interacionista. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime: Da infância à idade adulta* (pp. 133-160). Coimbra, Portugal: Almedina.

Tomás, C., & Fonseca, D. (2004). Crianças em perigo: O papel das Comissões de Proteção de Menores em Portugal. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, 47(2), 383-408.

Valério, Â. (2009, Maio 19). Criminalidade e toxicodependência: Aspectos sociais. IV Congresso de Criminologia. Lisboa.

Veiga, S. (2009). *Palcos de conhecimento espaços de transformação - Contributos da metodologia sociodramática para a formação dos educadores sociais* (Dissertação de Doutoramento não publicada). Universidade de Évora.

Villa, M., & Rodríguez, O. (2000). *Modelo socio-educativo para la atención de las personas menores privadas de libertad del centro penal juvenil San José*. Proyecto de graduación, Universidad de Costa Rica.

Viveiros, S. (2014). *A análise dos impactos do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” na ausência da avaliação formal: Um estudo com base em perspectivas da “avaliação realista”*. Lisboa.

Weiner, B., & Irving, J. (1995). *Perturbações psicológicas na adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

7. Apêndices

Apêndice 1 – Guião de entrevista semiestruturada



Instituto Superior
de Lisboa e Vale do Tejo

Guião entrevista

Prólogo

O meu nome é Rodrigo Carvalho, sou licenciado em Animação Sociocultural e encontro-me a realizar uma investigação da qual faz parte esta entrevista no âmbito da dissertação de Mestrado em Educação Social: Intervenção com crianças e jovens em risco, no ISCE – Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo orientada pela Professora, Dr.^a Filipa Coelho autora de várias publicações sobre a Pedagogia Social, educação social, educação não formal, desenvolvimento juvenil, adições na juventude, competências pessoais e sociais, e pela Professora Dr.^a Marta Reis, também com diversas publicações relacionadas com o desenvolvimento juvenil, adições na juventude, comportamentos de risco na juventude.

O objetivo da entrevista é analisar a perceção dos profissionais quanto à intervenção sobre a temática da delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe. Estima-se que a entrevista tenha a duração máxima de uma hora.

A entrevista será gravada, em formato áudio, de forma a permitir a sua transcrição. Porém, será garantida a confidencialidade das respostas, preservando a sua identidade. Todas as informações serão utilizadas exclusivamente com fins científicos.

Desde já agradeço a sua colaboração nesta investigação, sendo extremamente útil para o avanço do conhecimento sobre este tema, possibilitando a partilha de boas práticas profissionais/institucionais de intervenção na delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe e reformulação das equipas de intervenção.

Irei iniciar a entrevista com algumas questões de caracterização individual, seguindo-se um conjunto de questões que pretendem analisar a sua perceção sobre o tema em questão.

Questões

1. Dados de caracterização individual:

Gênero: _____ Idade: _____ Habilitações

Acadêmicas/Formação: _____

Anos de experiência profissional na presente área: _____

Qual a sua profissão: _____ (II)

Há quanto tempo desempenha esta função: _____

2. Questões sobre Intervenção

Que recursos humanos existem na sua instituição? (II)

Que intervenções são realizadas no seu local de trabalho? (I)

Das intervenções que enumerou, quais as que realiza e como se desenvolvem? (I e II)

Quais as instituições/respostas que conhece que intervenham com crianças e jovens em risco na Vila de Rabo de Peixe? (I e II)

Das instituições/respostas que referiu, quais as que intervêm sobre a problemática da delinquência juvenil? (I)

Que projetos de intervenção na delinquência juvenil conhece na Vila de Rabo de Peixe; (I)

Na sua visão e de acordo com os projetos enumerados anteriormente, como são constituídas as equipas e quais acha serem os técnicos indispensáveis à equipa técnica?

(II)

Nota: Se não responderem educador social, questionamos se conhecem as funções do Técnico Superior de Educação Social:

- Se sim – Questionamos sobre na sua opinião o que acrescentaria a visão de um especialista em educação social à equipa na qual está inserido e que intervém na área da delinquência juvenil?
- Se não – Explicamos a função do TS Educação Social e questionamos após a explicação na sua opinião o que acrescentaria a visão de um especialista em educação social à equipa na qual está inserido e que intervém na área da delinquência juvenil?

Na sua visão qual o modelo ideal de intervenção nesta problemática? **(I e II)**

No seu entender/intervenção, nota que a delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe aumentou ou diminuí? Justifique? **(III)**

Identifique quais as causas que na sua perceção propiciam a origem desta problemática? Justifique? **(III)**

Nota: Se não identificarem, causas de origem familiar, abordar, pois, compreende-se como uma área de intervenção do Educador Social.

Identifique no seu entender quais as lacunas existentes na Vila de Rabo de Peixe (Instituições/Projetos) e que no seu entender, poderiam ser importantes na redução da delinquência juvenil. **(III)**

De acordo com as características do Técnico Superior de Educação Social, quais entende serem as mais importantes, na área de intervenção associada à delinquência juvenil? **(II e III)**

3. Recomendações

Por fim, gostaria de saber a sua opinião:

1. Sobre o tema abordado e as perguntas que lhe foram dirigidas?
2. Considera que faz sentido abordar esta temática no âmbito do exercício das suas funções?
3. Houve alguma pergunta que na sua opinião deveria ter sido colocada e que gostaria de acrescentar?
4. Alguma vez tinha refletido sobre a composição das equipas de intervenção na área da delinquência juvenil nos Açores?

Agradeço a sua disponibilidade e atenção no âmbito da realização da presente entrevista, estando disponível para qualquer questão.

Objetivos

Geral

Analisar a perceção dos profissionais e dos jovens quanto à intervenção sobre a temática da delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe.

Específicos

- (I) Explorar e compreender (Refletir) sobre as intervenções, projetos e instituições que atuam na Vila de Rabo de Peixe;
- (II) (II) Averiguar quais os recursos existentes e a visão das equipas de intervenção;
- (III) Auscultar os técnicos e os jovens sobre qual a sua perceção relativamente à delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe.

Apêndice 2 – Questionário



Instituto Superior
de Lisboa e Vale do Tejo

Questionário

Intervenção Social no fenómeno de delinquência juvenil

O papel do educador social na Vila de Rabo de Peixe

O presente inquérito por questionário insere-se no âmbito da dissertação de Mestrado em Educação Social: Intervenção com crianças e jovens em risco, no ISCE – Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo.

Com a sua aplicação, pretende-se auscultar os jovens sobre qual a sua perceção relativamente à delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe.

Para tal, venho pedir a sua colaboração no preenchimento do presente inquérito por questionário, que terá uma duração máxima de 10 minutos.

Desde já agradeço a sua colaboração nesta investigação, garantindo a total confidencialidade das respostas, preservando a sua identidade.

Questionário

Parte 1. Caracterização Sociodemográfica

1. Sexo/Género *(Assinalar opção)*

Feminino

Masculino

Outro

2. Idade: _____

3. Com quem vives? *(Assinalar opção/opções)*

Pai Irmão(s) Madrasta Primo(s) Outro(s)

Mãe Padrasto Avó(s) Tio(s) Qual/Quais? _____



4. Concelho de Residência

(Assinalar opção)

Ponta Delgada

Ribeira Grande

Lagoa

Nordeste

Povoação

Vila Franca do Campo

Parte 2. Questões

5. Frequenta a escola? (Assinalar opção)

Sim

Não

5.1. Se assinalou "Sim", que ano escolar frequenta?

R: _____

5.2. Que escola frequenta/frequentava?

R: _____

5.3. Se na resposta 5. assinalou "Não", indica qual o último ano concluído e que motivos o levaram a abandonar a escola?

R: _____

6. Já cometeu algum ato punido por lei (Ex: Agressão física, Roubo/Furto, Tráfico? (Assinalar opção) (Dar exemplos)

Sim

Não

6.1. Se na resposta anterior selecionou "sim", indique qual/quais.

R: _____

7. Frequenta algum Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil? (Assinalar opção)

Sim

Não

7.1. Se respondeu "Sim", indique qual?

R: _____

7.2. Se na questão 7. assinalou "Sim", indique se gosta de frequentar o Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil? (Assinalar opção)

Sim

Não

8. Gosta das atividades e/ou projetos em que participa no Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil? (Assinalar opção)

Sim

Não

9. Se na resposta anterior selecionou "sim", indique exemplos de atividades e/ou projetos quais mais gosta.

R: _____

10. Alguma vez consumiu álcool? (Assinalar opção)

Sim

Não

10.1. Se na resposta anterior respondeu que sim, selecione a resposta sobre quem o incentivou? (Assinalar opção)

O próprio

Outro

Elemento familiar

Qual?

Amigos

10.2. Se a questão 10. respondeu que sim, indique com que idade consumiu a primeira bebida alcoólica?

R: _____.

10.3. Atualmente bebe álcool? (Assinalar opção)

Nunca

Frequentemente

Raramente

Sempre

Às vezes

11. Alguma vez consumiu drogas ilícitas ou ilegais (Haxixe, Cocaína, ~~Catinonas~~ Sintéticas)? (Assinalar opção)

Sim Não

11.1. Se na resposta anterior respondeu "Sim", selecione a resposta sobre quem o incentivou? (Assinalar opção)

O próprio

Amigos

Elemento familiar

Outro Qual? _____.

11.2. Se a questão 11. respondeu que sim, indique com que idade consumiu drogas ilícitas ou ilegais pela primeira vez?

R: _____.

11.3. Consomes atualmente drogas ilícitas ou ilegais (Haxixe, Cocaína, Drogas Sintéticas)?

Nunca

Frequentemente

Raramente

Sempre

Às vezes

12. Acha que consegue ter acesso a álcool e/ou drogas ilícitas ou ilegais facilmente onde passa maior parte do seu tempo? (Assinalar opção)

Sim

Não

12.1. Se na resposta anterior selecionou "sim", indique-nos exemplos de como tem acesso.

R: _____

13. Tens amigos do teu grupo ou da escola que consomem álcool e/ou drogas? (Assinalar opção)

Sim

Não

14. Considerando que a delinquência juvenil/comportamento desviante se define como "comportamentos que se afastam significativamente de normas padrões de conduta e expectativas sociais estabelecidas numa determinada cultura", indique-nos na sua opinião o que leva as crianças/jovens a praticarem estes comportamentos?

R: _____

15. Tendo em conta a definição de delinquência juvenil/comportamento desviante, selecione no seu entender qual/quais, os fatores que levam os jovens a praticarem estes comportamentos. (Assinalar opção/opções)

Abandono escolar

Baixas condições socioeconómicas

Carência de afeto

Consumo de álcool

Consumo de drogas ilícitas ou ilegais

Depressão

Desemprego dos pais

Família

Grupo de amigos

Outros Quais? _____

16. De acordo com os fatores selecionados anteriormente, indique-nos qual/quais os fatores que no seu entender podem ajudar as crianças/jovens a não praticarem comportamentos desviantes. (Assinalar opção/opções)

Afeto

Grupos desportivos

Apoio social

Relacionamento com amigos

Auto-estima

Relacionamento familiar

Autonomia

Sessões de sensibilização

Escola

Outro/a

Frequentar um Centro de
Desenvolvimento e Inclusão Juvenil

Qual? _____

17. No seu entender o abandono escolar leva a que as crianças/jovens tenham comportamentos desviantes? (Assinalar opção)

Sim

Não

18. Na sua opinião, quais as iniciativas que os técnicos do Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil, poderiam realizar, para que fosse possível prevenir comportamentos desviantes e/ou delinquência Juvenil na Vila de Rabo de Peixe?

R: _____

Obrigado pela tua disponibilidade e atenção no preenchimento deste questionário.

Em caso de qualquer dúvida ou questão relacionada com o preenchimento do inquérito por questionário, contactar através do e-mail rodrigo_carvalho1992@hotmail.com, com o assunto "Inquérito por questionário".

Apêndice 3 – Contactos e autorizações

De: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com> **Enviada:** 29 de janeiro de 2023 15:55

Para: Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>

Assunto: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Exma. Dr.ª Vanessa Caramelo,
Coordenadora do Espaço Extremo

O meu nome é Rodrigo Carvalho, tenho 30 anos, sou natural de São Miguel e o seu contacto foi-me disponibilizado pelo Dr. Nuno Matias Ferreira.

Atualmente, encontro-me a realizar uma investigação no âmbito da Dissertação de Mestrado em Educação Social, especialização em Intervenção com crianças e jovens em risco, no ISCE – Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, com a temática “Intervenção Social no fenómeno de delinquência juvenil: O papel do educador social na Vila de Rabo de Peixe”.

O seu objetivo geral é analisar a perceção dos profissionais e dos jovens, quanto à intervenção sobre a temática da delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe.

No que concerne os objetivos específicos da investigação, estes são:

1. Explorar e compreender sobre as intervenções, projetos e instituições que atuam na Vila de Rabo de Peixe;
2. Averiguar quais os recursos existentes e a visão das equipas de intervenção;
3. Auscultar os técnicos e os jovens sobre qual a sua perceção relativamente à delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe.

Pretendo assim, através da aplicação de entrevistas (Técnicos) e inquéritos por questionário (Jovens), compreender de que modo a integração de um técnico superior de Educação Social, nas equipas que intervêm na delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe, pudesse ser uma mais valia no âmbito da delinquência juvenil.

Para tal, venho pedir a sua colaboração no sentido de entender a viabilidade de realização de entrevistas e aplicação de inquéritos por questionário, de modo a ser possível realizar a presente investigação.

Solicito também, se possível, que me disponibilize o contato da Dr.ª Joana (Coordenadora Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil de Rabo de Peixe) e de outros Técnicos, que entenda serem relevantes nesta matéria.

Desde já agradeço a sua atenção e disponibilidade e encontro-me disponível para qualquer esclarecimento ou contato.

Obs: Remeto em anexo o meu CV.

Cordialmente, Rodrigo Carvalho

No dia 02/02/2023, às 13:02, Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt> escreveu:

Bom dia Rodrigo,

Desde já obrigado pelo convite para participarmos na tua Dissertação.

Em princípio não existirá nenhum constrangimento em a valência Animação de Rua: Espaço Extremo participar no teu estudo, contudo estou a aguardar a confirmação por parte dos meus superiores.

No que diz respeito a minha colega Joana, os contactos são os seguintes:

joana.nunes@scmrg.pt

296492234

Cumprimentos,

Vanessa Caramelo

Coordenadora

Animação de Rua "Espaço Extremo"

vanessa.caramelo@scmrg.pt | 296 492 622



De: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>

Enviada: 2 de fevereiro de 2023 17:45

Para: Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>

Assunto: Re: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Boa tarde Dr^a Vanessa,
espero que se encontre bem.

Desde já, agradeço a sua atenção e disponibilidade na resposta ao e-mail e na disponibilização do contacto da Dr^a Joana.

Fico assim a aguardar confirmação, para posteriormente e se oportuno, agendarmos uma reunião.

Cumprimentos,
Rodrigo Carvalho

De: Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>

Enviado: segunda-feira, 13 de fevereiro de 2023 10:30

Para: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>

Assunto: RE: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Bom dia Rodrigo,

Já tenho a autorização dos meus superiores para poderes avançar com a aplicação de questionários e entrevistas na valência.

Qual seria a melhor data para ti para nos reunirmos?

Cumprimentos,

Vanessa Caramelo

Coordenadora

Animação de Rua "Espaço Extremo"
vanessa.caramelo@scmrg.pt | 296 492 622



De: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>
Enviado: 13 de fevereiro de 2023 16:30
Para: Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>
Assunto: RE: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho
Boa tarde Dr.^a Vanessa Caramelo,
espero que se encontre bem.

Que ótima notícia, agradeço desde já a sua disponibilidade e atenção.
Estarei em São Miguel dia 28 de fevereiro. Existe a possibilidade de nos reunirmos neste dia de manhã?
Mais uma vez agradeço a sua disponibilidade.

Cumprimentos,
Rodrigo Carvalho 910 870 875

De: Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>
Enviado: terça-feira, 14 de fevereiro de 2023 09:43
Para: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>
Assunto: RE: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Bom dia Rodrigo,
Podemos reunirmos nesse dia. Pode ser pelas 10h?

Cumprimentos,
Vanessa Caramelo *Coordenadora*

De: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>
Enviado: quinta-feira, 5 de outubro de 2023 10:29
Para: Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>
Assunto: RE: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Bom dia Dr.^a Vanessa Caramelo,

Desde já, espero que se encontre bem e aproveite para lhe desejar, um ótimo feriado.

Sei que já se passaram alguns meses, desde o nosso último contacto, contudo, só agora tive oportunidade de terminar os inquéritos e as entrevistas.

Assim envio em anexo os inquéritos, para vossa aprovação e posterior validação/agendamento (com alguma urgência), para que possa imprimir e entregar-vos com o intuito de serem aplicados. Também gostaria, se possível, agendar as entrevistas com os vossos técnicos.

Agradeço a sua atenção e disponibilidade.

Cumprimentos,
Rodrigo Carvalho
910 870 87

De: Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>

Enviado: segunda-feira, 09 de outubro 2023 11:46

Para: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>

Assunto: RE: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Bom dia Rodrigo,

Da minha parte podemos avançar com o processo de recolha de dados aos utentes. Dando só a nota que como não somos um CDIJ algumas questões não se aplicam a este público-alvo. No que diz respeito as entrevistas para os técnicos quais seriam os dias possíveis da tua parte?

Cumprimentos,

Vanessa Caramelo

Coordenadora

Animação de Rua "Espaço Extremo"
vanessa.caramelo@scmrg.pt | 296 492 622



De: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>

Enviada: 10 de outubro de 2023 15:16

Para: Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>

Assunto: RE: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Boa tarde, Dr.^a Vanessa Caramelo,

Desde já agradeço a sua atenção e disponibilidade

Relativamente ao termo CDIJ, irei proceder à sua alteração.

Tenho disponibilidade para entrega dos inquéritos na próxima semana, sempre após as 17h.

As entrevistas, também poderei realizar após as 17h a partir da próxima semana.

Se possível, gostaria que me indicasse o número de utentes para impressão dos inquéritos.

Agradeço novamente a sua atenção.

Cumprimentos,
Rodrigo Carvalho

De: Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>

Enviado: quarta-feira, 11 de outubro 2023 09:48

Para: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>

Assunto: RE: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Bom dia Rodrigo,

No que diz respeito aos horários que indicaste nunca pode ser porque saímos as 17h do serviço. Para aplicares as entrevistas aos técnicos só pode ser no período da manhã, caso quisesses para a semana só seria possível na segunda ou na quarta de manhã (16/18 de outubro). Na semana seguinte seria possível na segunda e terça (23/24 de outubro). Relativamente ao número de utentes caso queiras apenas avaliar os utentes da valência Animação de Rua: Espaço Extremo será 26 utentes. Caso também queiras avaliar os utentes da valência Ludoteca são 24 utentes.

Cumprimentos,

Vanessa Caramelo

Coordenadora

Animação de Rua "Espaço Extremo"

vanessa.caramelo@scmrg.pt | 296 492 622



De: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>

Enviado: 12 de outubro de 2023 12:07

Para: Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>

Assunto: RE: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Bom dia, Dr.ª Vanessa Caramelo,
Agradeço a sua resposta.

Relativamente às entrevistas aos técnicos, consegue-me indicar quantos são? De modo a articular, aqui no meu local de trabalho e posterior agendamento consigo.

Quanto aos utentes, seria ótimo avaliar as duas respostas sociais. Deste modo, gostaria de entender se sempre poderão aplicar os inquéritos, ou se será necessário ser eu a aplicar?

Agradeço a sua disponibilidade e atenção.

De: Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>

Enviado: sexta-feira, 13 de outubro 2023 11:14

Para: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>

Assunto: RE: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Bom dia Rodrigo,

São 5 técnicos no total.

No que diz respeito a aplicação dos questionários aos utentes eu posso aplicar não tem problema.

Cumprimentos,

Vanessa Caramelo

Coordenadora

Animação de Rua "Espaço Extremo"

vanessa.caramelo@scmrg.pt | 296 492 622



De: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>

Enviada: 13 de outubro de 2023 11:47

Para: Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>

Assunto: RE: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Bom dia Dr.ª Vanessa Caramelo,
Agradeço a sua atenção e disponibilidade.

Em principio consigo dia 24 de Outubro. Posso confirmar até 2ª feira? Assim, neste dia efetuava a entrevista aos 5 técnicos.

Mais uma vez agradeço a sua disponibilidade.

Cumprimento,
Rodrigo Carvalho

De: Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>

Enviado: segunda-feira, 16 de outubro 2023 09:47

Para: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>

Assunto: RE: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Bom dia Rodrigo,
Fico então a aguardar a tua confirmação para dia 24 de outubro no período da manhã.

Cumprimentos,

Vanessa Caramelo

Coordenadora

Animação de Rua “Espaço Extremo”

vanessa.caramelo@scmrg.pt | 296 492 622



www.scmrg.pt

De: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>
Enviada: 16 de outubro de 2023 10:07
Para: Vanessa Caramelo | SCMARG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>
Assunto: RE: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Bom dia Dr.ª Vanessa Caramelo,
Confirmo a minha disponibilidade para dia 24 de Outubro.
A que horas poderei comparecer?

Cumprimentos,
Rodrigo Carvalho

De: Vanessa Caramelo | SCMARG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>
Enviado: segunda-feira, 16 de outubro 2023 10:18
Para: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>
Assunto: RE: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Bom dia Rodrigo,

Poderá ser a partir das 10h? Cada entrevista tem que duração?

Cumprimentos,

Vanessa Caramelo

Coordenadora

Animação de Rua “Espaço Extremo”

vanessa.caramelo@scmrg.pt | 296 492 622



www.scmrg.pt

De: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>
Enviado: 16 de outubro de 2023 10:22
Para: Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>
Assunto: RE: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Bom dia novamente Dr.^a Vanessa,
Perfeito.

No máximo cada entrevista terá a duração de 45 min.
Em princípio no período da manhã, conseguirei efetuar todas.

De: Vanessa Caramelo | SCMRG <vanessa.caramelo@scmrg.pt>
Enviado: terça-feira, 17 de outubro 2023 09:28
Para: rodrigo carvalho <rodrigo_carvalho1992@hotmail.com>
Assunto: RE: Dissertação de Mestrado - Rodrigo Carvalho

Bom dia Rodrigo,

Sendo assim 45 minutos se calhar é melhor começar as 9.00h porque pode ficar algum técnico por recolher.

Caso fique alguém por ser entrevistado poderá ficar agendado para dia 30 de outubro de manhã?

Cumprimentos,

Vanessa Caramelo

Coordenadora

Animação de Rua "Espaço Extremo"



Apêndice 4 – Consentimento e participação



Instituto Superior
de Lisboa e Vale do Tejo

Aos Encarregados de Educação

Exmo.(a) Encarregado(a) de Educação, vimos solicitar a sua autorização para que o seu educando, possa preencher o inquérito por questionário que se insere no âmbito da dissertação de Mestrado em Educação Social: Intervenção com crianças e jovens em risco, no ISCE – Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo.

Com a sua aplicação, pretende-se auscultar os jovens sobre qual a sua perceção relativamente à delinquência juvenil na Vila de Rabo de Peixe.

Os questionários são anónimos, garantindo assim a confidencialidade das respostas, que serão utilizadas exclusivamente para fins científicos.

Eu, _____ Encarregado de
Educação do educando _____,

Autorizo / Não autorizo (risque o que não interessa) o meu educando a participar neste estudo.

Assinatura do Encarregado de Educação

Data: ___/___/_____
